

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ARTE

BRUNA APARECIDA SILVA DE ASSIS

DESTOMBAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
AMBIGUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NA ATRIBUIÇÃO DE VALORES
AOS BENS CULTURAIS

GUARULHOS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ARTE

BRUNA APARECIDA SILVA DE ASSIS

DESTOMBAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
AMBIGUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NA ATRIBUIÇÃO DE VALORES
AOS BENS CULTURAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.
Área de Concentração: História da Arte
Linha de Pesquisa: Arte, Circulações e Transferências
Orientadora: Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni

GUARULHOS

2018

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail da autora: bruna.silvaassis@yahoo.com.br

Assis, Bruna Aparecida Silva de

Destombamentos no Estado de São Paulo: ambiguidades e transformações na atribuição de valores aos bens culturais / Bruna Aparecida Silva de Assis. – Guarulhos, 2018.

180 f.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em História da Arte) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni

Título em inglês: Protection Cancellation in the State of São Paulo: ambiguities and transformations in the attribution of values to the cultural properties

1. Tombamento 2. Destombamento 3. Iphan 4. Condephaat 5. Conpresp I.
Destombamentos no Estado de São Paulo: ambiguidades e transformações na atribuição de valores aos bens culturais

BRUNA APARECIDA SILVA DE ASSIS

DESTOMBAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
AMBIGUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NA ATRIBUIÇÃO DE VALORES
AOS BENS CULTURAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História da Arte

Linha de Pesquisa: Arte, Circulações e Transferências

Orientadora: Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni

Aprovada em 09/08/2018

Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Profa. Dra. Marly Rodrigues

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
de São Paulo (Condephaat)

Prof. Dr. André Luiz Tavares Pereira

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Manoela Rufinoni, estimada orientadora, agradeço o apoio, a paciência, a dedicação e a orientação durante esses anos de trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2016/11051-3), agradeço pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. André Luiz Tavares Pereira e Profa. Dra. Marly Rodrigues, agradeço as valiosas contribuições e indicações, expressas no exame de qualificação.

Aos colegas do mestrado, agradeço pela convivência tão leve e pelas trocas durante a disciplina Seminários de Pesquisa em História da Arte: Adriana Felden, Aline Araujo, Amanda Ferreira, Andréia de Alcantara, Camila Alves, Daniela Dionizio, Fabriccio Miguel, Francine Soares, Henrique Gonçalves, Laís Jacqueline, Lígia Balestra, Lucia Vieira, Marcelo Leite, Nancy Bomentre, Renata Cordeiro, Renato Ferreira, Tatiana Gonçalves, Vanessa Oliveira e Vivian Berto.

Aos queridos amigos, Fabriccio M. Novelli Duro e Natalia Cristina de A. Gomes, conquistados durante os tempos da graduação, agradeço as conversas, os momentos de descontração, o apoio e toda a delicadeza expressa nos dias difíceis.

Aos queridos amigos, Everton da Cruz e Thainá Sousa, agradeço por todo o carinho, amizade, apoio e por compreenderem minhas ausências.

À minha família, Quele, Bruno e Maria, agradeço o amor e apoio incondicionais, o cuidado diário, o interesse constante pela pesquisa e a maravilhosa vida partilhada.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a investigar as questões envolvidas no chamado “destombamento” de um bem cultural, ou seja, a anulação ou o cancelamento de tombamento, recurso administrativo cuja utilização tem crescido em tempos recentes, apesar de seu caráter excepcional. O intuito é compreender, no contexto das políticas públicas de preservação no estado de São Paulo, quais os moventes e os agentes envolvidos no ato do destombamento, como vem sendo empregado e quais são as problemáticas que agrega, ao passo que torna sem efeito o instrumento legal mais utilizado no Brasil para a preservação de bens culturais. A partir da análise de três estudos de caso: Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), Casa do Sítio Piraquara (São Paulo/SP) e Mansão Matarazzo (São Paulo) – bens destombados, respectivamente, pelas três esferas de proteção que atuam no estado de São Paulo, Iphan, Condephaat e Conpresp –, esta pesquisa pretende identificar e problematizar as principais causas, discussões e repercussões associadas ao destombamento de um bem cultural.

Palavras-Chave: Tombamento; Destombamento; Iphan; Condephaat; Conpresp.

ABSTRACT

The presented research proposes to investigate the subjects involved in the denominated “protection cancellation” of a cultural property, an administrative appeal which use has increased recently, despite its exceptional features. The aim is the understanding, in the preservation public policies context of the São Paulo state, which are the reasons and agents involved in the protection cancellation, how it’s been used and which are the problematics it aggregates, while it turns the Brazil’s most used legal instrument of property protection ineffective. From the analysis of three case studies: Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), Casa do Sítio Piraquara (São Paulo/SP) and Mansão Matarazzo (São Paulo), belonging, respectively, to the three spheres of protection that act in the São Paulo state, Iphan, Condephaat e Conpresp, this research intends to identify and to problematize the main causes, discussions and repercussions associated to the protection cancellation of a cultural property.

Keywords: Protection; Protection Cancellation; Iphan; Condephaat; Conpresp.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01.	Largo do Teatro (atual Praça Dr. João Mendes), Igreja de São Gonçalo à esquerda	67
Figura 02 a.	<i>Igreja de São Gonçalo</i> - frontispício, 1937	69
b.	Altar central e altares laterais, 1937	69
c.	Altar-mor, 1937	70
d.	Altar lateral esquerdo, 1937	70
e.	Altar do corredor lateral, 1937	71
Figura 03.	Capela de São Miguel Arcanjo	72
Figura 04.	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	72
Figura 05 a.	<i>Igreja de São Gonçalo</i> - detalhe do altar-mor e pintura parietal	77
b.	Altar-mor	77
Figura 06.	Praça Dr. João Mendes, com destaque para a Igreja de São Gonçalo, 1971	79
Figura 07 a.	<i>Igreja de São Gonçalo</i> – Detalhe do disco de granito com a inscrição “IHS”, 2016	82
b.	Nossa Senhora da Conceição, pintura no teto da nave, 2016	83
c.	Altar-mor, 2016	84
d.	Altar-mor e cúpula, 2016	84
e.	Altar lateral direito, 2016	85
f.	Altar lateral esquerdo, 2016	85
g.	Vista da nave pelo pórtico de entrada, 2016	86
h.	Vista da nave pelo altar central, 2016	86
Figura 08 a.	<i>Engenho Piraquara</i> – São Miguel-SP, 1945	88
b.	Cômodo alpendrado, 1945	88
c.	Maquinário do Engenho, 1945	89
d.	Entorno do engenho, 1945	89
e.	Ruínas da casa, 1945	90
Figura 09 a.	Casa do Sítio Piraquara, s.d.	91
b.	Moenda de ferro fundido, s.d.	91
Figura 10 a.	<i>Casa do Sítio Piraquara</i> – vista externa da parede sul, 1984	93

	b. Vista externa da parede leste, 1984	94
	c. Moenda de ferro para cana-de-açúcar, 1984	94
Figura 11 a.	<i>Sítio Piraquara</i> – obras de escoramento da face oeste, 1985	94
	b. Vista da face leste, 1985	95
Figura 12.	Terreno do antigo <i>Sítio Piraquara</i> , 1994	98
Figura 13.	Edifícios no local do antigo <i>Sítio Piraquara</i> , 2018	102
Figura 14.	Vista da <i>Mansão Matarazzo</i> , 1993	104
Figura 15 a.	<i>Mansão Matarazzo</i> e jardim, 1989	105
	b. Vista da mansão a partir da Avenida Paulista, 1989	106
Figura 16 a.	Demolição da <i>Mansão Matarazzo</i> , 1996	108
	b. Escombros da mansão, 1996	109
	c. Operário removendo o brasão da Família <i>Matarazzo</i> , 1996	109
Figura 17.	Estacionamento no antigo terreno da <i>Mansão Matarazzo</i> , 2010	110
Figura 18.	<i>Shopping center</i> construído no terreno da antiga mansão, 2018	111
Figura 19 a.	Praça da Matriz de São Roque, em destaque a Casa do Barão de Piratininga, s.d.	113
	b. Comemoração do Dia da Independência do Brasil na Praça da Matriz, Casa do Barão de Piratininga à direita da imagem, s.d.	113
Figura 20 a.	Solar do Barão de Piratininga – São Roque, c. 1971	114
	b. Detalhe da fachada, c. 1971	114
	c. Interior do antigo solar, c. 1971	115
	d. Telhado descoberto, c. 1971	115
	e. Vista do telhado, c. 1971	116
Figura 21 a.	Edifício-sede da Sociedade Paulista de Beneficência Guglielmo Oberdan, s.d.	117
	b. Fachada após reformas, 1980	117
Figura 22 a.	<i>Teatro Oberdan</i> – Primeiro piso do antigo teatro em fase de demolição, 1987	118
	b. Vista para o palco, 1987	119
	c. Fachada durante o período da demolição, 1987	119
Figura 23 a.	Remanescente da fachada do antigo imóvel, 1994	121
	b. Remanescente das paredes internas, 1994	121
Figura 24.	Estacionamento à Rua Brigadeiro Machado, nº 87, bairro do Brás (São Paulo), 2017	124

Figura 25.	Casa assobrada à Rua Dom Pedro II, nº 87 – Marília (SP), s.d.	125
Figura 26.	Casa assobradada e estacionamento à Rua D. Pedro II, nº 87 – Marília (SP), 2017	127
Figura 27 a.	<i>Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP)</i> – conjunto de galpões, s.d.	128
b.	Depósito, s.d.	128
c.	Linha férrea privativa, s.d.	129
Figura 28 a.	<i>Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP)</i> – portal, s.d.	133
b.	Caldeiras e chaminé, s.d.	133
Figura 29 a.	Antigo portal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Marília, 2017	141
b.	Antiga sala de caldeiras e chaminé das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Marília (SP), 2017	141
Figura 30.	Solar do Barão de Jundiaí (Jundiaí/SP), s.d.	143
Figura 31.	Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP), s.d.	144
Figura 32.	Edificação do Hospital Humberto I (São Paulo/SP), s.d.	145
Figura 33.	Fábrica Olivetti (Guarulhos/SP), s.d.	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 01.	Levantamento dos processos de destombamento: casos identificados	66
------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Codepac	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru
Cogep	Coordenadoria Geral de Planejamento
Condephat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico de Presidente Prudente
Conppac	Conselho de <i>Preservação</i> do Patrimônio Cultural do Município de <i>Ribeirão Preto</i>
Conpresp	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CTET	Comissão Técnica de Estudos e Tombamento
CPHAACG	Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Guarulhos
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DET	Divisão de Estudos e Tombamento
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
Dphan	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Desap	Departamento de Desapropriações da Prefeitura Municipal de São Paulo
Funcap	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano
GEI	Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural
Gera	Grupo Executivo da Reforma Administrativa
Idart	Departamento de Informação e Documentação Artísticas
Igepac-SP	Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IPGH	Instituto Pan-Americano de Geografia e História
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo

PDE	Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo
SCET	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado de São Paulo
Sempla	Secretaria Municipal do Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo
Sepros	Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STCR	Serviço Técnico de Conservação e Restauro
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UPPH	Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
USP	Universidade de São Paulo
Zepec	Zonas Especiais de Preservação Cultural

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1	
A proteção do patrimônio edificado: fundamentos teóricos e preceitos jurídicos	22
1.1 A construção do patrimônio através da legislação: tombamento e destombamento	22
1.1.1 A legislação federal: o Decreto-lei nº 25/1937 e o Decreto-lei nº 3.866/1941	22
1.1.2 A legislação estadual (CONDEPHAAT)	40
1.1.3 A legislação municipal (CONPRESP)	51
1.2 As três instâncias de proteção do patrimônio cultural: similaridades e diferenças	60
Capítulo 2	
Tombamento e Destombamento no estado de São Paulo: estudos de caso	63
2.1 O Iphan e a Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP)	67
2.2 O Condephaat e o Sítio Piraquara (São Paulo/SP)	87
2.3 O Conpresp e a Mansão Matarazzo (São Paulo/SP)	103
2.4 Um panorama sobre o destombamento no estado de São Paulo	112
2.5 Estudo das principais questões suscitadas nas análises dos casos selecionados	150
Considerações Finais	160
Referências	162

INTRODUÇÃO

As questões envolvidas na preservação do patrimônio cultural têm sido estudadas por numerosos pesquisadores ao longo do tempo, a partir de diferentes enfoques, abrindo caminho para a construção e consolidação de uma vasta historiografia sobre a relação do homem com os diversos artefatos que produziu e que lhe foram legados pelo passado – como documentos, objetos e arquiteturas. Françoise Choay (2006, p. 31-32) localiza no Renascimento, durante o século XV, o nascimento de uma mudança de percepção com relação aos objetos, que passaram a ser compreendidos a partir de um distanciamento histórico. A consagração desse distanciamento histórico se realizou na França do século XIX, quando foram criadas as primeiras instituições e normativas para valorar e proteger os denominados monumentos históricos, a cultura material. O “monumento histórico”, segundo Choay (2006, p. 25-26), caracteriza-se por um objeto ao qual, posteriormente à sua criação, atribuímos um valor, histórico ou artístico, dando-lhe destaque entre tantos outros objetos e sugerindo a sua conservação; diferentemente do “monumento” ou “monumento intencional” que, desde sua criação, já possuía o intuito de rememorar algo ou alguém. Com o objetivo de salvar da destruição esses monumentos históricos, em 1837 foi criada, na França, a Comissão de Monumentos Históricos, constituindo-se nas décadas seguintes, precisamente a partir de 1887, a primeira legislação para a proteção do patrimônio histórico francês (CHOAY, 2006, p. 145, 148). Essa legislação, reorganizada em 1913, criou o Serviço dos Monumentos Históricos, um órgão estatal com estrutura técnica e administrativa que, por meio do *classement*, equivalente no Brasil ao *tombamento*, protege os monumentos franceses, reconhecendo o valor de objetos e arquiteturas que passam a ser de interesse público (CHOAY, 2006, p. 16, 148-149).

No Brasil, a construção do conceito de Patrimônio Cultural remonta às primeiras décadas do século XX, a partir da iniciativa de alguns intelectuais que fomentaram o debate acerca da ideia de patrimônio brasileiro. Ao escreverem sobre a ameaça de perda e destruição de registros materiais de nosso passado, sobretudo associados ao período colonial, esses intelectuais buscaram atentar para a arte então considerada tradicionalmente brasileira e para os bens que deveriam compor o chamado patrimônio nacional (FONSECA, 2017, p. 94-95). Esse debate culminaria na criação do órgão federal de proteção do patrimônio cultural, apoiado pelo governo de Getúlio Vargas. Em 1936 foi inaugurado o Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (Sphan), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor escolhido pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema:

Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987, p. 50), essa “foi uma ideia longamente amadurecida em nosso meio”. Mas foram alguns intelectuais modernistas que, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, elaboraram essa ideia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país (FONSECA, 2017, p. 83).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, esse modelo de política de preservação, que tem o Estado como o centralizador das ações de proteção, advém do modelo francês, que predominou nos países europeus e repercutiu em alguns países da América Latina durante as primeiras décadas do século XX, como o Brasil e a Argentina (FONSECA, 2017, p. 63). Nesse sentido da tutela do Estado sobre o patrimônio nacional, as ações protecionistas do Sphan se formalizaram e legitimaram a instituição quando foi aprovado, por Getúlio Vargas, o Decreto-lei nº 25, no início do Estado Novo, em 30 de novembro de 1937:

Esse é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído pelo Sphan. O tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade. Sem dúvida, o contexto de implantação do decreto-lei nº 25/1937, durante o Estado Novo, foi fundamental nesse sentido, já que foram construídos os meios e técnicas necessários para sua aplicação, execução e legitimação, consagrando a ideia da preservação cultural nas mãos do Estado. Vale lembrar que, de 1937 a 1946, o Sphan, aplicando o tombamento, protegeu legalmente mais de 40% de todo o acervo de bens tombados até 1997 (CHUVA, 2017, p. 146-147).

Desse modo, o tombamento – instrumento administrativo criado por lei federal e posteriormente adotado em legislações específicas nos âmbitos estaduais e municipais (IPHAN, 2008, p. 54) –, ao reconhecer o valor histórico-artístico de um bem, atribui-lhe uma função social e confere ao Estado a função de tutelá-lo. Segundo Sonia Rabello (2009, p. 19), o tombamento é o instrumento legal de preservação mais conhecido e utilizado pelas instituições patrimoniais, pois ao mesmo tempo em que assegura ao Estado a tutela do bem para proteção, garante ao proprietário a posse e o uso do bem.

Na década de 1940, sob a justificativa da noção de “utilidade pública” (CHUVA, 2017, p. 147), o Decreto-lei nº 25/37 foi alterado, introduzindo antagonismos difíceis de depurar na prática da preservação. Se, por um lado, o bem tombado tem uma “função social”, pois é exemplar da cultura brasileira e por isso deve ser protegido para a história presente e das

gerações futuras; por outro lado, a noção de “utilidade pública”, no sentido de atender ao bem comum, pode justificar a necessidade de demolição desse mesmo bem, provocando o seu desaparecimento em prol do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade. Também promulgado no governo Vargas, o Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, estabelece que:

O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1941b, grifos nosso).

Essa aparente ambiguidade, no entanto, possui moventes que vão além do conteúdo jurídico imediato. Além de abrir caminho para revisões de processos de tombamentos – sobretudo em casos polêmicos, nos quais estão envolvidos fortes interesses econômicos –, a existência da figura do destombamento pode descortinar questões mais complexas, relativas aos reais alcances das políticas de preservação, aos critérios para atribuição de valores e ao envolvimento da sociedade na prática de tutela.

Numa época em que observamos uma significativa expansão tipológica e cronológica do conceito de bem cultural (CHOAY, 2006, p. 207) – processo iniciado, sobretudo, na década de 1960, com repercussões evidentes na política de preservação brasileira –, abre-se caminho para tombamentos de espaços e arquiteturas com base na identificação de outros valores. Além do valor histórico ou artístico “excepcional”, ou seja, daqueles bens associados a “fatos memoráveis” de uma história brasileira branca, católica e abastada; ou apreciados como obras de arte erudita; passam a ser tombados diversos bens representativos de outras histórias e memórias, como espaços voltados à prática de religiões africanas, arquiteturas industriais e espaços do trabalho, locais associados à memória da ditadura militar etc. Essa ampliação considerável do que se configura um bem cultural, no entanto, não ocorre sem gerar conflitos, momento em que os atos de tombamento e de destombamento fazem ecoar diversas problemáticas.

Acreditamos que a recorrência ao destombamento – que deveria ser uma exceção, mas que tem crescido significativamente a partir da década de 1990 – pode ser a repercussão, no campo normativo, das incertezas e conflitos contemporâneos na prática de preservação, agravados pela pressão de interesses econômicos. Em cada caso, como se poderá observar no Capítulo 2, são diversos os moventes do destombamento: justificativas relativas à necessidade

de ceder espaço ao crescimento urbano, descaracterização excessiva do bem devido à má conservação ou ruína, perda de “valores excepcionais” etc. Logo, a indefinição do real papel do Estado e da sociedade nas práticas de salvaguarda, assim como as transformações na atribuição de valores a esses bens e a inversão de prioridades na aplicação do conceito de utilidade pública, são apenas alguns dos elementos envolvidos nessa problemática.

É em vista da aparente ambiguidade desses atos administrativos – tombamento e destombamento –, que se verifica a necessidade de investigar a fundo os possíveis motivos que impulsionam o ato de destombar. Nesse sentido, a presente pesquisa se destina a estudar a utilização do destombamento e, como consequência, os limites do tombamento como prática preservacionista.

Para tal investigação, definimos como recorte metodológico a análise de casos de destombamento pertencentes aos três níveis de proteção que atuam no estado de São Paulo, ou seja, federal, estadual e municipal. As instituições selecionadas, considerando a possibilidade de acesso aos processos de tombamento e destombamento e seguindo, respectivamente, as três esferas de proteção, foram: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). A partir da definição dos órgãos a serem analisados, percebemos que seria inviável – considerando o tempo disponível para essa pesquisa, em nível de mestrado – realizar uma análise aprofundada de todos os processos de destombamento inventariados, que ao todo somaram dez casos. Nesse sentido, durante o exame de qualificação, optamos pela delimitação de três estudos de caso, cada um pertencente a uma esfera de proteção. Os casos selecionados foram: a Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), em âmbito federal; a Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP), em âmbito estadual; e a Mansão Matarazzo (São Paulo/SP), em âmbito municipal. À análise desses três casos, em momentos oportunos, somaram-se breves alusões aos outros casos de destombamento inventariados nessa pesquisa, com o intuito de compreender, em um panorama mais amplo, as questões envolvidas no cancelamento de tombamento em todo o estado de São Paulo. Assim, objetivamos analisar como cada instituição atua na aplicação da legislação de tombamento e destombamento e como esses casos ecoam na sociedade.

A questão do destombamento tem sido pontualmente explorada em âmbito acadêmico. Além das referências ao tema na bibliografia voltada às políticas de preservação em um sentido mais amplo, como os textos de Márcia Chuva (2017), Maria Cecília Londres Fonseca (2017), Márcia Sant’Anna (2015) e Sonia Rabello (2009); ou na bibliografia específica na área jurídica,

a exemplo dos estudos de José Eduardo Ramos Rodrigues (2012) e Mário Pragmácio Telles, Rodrigo Costa e Jessica Sales (2014); recentemente temos observado algumas pesquisas que abordam a questão a partir de estudos de caso em diferentes cidades e estados, discussão que pudemos constatar em dissertações, artigos e comunicações publicadas em anais de eventos científicos. Entre esses estudos, podemos destacar os trabalhos de Favreto (2015), Hirao e Floeter (2012), Köhler (2005), Lessa (2017), Melo (2010), Nascimento (2009, 2010, 2012, 2013, 2015), Radun (2016), Radun e Coelho (2015), Silva (2009) e Souza (2014).

Além das pesquisas em âmbito acadêmico, o tema do destombamento está começando a circular pelo grande público. Na exposição *A Construção do Patrimônio* (PEDRA, 2017, p. 60), realizada em 2017, na Caixa Cultural São Paulo, em comemoração aos oitenta anos de promulgação do Decreto-lei nº 25/1937, um espaço foi dedicado ao tema “Destombamento e Desprezo”, no qual foram evidenciadas ações polêmicas de destombamento ou de negativa de tombamento na trajetória do Iphan: os destombamentos de duas igrejas do século XVIII, localizadas no Rio de Janeiro, realizados por meio do Decreto-lei nº 3.866/1941; e a não proteção de bens que seriam de interesse para a sociedade, como o Palácio Monroe.

O destombamento a que nos referimos nessa pesquisa, no entanto, diz respeito ao ato de cancelamento que se exerce após a existência de um tombamento definitivo, ou seja, somente quando o bem foi oficialmente inserido, na normativa e no imaginário social, como um objeto que pertence a todos, dotado de valores. Essa oficialização se configura, na abordagem da presente pesquisa, com a homologação do tombamento pelo poder executivo e a inscrição do bem no livro de tombo correspondente. Assim, o destombamento “oficial” ocorre quando se retira o valor de um bem, que pertencia à lista do patrimônio cultural. Além do destombamento “oficial”, é importante ressaltar, ainda, o destombamento “metafórico”¹, que pode ser exemplificado como uma retirada implícita de valor, por meio de alterações em resoluções de tombamento ou normativas de proteção, e que acarreta danos à fruição do bem, à sua inserção no espaço e na memória. Podemos citar como exemplo o caso do Teatro Oficina² que, recentemente, teve sua área envoltória alterada pelo Condephaat, permitindo a construção de grandes empreendimentos que sufocarão o bem dentro do lote e alterarão a ambiência do edifício em relação ao bairro em que está inserido. Vejamos, o teatro continua protegido por

¹ Agradeço à Profa. Dra. Marly Rodrigues, que durante o exame de qualificação nos alertou para essa hipótese.

² O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). *Condephaat volta atrás e permite construção no entorno do Teatro Oficina*. 23 out. 2017. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/arcenico/silvio-santos-versus-oficina/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

AU (ARQUITETURA E URBANISMO). *IAB lança manifesto pela preservação do Teatro Oficina e seu entorno*. 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://au.pini.com.br/2017/11/iab-lanca-manifesto-pela-preservacao-do-teatro-oficina-e-seu-entorno/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

meio do tombamento, mas a alteração de um dispositivo que visava valorá-lo, em verdade, o desvaloriza. Nessa pesquisa, não será objetivo estudar o que denominamos de destombamento “metafórico”, mas investigar esse tipo de desproteção também pode lançar luzes sobre o tema e nos ajudar a compreender em que campo de interesses e disputas está centrado o patrimônio cultural.

A presente dissertação está dividida em três partes, Capítulo 1, Capítulo 2 e Considerações Finais, além dessa Introdução.

No Capítulo 1, apresentamos o contexto histórico e político que influenciou a construção das legislações dos órgãos federal, estadual e municipal selecionados para essa pesquisa, respectivamente, Iphan, Condephaat e Conpresp. À luz desses contextos, analisamos as normativas de tombamento e destombamento, quando existente, de cada instituição, procurando identificar e compreender as características de cada instrumento e as possibilidades para sua aplicação. Por fim, após a análise da legislação de cada instituição, traçamos um paralelo entre os três órgãos, buscando compreender como se configura a proteção do patrimônio edificado no estado de São Paulo, através da normativa.

O capítulo 2 destina-se à análise circunstanciada dos três processos de destombamento selecionados para este trabalho: Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP) e Mansão Matarazzo (São Paulo/SP). Os casos são examinados detidamente no que se refere ao trâmite processual do tombamento, identificando as justificativas apresentadas no pedido de abertura do processo de tombamento, como o processo foi encaminhado pelo órgão de proteção e a valoração atribuída no momento do tombamento; e do pedido de destombamento, identificando os motivos que levaram à solicitação do cancelamento de proteção, os argumentos empregados pelos agentes envolvidos na disputa, sejam externos ou internos aos órgãos de preservação, como o processo foi encaminhado pela instituição e a decisão final. Na sequência da descrição dos três processos, apresentamos um panorama sobre o destombamento no estado de São Paulo, expondo os outros casos de cancelamento de tombamento levantados nesta pesquisa, para uma compreensão das similaridades e diferenças que constituem o destombamento no estado. Por fim, com base nas análises críticas anteriores, no que se refere às legislações de preservação e aos casos de destombamento, no último subitem do capítulo discorreremos sobre as principais questões conceituais e técnicas envolvidas nos estudos de caso, com o intuito de compreender as especificidades e as problemáticas que o ato administrativo do destombamento envolve nas políticas de preservação exercidas em território paulista.

Nas Considerações Finais, tecemos um breve comentário sobre os alcances e as limitações da legislação preservacionista frente ao ato de destombar e qual é o lugar da sociedade nesses processos decisórios voltados à patrimonialização e à despatrimonialização de um bem cultural.

CAPÍTULO 1

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRECEITOS JURÍDICOS

1.1 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO: TOMBAMENTO E DESTOMBAMENTO

1.1.1 A LEGISLAÇÃO FEDERAL: O DECRETO-LEI Nº 25/1937 E O DECRETO-LEI Nº 3.866/1941

A consolidação da prática preservacionista no Brasil se instaurou sob a organização do governo federal que, por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu o tombamento como ferramenta apta a selecionar e proteger os bens que deveriam compor o denominado patrimônio histórico e artístico nacional.

Para se analisar a fundo as características do Decreto-lei nº 25/1937, suas possibilidades e repercussões, é necessário, contudo, retroceder no tempo e buscar os seus antecedentes. O Decreto-lei nº 25/1937 foi amplamente estudado por vários pesquisadores que procuraram compreender e problematizar o contexto histórico em que ele foi criado, suas referências, possibilidades de aplicação e os motivos de sua consolidação no campo da normativa patrimonial. Entre esses autores, podemos citar Silvana Rubino (1992), Márcia Sant'Anna (2015), Maria Cecília Londres Fonseca (2017), Márcia Chuva (2017) e Sonia Rabello (2009).

Os antecedentes históricos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)³, traçados por essas autoras, remontam às iniciativas impetradas por intelectuais, a

³ Quando o órgão foi criado, em 1937, era denominado Sphan; em 1946, passou a ser a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); em 1970, foi nomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); em 1979, passou a ser a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1981; em 1985, voltou a ser a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); em 1990, passou a ser denominado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); e em 1994, voltou a receber a nomenclatura que o designa até hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

partir do início do século XX, que propunham a intervenção do Estado na prática de tutela de bens históricos, artísticos e arqueológicos por meio de textos legislativos. No entanto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Sphan, ao narrar a história da instituição, localiza no século XVIII os primeiros impulsos preservacionistas que, devido à falta de interesse e planejamento do poder público durante os séculos subsequentes, viriam a se oficializar apenas na década de 1930, com a organização do Sphan e a instituição do tombamento (ANDRADE, [1952] 2012, p. 68). Em seu livro, *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*⁴, publicado em 1952, Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 63-64) inicia sua narrativa da “ancestralidade”⁵ do Sphan retomando a carta de D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias e Vice-Rei do Estado do Brasil entre 1735-1749, como a primeira manifestação em território nacional para a preservação de monumentos antigos. Nessa carta⁶, datada de 1742, o Conde das Galveias apresenta-se como contrário à proposta do Governo de Pernambuco de ceder o Palácio das Duas Torres – obra de Maurício de Nassau – para uso e morada dos soldados da Nau. Para o Vice-Rei essa destinação mostrava-se inadequada para a conservação do Palácio das Duas Torres, pois em pouco tempo os soldados levariam a edificação à ruína, destruindo-se com isso também a memória das ações portuguesas durante a Restauração da Capitania, que deveriam ser mantidas para a posteridade (ANDRADE, [1952] 2012, p. 65-66; SPHAN, 1980, p. 09).

A segunda iniciativa para a proteção de monumentos no Brasil, apresentada pelo diretor do Sphan, aconteceu mais de um século após a carta do Conde das Galveias. Em um aviso⁷, emitido em 31 de dezembro de 1855, o Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, solicitou aos presidentes das províncias que esses inventariassem as epígrafias de suas regiões, para envio à Biblioteca Nacional. O ministro – mais tarde Visconde do Bom

⁴ Segundo Maria Tarcila Ferreira Guedes (2012, p. 14-21), o livro faz parte da coleção *Monumentos Históricos e Arqueológicos da América*, publicado pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), e é um dos desdobramentos das Conferências Pan-americanas, onde o tema da preservação de bens culturais começou a ser debatido a partir da Conferência do Chile, em 1923. A obra de Rodrigo M. F. de Andrade apresenta, em suma, o contexto histórico de formação do órgão brasileiro de preservação, os aspectos de sua legislação de tutela e a lista dos bens protegidos pelo governo federal. Os outros países que fazem parte da coleção são: Panamá, Estados Unidos da América, Chile, Haiti, Equador, Guatemala, Honduras, México, Argentina, Costa Rica, Peru e Uruguai. Sobre as Conferências Pan-americanas, a preservação do patrimônio cultural em âmbito continental e o papel do Brasil nesse cenário, consultar GUEDES (2012, p. 14-47).

⁵ Márcia Chuva (2017, p. 54-56) aponta que essa “ancestralidade” do Sphan, rememorada por Rodrigo M. F. de Andrade nessa publicação de 1952, mais tarde será referendada e oficializada pela instituição, através da publicação *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*, datada de 1980, na qual o Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória buscou divulgar uma “história oficial” da preservação cultural no Brasil.

⁶ Segundo Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 66), o documento encontra-se no Arquivo Público da Bahia, Cartas do Governo Geral para Pernambuco, 1734-1748, 11 2/17, Est. 2, vol. 18, fls. 128-130. Um trecho da carta está transcrito em SPHAN (1980, p. 31-32).

⁷ Segundo Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 67), o Aviso encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mss II – 31.26.5 n° 39.

Retiro –, solicitou também, nesse aviso, que o diretor de Obras Públicas da Corte executasse com extremo cuidado as reparações em monumentos com inscrições lapidares, para manter conservados esses registros (ANDRADE, [1952] 2012, p. 67; SPHAN, 1980, p. 09). O interesse pelos monumentos epigrafados continuou em voga nas décadas seguintes, após o aviso de 1855. Segundo Rodrigo M. F. de Andrade, em 1887, o Chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Alfredo do Vale Cabral, viajou para as Províncias de Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco, com o intuito de inventariar as epigrafias dos monumentos dessas regiões, de modo voluntário, dispensando o recebimento de uma gratificação pecuniária extra (ANDRADE, [1952] 2012, p. 67-68; SPHAN, 1980, p. 09). Além dessas três iniciativas, situadas entre os séculos XVIII e XIX, Rodrigo M. F. de Andrade menciona que, entre o fim do período monárquico e as duas primeiras décadas da República brasileira, não houve resoluções para a criação de um órgão de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional, apesar dos protestos e estudos de alguns intelectuais, como Afonso Arinos, Ernesto da Cunha de Araújo Viana e Manuel de Araújo Porto-Alegre (ANDRADE, [1952] 2012, p. 68; SPHAN, 1980, p. 09)⁸.

Se, até o fim do século XIX, as iniciativas preservacionistas destacadas por Rodrigo M. F. de Andrade aconteciam de modo isolado, com relação às motivações, aos objetos a se proteger e às regiões a que pertenciam esses objetos (RUBINO, 1992, p. 23-28); a partir da década de 1910, as ações voltadas à organização de uma instituição de tutela do patrimônio começaram a confluir para propostas similares entre si, tendo como ponto em comum a adoção de normativas que deveriam legitimar a proteção da cultura material por intermédio do Estado, em âmbito federal e estadual.

Nas primeiras décadas do século XX, as discussões acerca do patrimônio e da preservação de objetos e de arquiteturas surgem na esteira das crescentes destruições que aconteciam nas chamadas cidades históricas coloniais, somadas ao extravio de obras sacras e religiosas para o exterior do país. Considerando esse cenário, a partir do ano de 1917 foram elaborados projetos de lei, anteprojetos e propostas que tinham como intuito promover a

⁸ Além desses antecedentes, ao “reconstruir a “proto-história” do Sphan, Silvana Rubino (1992, p. 21-32) acrescenta outras iniciativas de proteção a monumentos antigos, que encontrou citadas em textos que Rodrigo M. F. de Andrade produziu sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Essas outras iniciativas, em ordem cronológica, são: i) Ordem Régia de D. Maria I, datada de 20 de julho de 1792, que determinou ao governador da Capitania de Minas Gerais que produzisse um relato sobre os acontecimentos e imóveis notáveis e históricos da região mineira, pedido do documento régio que resultou em um resumo histórico da arquitetura e escultura do município de Mariana, do “período de seu maior apogeu” (RUBINO, 1992, p. 25-26); ii) Ordem do Príncipe-Regente D. João VI, em 1809, que decretou a reconstrução da Igreja de Vitória, em Salvador, e a restauração das epigrafias lapidares (RUBINO, 1992, p. 26); e iii) Alvará do Príncipe-Regente D. João VI, datado de 1822 – reiterando lei portuguesa de 1721 –, que ordenou a conservação de edifícios, esculturas e outras peças antigas que possuísem imagens e caracteres gravados (RUBINO, 1992, p. 26-27).

proteção dos bens culturais, sob a tutela do Estado. O primeiro projeto, de autoria do jurista baiano, José Wanderley de Araújo Pinho, apresentado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) no dia 01 de julho de 1917, propunha a criação de uma comissão para proceder ao inventário do patrimônio baiano (SANT'ANNA, 2015, p. 99). Em 1920, Alberto Childe, Conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, tendo sido solicitado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes a elaborar um anteprojeto de lei para a proteção de bens históricos e artísticos, escreveu um texto em que alvitava a defesa e exploração dos sítios arqueológicos brasileiros (ANDRADE, [1952] 2012, p. 68-70; SPHAN, 1980, p. 09). No ano seguinte, em 1921, José Marianno Carneiro da Cunha Filho propôs, por meio de um projeto de lei, a criação da “Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte” (SANT'ANNA, 2015, p. 99). Adiante, no dia 03 de dezembro de 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 350⁹, visando a organização da “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil” (ANDRADE, [1952] 2012, p. 70-74; SPHAN, 1980, p. 10). Em 16 de outubro de 1924, foi apresentada à Câmara dos Deputados, pelo deputado mineiro Augusto de Lima, o Projeto de Lei nº 181¹⁰ que versava sobre a proibição de saída do país de obras de arte nacionais sem a permissão do governo federal (ANDRADE, [1952] 2012, p. 74-76; SPHAN, 1980, p. 10).

Após diversas propostas que tinham como finalidade a salvaguarda do patrimônio da nação, em julho de 1925, o presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, formou uma comissão para que se desenvolvesse um projeto de proteção aos bens móveis mineiros que estavam sendo vendidos pelo vultoso comércio de antiguidades. Contudo, a comissão, ao analisar detidamente a matéria, concluiu que o projeto deveria se estender para a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, designando o jurista Jair Lins para a execução do anteprojeto de lei federal¹¹ (ANDRADE, [1952] 2012, p. 76-85; SPHAN, 1980, p. 10). Por fim, em 1930, ainda no período da Primeira República, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 230¹², que organizava a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional (ANDRADE, [1952] 2012, p. 89-97; SPHAN, 1980, p. 11).

Objetivando a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro que se encontrava em perigo devido a mutilações, abandono e comercialização, as propostas mencionadas acima,

⁹ O texto do projeto de lei de Luiz Cedro pode ser encontrado em SPHAN (1980, p. 33-34).

¹⁰ Um trecho do projeto de lei do deputado mineiro está transcrito em ANDRADE ([1952] 2012, p. 75-76).

¹¹ O texto do anteprojeto pode ser encontrado em SPHAN (1980, p. 35-45).

¹² O projeto de lei de José Wanderley de Araújo Pinho está transcrito em SPHAN (1980, p. 45-53).

escritas entre os anos de 1917 e 1930 não foram implantadas, por serem consideradas inconstitucionais pelo poder legislativo (ANDRADE, [1952] 2012, p. 89). A Constituição Federal de 1891¹³, conforme aponta Márcia Sant’Anna (2015, p. 92), tinha seus interesses econômicos e políticos voltados para a oligarquia cafeeira que comandava o país, concentrada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Em seu texto legal, o direito de propriedade pertencia exclusivamente ao proprietário, que poderia usufruir de seus bens, móveis ou imóveis, da maneira que achasse adequada, salvo em situações de desapropriação por motivo de utilidade pública, mediante indenização do Estado (SANT’ANNA, 2015, p. 94)¹⁴. Nesse sentido, os projetos de lei, anteprojetos e propostas elaborados entre 1917 e 1930, ao sugerirem a intervenção do Estado sob a coisa privada para proteção e conservação, atacaram um dos princípios constitucionais que, à época, se considerava absoluto, e que de certo modo caracterizava os desejos dos agentes de poder no período da República Velha. Para Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 85-89, 97-103), até mesmo as iniciativas que lograram êxito entre as décadas de 1920 e 1930, como as duas leis que criaram as “Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais” nos estados da Bahia e Pernambuco¹⁵, e os dois decretos federais que erigiram a cidade de Ouro Preto a monumento nacional e reorganizaram o regulamento do Museu Histórico Nacional para a criação do “Serviço de Proteção aos Monumentos”¹⁶, foram medidas limitadas, que não atuaram de maneira eficaz na proteção ao patrimônio, posto que esbarraram nas questões relativas ao limite de intervenção do Estado na propriedade privada.

Márcia Sant’Anna (2015, p. 91) localiza no período revolucionário de 1930 o nascimento das condições propícias para uma reordenação do direito de propriedade. Durante a Revolução de 1930, com a tomada de poder pelos grupos oligárquicos menores, o Estado assumiu uma postura administrativa centralizadora que o permitiu intervir em vários setores da economia e da sociedade, antes renegados e esquecidos, bem como “consolidar todo um ordenamento jurídico que impulsionou o desenvolvimento de políticas públicas de importância

¹³ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. 1891.

¹⁴ “Seção II | *Declaração de Direitos*. Artigo 72, §17 – O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. As minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de indústria” (BRASIL, 1891).

¹⁵ Leis nº 2.031 e nº 2.032, de 08 de agosto de 1927, do Estado da Bahia, regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 5.339, de 06 de dezembro de 1927, cria a “Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais” (ANDRADE, [1952] 2012, p. 85; SPHAN, 1980, p. 10).

Lei nº 1.918, de 24 de agosto de 1928, do Estado de Pernambuco, cria a “Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e Museu Histórico” (ANDRADE, [1952] 2012, p. 88; SPHAN, 1980, p. 10).

¹⁶ Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional (ANDRADE, [1952] 2012, p. 97; SPHAN, 1980, p. 11).

Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, aprova novo regulamento do Museu Histórico Nacional (ANDRADE, [1952] 2012, p. 99; SPHAN, 1980, p. 11).

social” (SANT’ANNA, 2015, p. 92-94). No curso desse novo ordenamento jurídico podemos situar a Constituição Federal de 1934¹⁷ – criada durante o governo de Getúlio Vargas –, que “instituiu a função social da propriedade como um princípio constitucional” (SANT’ANNA, 2015, p. 94). Desse momento em diante, o direito de propriedade passou a ser relativo, pois não poderia ser usado contra o interesse social e coletivo:

Capítulo II | *Dos Direitos e das Garantias Individuais*

Artigo 133, alínea 17

É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior (BRASIL, 1934c, grifo nosso).

Essa mudança constitucional de “cunho socializante”, como aponta Sant’Anna (2015, p. 98), permitiu que as discussões em torno da proteção do patrimônio histórico e artístico avançassem no sentido de construção de uma política pública preservacionista que incidisse sobre a propriedade particular. No entanto, a mesma autora pondera sobre a efetiva compreensão, por parte do proprietário, acerca da interferência pública que poderia recair sobre sua propriedade individual:

[...] a concepção privatizante e individualista da propriedade era, e continua sendo, muito forte. A propriedade é, assim, um campo de luta em dois níveis: dos indivíduos entre si e desses com a sociedade. Todos os seus conceitos derivam necessariamente desse embate (SANT’ANNA, 2015, p. 98).

Esse embate ficará evidente quando passarmos à análise dos processos de destombamento levantados para essa pesquisa, no capítulo seguinte. Em alguns casos, o proprietário do imóvel tutelado alega que o tombamento cerceou o seu direito de propriedade, solicitando, com isso, o cancelamento da proteção. O referido direito consiste basicamente em dois pontos, possibilidade de reformar ou destruir e obtenção de renda através do imóvel ou terreno.

Além de instituir a função social da propriedade, a Carta Magna de 1934 também trouxe avanços ao campo da preservação, ao estabelecer como princípio constitucional a proteção a bens de interesse histórico e artístico do país (ANDRADE, [1952] 2012, p. 102; SPHAN, 1980, p. 11), motivação não contemplada pela Constituição de 1891:

¹⁷ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. 1934c.

Capítulo II | *Da Educação e da Cultura*

Artigo 148

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934c, grifo nosso).

Após a promulgação da Constituição de 1934, que facilitava a construção de uma política preservacionista que pudesse intervir na propriedade particular, entre os autores das propostas citadas anteriormente – redigidas entre os anos de 1917 e 1930 –, apenas o deputado baiano, José Wanderley de Araújo Pinho, reenviou ao Congresso Nacional, em 1935, o seu Projeto de Lei sob o nº 259, que organizava a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional (ANDRADE, [1952] 2012, p. 104; SPHAN, 1980, p. 11). Mesmo com o progresso da nova carta magna, tal proposta não seguiu adiante na Câmara dos Deputados¹⁸.

A segunda iniciativa, pós-Constituição de 1934, partiu do recém-nomeado Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que, em 1936, encomendou a Mário de Andrade um anteprojeto voltado à criação de um serviço para a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (ANDRADE, [1952] 2012, p. 105; SPHAN, 1980, p. 12). Com as formulações do anteprojeto de Mário de Andrade¹⁹, ainda em 1936, após aprovação do presidente da República Getúlio Vargas, o Sphan começou a funcionar em caráter experimental, com Rodrigo M. F. de Andrade como seu diretor. O Sphan foi oficialmente institucionalizado como um serviço federal no ano seguinte, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. A citada lei, além de definir as finalidades do Sphan, “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937a)²⁰, já previa a criação de um Conselho Consultivo, constituído pelo diretor do Sphan, diretores de museus históricos e artísticos nacionais e mais dez membros que deveriam ser nomeados pelo presidente da República. Para a inserção do Sphan na Lei nº 378/1937 que sancionou o novo Ministério da Educação e Saúde Pública, foi apresentada à Câmara dos Deputados o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade (SANT’ANNA, 2015, p. 100; SPHAN, 1980, p. 13). Contudo, para o efetivo funcionamento do órgão, esse anteprojeto precisou ser reelaborado. Rodrigo M. F. de Andrade, então diretor do Sphan, ficou responsável

¹⁸ Silvana Rubino (1992, p. 62) ressalta que a documentação existente não esclarece os motivos para o não prosseguimento do projeto de lei de José Wanderley de Araújo Pinho no poder legislativo.

¹⁹ O texto do anteprojeto de Mário de Andrade pode ser consultado em SPHAN (1980, p. 55-68).

²⁰ Sobre a criação do Sphan, ver especificamente: BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. 1937a. Capítulo III, Seção III | *Dos serviços relativos à educação*, artigo 46, §1º, 2º e 3º.

pela reestruturação do texto do anteprojeto, pois em sua opinião, o projeto traçado por Mário de Andrade não possuía o suporte jurídico necessário para a intervenção do Estado na propriedade particular e previa o funcionamento de um tipo de instituição com muitos setores, impossível de ser aplicado aos moldes do funcionalismo público brasileiro à época (ANDRADE, [1952] 2012, p. 106-107). Entre os autores que se detiveram na análise e comparação entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o projeto oficializado sob a alcunha de Decreto-lei nº 25/1937, escrito por Rodrigo M. F. de Andrade e sua equipe de juristas, uma conclusão é constante. Todos apontam que o citado decreto-lei apresenta poucos pontos em comum com a proposta de Mário de Andrade, no que se refere ao trâmite legal para o tombamento, e principalmente com relação à definição dos bens que deveriam constituir o patrimônio histórico e artístico nacional que, no anteprojeto de Mário de Andrade, se apresentava de maneira mais ampliada, englobando uma quantidade maior de manifestações culturais que poderiam ser salvaguardadas (CHUVA, 2017, p. 160-171; FONSECA, 2017, p. 102-111; SANT'ANNA, 2015, p. 101-104; RUBINO, 1992, p. 68-79). Se, por um lado, a criação do Sphan foi facilitada pela mudança nos limites do direito de propriedade, por outro lado, as questões envoltas nesse mesmo conceito foram responsáveis, em parte, pela pouca utilização do anteprojeto de Mário de Andrade na formulação do Decreto-lei nº 25/1937:

[...] o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado por alguém com larga experiência jurídica, como Rodrigo M. F. de Andrade, estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade. Era esse, então, o principal entrave à institucionalização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. [...] A preocupação, nesse caso, não era com o aspecto conceitual ou com o organizacional, que já teriam sido equacionados no anteprojeto, mas com recursos operacionais que fossem não só legais como também reconhecidos como legítimos. A conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha, porém, um limite em relação ao anteprojeto: para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se a coisas (“bens móveis e imóveis”), o que marcava a inadequação do instrumento proposto [por Mário de Andrade] – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas, etc. (FONSECA, 2017, p. 109).

O anteprojeto de lei, reelaborado por Rodrigo M. F. de Andrade, ao ser apresentado à Câmara dos Deputados no dia 15 de outubro de 1936, pelo presidente da República, Getúlio Vargas, foi convertido no Projeto de Lei nº 511/1936 (ANDRADE, [1952] 2012, p. 109; SPHAN, 1980, p. 14). Após tramitação no Congresso Nacional, com a incorporação de emendas e revisões²¹, o Projeto de Lei nº 511/1936 foi incluído para nova votação na Câmara dos

²¹ Para mais detalhes sobre as emendas a que o Projeto nº 511/1936 foi submetido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, consultar ANDRADE ([1952] 2012, p. 109-110).

Deputados, no dia 10 de novembro de 1937. Entretanto, no mesmo dia instaurou-se no país o regime ditatorial do Estado Novo, que dissolveu o poder legislativo federal, impossibilitando a aprovação do Projeto de Lei nº 511/1936 (ANDRADE, [1952] 2012, p. 110; SPHAN, 1980, p. 14).

Com o novo regime político, uma nova constituição também foi decretada. O direito de propriedade, ampliado anteriormente pela Carta Magna de 1934, se manteve na Constituição Federal de 1937²²:

Dos Direitos e Garantias Individuais

Artigo 122

A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

14) o direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O seu conteúdo e os seus limites [do direito de propriedade] serão definidos nas leis que lhe regularem o exercício (BRASIL, 1937b, grifo nosso).

Do mesmo modo, o princípio constitucional de proteção aos bens de interesse histórico e artístico, promulgado na constituição anterior, recebeu disposição mais alargada na Carta Constitucional de 1937, que incluiu a proteção a monumentos naturais e previu punição aos sujeitos que atentassem contra o patrimônio nacional:

Da Educação e da Cultura

Artigo 134

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937b).

Logo após a dissolução do Congresso Nacional, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encaminhou ao gabinete do presidente da República uma exposição de motivos²³, solicitando que fosse aprovado o projeto de lei para a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (ANDRADE, [1952] 2012, p. 110-112; SPHAN, 1980, p. 14). Em 30 de novembro de 1937, Getúlio Vargas homologou o Decreto-lei nº 25²⁴, normativa que organizou e instituiu a proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil.

²² BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. 1937b.

²³ A exposição de motivos apresentada por Gustavo Capanema pode ser consultada em SPHAN (1980, p. 72-73).

²⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937c.

O Decreto-lei nº 25/1937 está dividido em cinco capítulos, a constar: *Do patrimônio histórico e artístico nacional, do tombamento, dos efeitos do tombamento, do direito de preferência e das disposições gerais* (BRASIL, 1937c). Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 107-108) menciona que, para a reelaboração do texto legal – Projeto de Lei nº 511/1936, transformado no Decreto-lei nº 25/1937 –, além do anteprojeto de Mário de Andrade, o diretor do Sphan buscou subsídios no anteprojeto do jurista Jair Lins (1925); no projeto de lei de José Wanderley de Araújo Pinho (1930/1935); no Decreto nº 24.337/1934²⁵, que regulamentou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil; no Decreto nº 24.735/1934, que deu nova organização ao Museu Histórico Nacional; nas legislações francesas de 1913 e 1930 e nas legislações mexicanas de 1930 e 1934, ambas voltadas à proteção do patrimônio.

De acordo com Capítulo I, *Do patrimônio histórico e artístico nacional*, constitui-se como patrimônio nacional:

Artigo 1º

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
§1º [...]

§2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937c).

Além de delinear que os bens de interesse público são materiais (móveis e imóveis), o artigo 1º já possibilita o tombamento de sítios e áreas naturais, além da paisagem urbana. Contudo, a descrição desses valores não se mostra objetiva: o que seria um fato histórico memorável? O que é a excepcionalidade? Se, no Decreto-lei nº 25/1937, isso não é esmiuçado, na prática institucional do Sphan, os critérios de seleção dos bens a serem protegidos, inspirados em uma tradição protecionista europeia de cunho nacionalista (FONSECA, 2017, p. 110), serão amplamente difundidos, influenciando também a atribuição de valores por parte dos órgãos de preservação estaduais e municipais. No único caso de destombamento federal realizado no estado de São Paulo, relativo à Igreja de São Gonçalo, a ausência de “excepcionalidade artística” foi utilizada como justificativa para a retirada de proteção²⁶. Ainda no Capítulo 1, §1º,

²⁵ BRASIL. Decreto nº 24.337, de 05 de junho de 1934, subordina o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ao gabinete do Ministro da Agricultura. 1934a.

²⁶ O processo de patrimonialização e despatrimonialização da Igreja de São Gonçalo será retomado no Capítulo 2.

é decretado que o bem, para ser integrado à lista do patrimônio histórico e artístico nacional, deverá ser inscrito pela autoridade competente em um dos quatro Livros do Tombo do Sphan.

O Capítulo II dispõe sobre os procedimentos disponíveis para se executar um tombamento e descreve os quatro livros do tomo, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Márcia Sant’Anna (2015, p. 112) aponta que essa definição dos livros do tomo e o seu conteúdo, bem como a denominação “tombamento”²⁷, foram retiradas do anteprojeto de Mário de Andrade. Apesar da existência dos quatro livros do tomo, a mesma autora relata que o Livro do Tombo das Artes Aplicadas foi pouco utilizado pelo Sphan²⁸ (SANT’ANNA, 2015, p. 112). Aqui, novamente, a questão da atribuição de valor e a dificuldade para exercê-la – não no campo normativo, mas enquanto política de preservação –, mostra-se como problemática da instituição.

O artigo 5º, do Capítulo II, estabelece que o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios será realizado através de ofício, por ordem do diretor do Sphan. Em seguida à averbação do tombamento no livro de tomo correspondente, as entidades responsáveis serão apenas notificadas sobre a proteção, a fim de que conservem a coisa tombada de acordo com as disposições da lei federal de tutela. A notificação de tombamento, aponta Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 121) é uma “formalidade posterior e decorrente daquele ato” de tomar, pois o Decreto-lei nº 25/1937 não prevê a contestação do tombamento de bens públicos por parte das entidades públicas ou pessoas de direito privado. O tombamento efetuado pelo Sphan de bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado poderá ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo. Será realizado o tombamento voluntário sempre que o próprio proprietário solicitar a proteção do seu bem móvel ou imóvel e o Conselho Consultivo decidir sobre o merecimento de preservação, ou quando o proprietário

²⁷ O jurista Jair Lins (1925) e o deputado José Wanderley de Araújo Pinho (1930/1935) referiam-se à “catalogação” dos bens culturais (SPHAN, 1980, p. 40, p. 46). Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 119) comenta que o termo “tombamento” foi escolhido por corresponder melhor, “na tradição da língua portuguesa, ao rol ou inventário autêntico de bens a ser instituído na lei e, assim também, aos atos administrativos relacionados com esse arrolamento”.

²⁸ Ao analisarmos a *Lista dos Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (1938-2018)*, localizamos apenas a inscrição de quatro bens no Livro do Tombo das Artes Aplicadas: Processo nº 0199-T-1939, *Jarras de Louça, Fábrica de Santo Antônio do Porto*, em Cachoeira (BA) (1939); Processo nº 0749-T-1964, que resultou em dois registros no livro do tomo: i) *16 imagens representando a morte de Nossa Senhora da Boa Morte, conservadas na Capela de São José*, em Canguaretama (RN) e ii) *08 imagens: Nossa Senhora das Dores, São Pedro, Santana Mestra, São Joaquim, Nossa Senhora da Conceição, Jesus Ressuscitado, Nossa Senhora do Rosário com menino Jesus e São Sebastião e lavabo*, em São José de Mipibu (RN) (1964); Processo nº 1570-T-2009, *Ponte Internacional Mauá*, em Jaguarão (RN) (2012). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 30 abr. 2018.

anuir à notificação de tombamento enviada por iniciativa do órgão de patrimônio. O tombamento compulsório será realizado quando houver contestação por parte do proprietário. Caso o proprietário não aprove a notificação enviada pelo Sphan, ele poderá impugnar o tombamento em um prazo de quinze dias a contar o recebimento da notificação, apresentando justificativas para a sua contestação. Após o pedido de impugnação, o Sphan deverá expor as suas justificativas para a manutenção do tombamento, que serão analisadas pelo Conselho Consultivo. Se o Conselho Consultivo aprovar as justificativas do órgão, será efetuado o tombamento compulsório, não cabendo mais recurso de contestação ao proprietário. Caso o Conselho Consultivo acate os argumentos de objeção do proprietário, o processo de tombamento é arquivado e o bem liberado das medidas protetivas do Sphan²⁹. O tombamento provisório diz respeito ao período em que o bem de interesse cultural fica sob a análise do Sphan, em estudo para o posterior tombamento. Sobre esse bem em estudo incide a mesma proteção e legislação dos bens efetivamente tombados. Essa condição de “tombamento provisório”, muitas vezes é pouco compreendida ou respeitada pelos proprietários, que alegam que houve um cerceamento do seu direito de propriedade, sem que a coisa tenha sido realmente protegida. É possível observar que, em alguns casos inventariados nessa pesquisa, após o recebimento da notificação de estudo de tombamento, os imóveis de interesse passaram por rápidos processos de degradação, no intuito de garantir que o órgão não efetivasse a salvaguarda. Se, após o período de instrução do processo, o Conselho Consultivo aprovar a proteção em reunião, se fará o tombamento definitivo, com inscrição no livro de tombamento correspondente.

O Capítulo III, *Dos efeitos do tombamento*, discorre sobre as limitações impostas ao bem protegido, seja público ou privado, e informa quais as obrigações do proprietário e do Sphan para a devida conservação da coisa tombada. Os artigos 13, 14 e 15 do citado capítulo resolvem que o proprietário de coisa tombada deverá sempre informar ao Sphan sobre a transferência da propriedade ou deslocamentos dentro do país. Em caso de saída ao exterior, o proprietário do bem cultural deverá solicitar autorização do Sphan para essa locomoção, que será autorizada somente se o deslocamento se tratar de um intercâmbio cultural, com previsão de retorno da coisa tombada para o Brasil.

A conservação do imóvel ou objeto tombado será de responsabilidade do proprietário. O artigo 17 estabelece que o bem tombado não poderá ser destruído, demolido, nem mutilado, e, para proceder a consertos, reformas ou restaurações, o proprietário deverá solicitar a

²⁹ Márcia Chuva (2017, p. 232-233) menciona que, entre o período de 1938 a 1946, o Sphan analisou treze casos de impugnações ao tombamento.

autorização do Sphan. Márcia Sant'Anna (2015, p. 110) afirma que o Decreto-lei nº 25/1937, em relação aos projetos anteriores que objetivavam a proteção do patrimônio nacional, é mais avançado ao delegar a responsabilidade pela conservação do bem tombado ao proprietário, desonerando o Estado: “ao desvincular o tombamento da obrigação de desapropriação ou conservação do bem, o Decreto-Lei nº 25/1937 tornou possível uma ação estatal ampla e efetiva de inventariação e proteção, impensável anteriormente” (SANT'ANNA, 2015, p. 110).

Essa colocação, contudo, precisa ser relativizada. Se, por um lado, a desvinculação entre o tombamento e a conservação permitiu uma proteção legal efetiva, por outro, também ocasionou graves problemas de manutenção e degradação de bens tombados; problemas que, muitas vezes, estão entre as justificativas para os pedidos de destombamento. Ao mesmo tempo, portanto, em que o Estado se desonera da obrigação de conservar e delega isso ao proprietário, o órgão não oferece ferramentas aplicáveis para que essa conservação aconteça. A ausência de recursos financeiros, as dificuldades técnicas, a idealização conservativa e o tempo de espera para aprovação dos pedidos de intervenção estão entre os motivos que levam os bens à deterioração e consequente ruína.

No Capítulo III, artigo 19, §1º, 2º e 3º, o Sphan se responsabiliza pelas obras de conservação, caso os proprietários informem e comprovem ao órgão a falta de recursos financeiros. Averiguada a necessidade de reparos, e se a instituição não efetuar as obras dentro de um prazo de seis meses, deverá providenciar a desapropriação da coisa tombada. Caso nem o restauro, nem a desapropriação tenham sido efetuados pelo Sphan, o proprietário poderá requisitar o cancelamento do tombamento de sua propriedade. Devemos considerar que, em alguns casos, a ruína é situação intencional, para que os órgãos de preservação retirem a proteção, mas, em muitos outros, pela falta de uma política de conservação aplicável, os bens sofrem com as degradações. Cabe ressaltar que, no Decreto-lei nº 25/1937, o destombamento é previsto apenas para essa situação, o seu recurso não é aplicável para a revisão dos valores atribuídos ao bem, por exemplo. O Capítulo III ainda prevê que, na vizinhança de coisa tombada, seja vedada a construção de algo que limite sua visibilidade e que, sempre que necessário, o Sphan efetuará visitas de inspeção, cabendo ao proprietário facilitar o acompanhamento dos técnicos da instituição.

O Capítulo IV, *Do direito de preferência*, regulamenta a ordem de venda e transmissão dos bens salvaguardados. O proprietário possui o direito de vender sua propriedade, mas antes de oferecê-la à sociedade, deverá consultar o interesse de compra da União, do Estado ou Município a que o bem pertence. Por possuir valor cultural, a preferência de aquisição tem de ser dada ao poder público, que atua em prol da sociedade. Recentemente, as disposições do

Capítulo IV foram revogadas pelo artigo 1.072, inciso I, da Lei nº 13.105/2015³⁰ que sancionou o novo Código de Processo Civil. Nesse sentido, a partir do ano de 2015, o Estado absteve-se do direito de preferência na alienação de bem pertencente a pessoa pública ou jurídica, de direito privado.

No último bloco de artigos do Decreto-lei nº 25/1937, Capítulo V, *Das disposições gerais*, o Sphan pontua outras possibilidades de atuação que não foram descritas nos capítulos anteriores. A partir de sua legislação, o órgão já considera a possibilidade de construção de políticas preservacionistas nos Estados. Para que não haja sobreposição ou interferência legal, o artigo 23 regulamenta que o Poder Executivo Federal deverá interceder para que o diálogo entre a União e os Estados aconteça, criando uma legislação uniforme. Tendo como preocupação a circulação e venda de objetos falsificados no país, o Sphan, por fim, exige que os negociantes de antiguidades, agentes de leilões, pessoas físicas e jurídicas mantenham um cadastro de seus pertences de valor histórico-artístico na instituição e que esses objetos sejam avaliados por um perito, a fim de comprovar sua autenticidade.

Como citado anteriormente, diante da complexidade do direito de propriedade, que passava por transformações na década de 1930, Rodrigo M. F. de Andrade tinha a preocupação de criar um projeto de instituição que conseguisse sustentar socialmente e juridicamente as intervenções que propunha, com o ato do tombamento. Nessa perspectiva, de consolidação de uma normativa que intervinha na propriedade particular, Sant’Anna (2015, p. 133-136) aponta que Rodrigo M. F. de Andrade, até o final da década de 1960, foi protetor incansável do Decreto-lei nº 25/1937, neutralizando, nos limites de sua posição institucional, todos os pedidos de revisão e reformulação do decreto, já que, para o diretor do Sphan, tal normativa ainda passava pelo seu período de acomodação. Mesmo diante das ações protecionistas de Rodrigo M. F. de Andrade, o referido Decreto-lei passou por três complementações e três alterações³¹. Duas dessas alterações são importantes para o contexto desse trabalho. A primeira delas aconteceu ainda no período em que Rodrigo M. F. de Andrade era diretor do Sphan. Em 29 de

³⁰ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, sanciona o Código de Processo Civil. 2015.

³¹ As complementações foram as seguintes: 1. Decreto-lei nº 2.809, de 23 de novembro de 1940, dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 2. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; 3. Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.

As alterações foram as seguintes: 1. Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, dispõe sobre o [cancelamento de] tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 2. Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 3. Artigo 1.072, inciso I, da Lei nº 13.105/2015, revoga o Capítulo IV do Decreto-lei nº 25/1937.

novembro de 1941 foi promulgado por Getúlio Vargas o Decreto-lei nº 3.866, que instituiu o dispositivo do cancelamento de tombamento, atendendo a *motivos de interesse público*:

Artigo único.

O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1941b, grifos nossos).

Com relação ao contexto histórico e político em que ocorreu a promulgação do citado Decreto-lei nº 3.866/1941, os pesquisadores Rodrigues e Miranda (2012, p. 61-62) e Márcia Chuva (2017, p. 147-148) argumentam que as reformas urbanas em curso na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, teriam sido o motivo para a flexibilização do tombamento, permitindo a demolição de bens protegidos que se encontravam no trajeto da nova avenida Presidente Vargas, não por acaso nomeada em homenagem ao presidente. Rodrigues e Miranda (2012, p. 61-62) afirmam que o destombamento de que trata o Decreto-lei nº 3.866/1941 é um “deplorável resquício do autoritarismo centralizador do Estado Novo [...]”, uma vez que “teve origem espúria e casuística, eis que criado especialmente para facilitar a construção da Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro” provocando a destruição de “pelo menos duas valiosas igrejas, a de São Pedro dos Clérigos e a do Bom Jesus do Calvário, além de parte dos jardins da Praça da República”. A esse respeito, Chuva comenta:

No ano da implantação desse decreto-lei, 1941, a Capital Federal vivia um momento crucial, quando estavam sendo feitas as obras de abertura da avenida Presidente Vargas. Na reta das demolições, encontravam-se alguns bens tombados, sob a guarda do Sphan, tais como o Campo de Santana (atual praça da República), que foi destombado e reduzido para passar a avenida. Encontrava-se também, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, tombada em 1938, cujo tombamento foi cancelado em 1943 com apoio nesse decreto-lei, para que pudesse ser derrubada. A apresentação pelo Sphan de um projeto alternativo ao da prefeitura para o traçado da nova avenida não obteve êxito. Por um lado, os agentes do Sphan lutavam efetivamente para atuar e intervir na definição de padrões de ocupação do espaço urbano, intenção revelada em inúmeras outras situações. Por outro lado, ficou patente que seu poder de barganha era relativo, num caso em que poderosos interesses econômicos e políticos estavam em jogo (CHUVA, 2017, p. 147-148).

Telles, Costa e Sales (2014, p. 03), contudo, relativizam essa afirmação, já que as duas igrejas acima citadas foram destombadas dois anos após a promulgação do Decreto-lei nº 3.866,

em 1943³². De qualquer modo, a criação do instrumento do destombamento evidencia a fragilidade de proteção dos bens culturais, pois, frente ao desenvolvimento urbano, seja ele de interesse público ou particular, os bens tombados sempre serão passíveis de adulteração ou desaparecimento, sem que sejam incluídos nessas transformações espaciais como parte histórica do território.

Um pouco antes da criação do Decreto-lei nº 3.866 foi expedido o Decreto-lei nº 3.365³³, em 21 de junho de 1941, que dispôs sobre as desapropriações por utilidade pública. Nesse decreto-lei estão listados todos os casos de interesse público em que a desapropriação poderia acontecer, como a necessidade de abertura de vias, execução de planos de urbanização, construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e até a preservação e conservação dos monumentos históricos, artísticos e naturais. Se, em junho de 1941, os bens tombados eram demarcados como de interesse público, em novembro de 1941, o governo aprovou o seu destombamento também em prol deste mesmo interesse público. Fica visível, nesse caso, que a preservação cultural não era prioridade entre as ações intervencionistas do governo federal e que as categorias “utilidade pública” ou “interesse público” mudavam à sorte das questões políticas e econômicas vigentes, nem sempre representando, de fato, a sociedade. Sobre o Decreto-lei nº 3.866/1941, Sant’Anna (2015, p. 118) aponta que, dentre as alterações que sofreu o Decreto-lei nº 25/1937, essa foi “a mais importante e constituiu a maior derrota já sofrida pelo Sphan em toda a sua existência”:

A principal insatisfação do SPHAN residia no fato de que a lei do cancelamento não previa a abertura de um processo no qual se pudesse atestar, de fato, a necessidade de cancelar-se o tombamento (SANT’ANNA, 2015, p. 119).

No entanto, sob o ponto de vista jurídico, Sonia Rabello (2009, p. 16) considera que o Decreto-lei nº 25/1937 “nunca foi substancialmente alterado por norma posterior, exceto em relação às leis mencionadas [Decreto-lei nº 3.866/1941 e Lei nº 6.292/1975] que, basicamente, o completaram”. Se, no Decreto-lei nº 25/1937, o cancelamento de tombamento era previsto apenas para casos em que houvesse a negligência do órgão de tutela na preservação do bem; o Decreto-lei nº 3.866/1941, com apenas um artigo, viabilizou que o tombamento de bens

³² Telles, Costa e Sales (2014) abordam o cancelamento do tombamento no campo do Direito, com foco nas implicações jurídicas derivadas e seus reflexos nas políticas culturais voltadas à preservação. Os autores destacam que o primeiro cancelamento de tombamento com base no Decreto-lei nº 3.866/1941 foi o da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre (RS). O fato seria um indício de que o documento legal não teria sido criado exclusivamente para facilitar a construção da avenida Presidente Vargas (TELLES et al., 2014, p. 03).

³³ BRASIL. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. 1941a.

pertencentes a pessoas naturais e jurídicas, de direito privado, e os bens pertencentes à União, Estados e Municípios – antes restritivamente protegidos –, pudessem ter seus tombamentos cancelados em qualquer período de tempo, com a justificativa, por vezes ambígua e imprecisa, de atender ao desenvolvimento e ao bem-estar da sociedade.

A segunda alteração que nos interessa destacar aconteceu na década de 1970. Em 15 de dezembro de 1975 foi sancionada a Lei nº 6.292³⁴, que dispôs sobre a necessidade de homologação ministerial para a efetivação do ato de tombamento. Além de indicar a homologação para os tombamentos, essa lei também determinou que os casos de cancelamento de tombamento, previstos no Decreto-lei nº 25/1937, artigo 19, §1º, 2º e 3º – sobre a falta de recursos financeiros para a conservação –, deveriam igualmente ser homologados pelo ministro da Educação e Cultura. Ou seja, todas as decisões do Conselho Consultivo, que eram validadas pelo diretor do órgão de preservação federal, precisariam ser ratificadas agora pela chefia ministerial. O contexto histórico do período pode nos ajudar a compreender o motivo para essa transferência de poder decisório. Márcia Sant’Anna (2015, p. 119) aponta que, além de retirar a autonomia do Iphan, pois o ministro da Educação e Cultura poderia retardar ou não efetivar o tombamento de algum bem cultural, a Lei nº 6.292/1975 foi promulgada em uma época em que a instituição de tutela, numa expansão do que se considerava patrimônio cultural, estava realizando estudos para o tombamento de grandes conjuntos urbanos, o que poderia significar um conflito com os interesses dos proprietários.

Conjuntamente à análise do Decreto-lei nº 3.866/1941, os autores que se debruçaram sobre o estudo das políticas públicas de preservação em âmbito federal, sempre buscaram citar os casos em que o referido decreto-lei foi utilizado pelo Sphan (CHUVA, 2017, p. 148-149; RADUN, 2016, p. 88-102; SANT’ANNA, 2015, p. 118-119; TELLES et al., 2014, p. 04-06). Porém, apenas no trabalho de Denis Fernando Radun (2016, p. 92, 96, 98, 101)³⁵, o caso da Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP) foi citado. O destombamento desse imóvel ocorreu ainda

³⁴ “Artigo 1º – O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto neste artigo ao caso de cancelamento a que se refere o §2º do artigo 19 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro 1937” (BRASIL, 1975).

³⁵ Radun (2016, p. 206) em seu levantamento aponta que entre 1937 e 2015 o Iphan destombou quatorze bens culturais, sendo eles: 1. *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos* (Rio Claro/RJ); 2. *Igreja de São Pedro dos Clérigos* (Rio de Janeiro/RJ); 3. *Igreja Bom Jesus do Calvário* (Rio de Janeiro/RJ); 4. *Campo de Sant’Ana* (Rio de Janeiro/RJ); 5. *Casa Campeiro-mor, canto da Praça do Gado Santa Cruz* (Rio de Janeiro/RJ); 6. *Edifício da antiga Santa Casa de Campos e Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens* (Campo de Goytacazes/RJ); 7. *Casa à Rua Carlos Gomes, nº 26* (Salvador/BA); 8. *Casa à Rua Visconde do Rio Branco, nº 18* (Salvador/BA); 9. *Casa do Coronel, na Roça do Argolo* (Salvador/BA); 10. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário* (Porto Alegre/RS); 11. *Igreja de São Gonçalo* (São Paulo/SP); 12. *Pico do Itabirito* (Itabirito/MG); 13. *Igreja do Bom Jesus dos Martírios* (Recife/PE); 14. *Ruínas da Igreja de Tambaú* (Cabedelo/PB).

na década de 1950, sob a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, tendo como justificativa a “descaracterização” do imóvel. Por que os autores não problematizaram esse destombamento? Trata-se de uma situação singular, pois o Sphan utilizou-se do Decreto-lei nº 3.866/1941, que considerava controverso, e o aplicou em uma situação não prevista neste mesmo decreto. Por que esse caso caiu no esquecimento entre a maioria dos pesquisadores? Considerando a contextualização realizada sobre a legislação que regula a preservação do patrimônio brasileiro, no capítulo 2 investigaremos as motivações e justificativas que desencadearam o destombamento da Igreja de São Gonçalo.

1.1.2 A LEGISLAÇÃO ESTADUAL (CONDEPHAAT)

Em âmbito estadual, ao analisarmos a trajetória de criação e a legislação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), instituído em 1968, nos apoiaremos no trabalho de Marly Rodrigues (2000), autora que realizou importante pesquisa sobre os antecedentes e a história do órgão paulista de preservação.

As inquietações com relação à proteção do patrimônio histórico e artístico, que permeavam as discussões entre intelectuais de algumas regiões do Brasil nas primeiras décadas do século XX, também se estenderam ao território do estado de São Paulo. Nesse sentido, a partir da década de 1930, algumas propostas para a organização de uma instituição de tutela do patrimônio estadual foram formuladas, tendo como intuito a intervenção do Estado para a proteção dos bens de interesse cultural.

Como observado anteriormente, em 1936, enquanto o Sphan funcionava em regime experimental, seu diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, reorganizou o anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade para assegurar o efetivo funcionamento do órgão, aprovado em 1937, sob a alcunha de Decreto-lei nº 25. Assim como aconteceu em nível federal, também no estado de São Paulo o anteprojeto de Mário de Andrade – escrito a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema –, foi o texto condutor da iniciativa de se organizar uma instituição de preservação do patrimônio paulista. Dessa maneira, em 1936, Paulo Duarte, à época deputado estadual, chefe do gabinete da Prefeitura Municipal de São Paulo e um dos responsáveis, conjuntamente a Mário de Andrade e Paulo Barbosa de Campos (ABDANUR, 1992, p. 64), pela formulação do projeto do Departamento de Cultura e de Recreação do Município de São Paulo³⁶, se propôs a elaborar um projeto de lei para a organização do “departamento de patrimônio paulista”, tendo como modelo o anteprojeto de Mário de Andrade (RODRIGUES, 2000, p. 32). O deputado estadual, com o apoio do governador Armando de Salles Oliveira, intentava apresentar seu projeto de lei ao legislativo paulista ainda na segunda metade de 1936. Todavia, a submissão de tal proposta foi protelada. Ao ser informada por Mário de Andrade sobre os planos de Paulo Duarte (ANDRADE, 1981, p. 62-65), a chefia do Ministério da Educação e Saúde solicitou, através de Rodrigo M. F. de Andrade, que a apresentação do projeto do deputado estadual aguardasse até que fosse concluída a tramitação

³⁶ O Departamento de Cultura e de Recreação da Prefeitura do Município de São Paulo foi institucionalizado pelo Ato nº 861, de 31 de maio de 1935 (ABDANUR, 1992, p. 65).

do Projeto de Lei nº 511/1936 no Congresso Nacional, pois poderia haver conflito de interesses na apresentação de projetos similares, prevalecendo, nesse momento, a proposta centralizadora da União (RODRIGUES, 2000, p. 33). Após um ano sem que o Projeto de Lei nº 511/1936 fosse aprovado pelo poder legislativo federal, em 07 de outubro de 1937, Paulo Duarte submeteu seu texto normativo à Assembleia Legislativa de São Paulo, convertido no Projeto de Lei nº 279³⁷ (RODRIGUES, 2000, p. 33). Inspirado no anteprojeto de Mário de Andrade, no Projeto de Lei nº 511/1936 e nas legislações francesa e italiana voltadas à preservação do patrimônio (RODRIGUES, 2000, p. 35), o Projeto de Lei nº 279/1937 recebeu várias emendas. Contudo, à semelhança do ocorrido com o Projeto de Lei nº 511/1936, em nível federal, a proposta de Paulo Duarte não pôde ser aprovada pela Assembleia Legislativa paulista, pois, em 10 de novembro de 1937, instaurou-se no país o regime ditatorial do Estado Novo, que dissolveu o poder legislativo e paralisou a instrução de todos os projetos de lei (RODRIGUES, 2000, p. 36). Devido à suspensão do sistema legislativo, o projeto que visava criar o departamento de proteção do patrimônio paulista foi encaminhado, então, ao poder executivo estadual, provavelmente por iniciativa de Paulo Duarte, conforme aponta Marly Rodrigues (2000, p. 36). Não obstante o empenho do deputado estadual, sua proposta não foi homologada pelo interventor do estado de São Paulo.

Com a promulgação do Decreto-lei nº 25/1937, nas décadas seguintes, a tutela do patrimônio histórico e artístico paulista foi realizada exclusivamente pelo poder federal (RODRIGUES, 2000, p. 36). Com base no artigo 23 do mencionado decreto, que versava sobre a realização de acordos entre a União e os Estados para a construção de uma legislação preservacionista uniforme³⁸, no início dos anos 1950, Luís Saia, chefe do 4º Distrito da Dphan-São Paulo, alvitrou ao deputado estadual Antônio Sílvio Cunha Bueno, que se formulasse um projeto de lei ambicionando a colaboração entre o governo estadual e a Dphan para a proteção do patrimônio paulista (RODRIGUES, 2000, p. 37). Em 05 de julho de 1951, por meio da Lei nº 1.048³⁹, o projeto de lei foi sancionado pelo governador Lucas Nogueira Garcez, autorizando a criação do acordo entre as duas entidades (RODRIGUES, 2000, p. 38). De caráter instrutivo, a Lei nº 1.048/1951 deliberava que uma comissão estadual fosse formada, composta por três

³⁷ Segundo Marly Rodrigues (2000, p. 35), o texto do Projeto de Lei nº 279/1937 pode ser encontrado nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1937).

³⁸ “Capítulo V | *Disposições Gerais*. Artigo 23 – O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto” (BRASIL, 1937c).

³⁹ SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 1.048, de 05 de julho de 1951, autoriza o Poder Executivo a realizar acordo com o Governo Federal visando a preservação dos monumentos e lugares históricos de São Paulo e dá outras providências. 1951.

membros, para que, juntamente à Dphan, elaborassem o texto normativo a ser aprovado pela Assembleia Legislativa para a criação do serviço de patrimônio estadual que colaboraria com o órgão federal. Segundo Marly Rodrigues (2000, p. 38), o documento que estabelecia o acordo e criava o serviço de preservação estadual foi elaborado sob a denominação “Sugestões para uma fórmula de colaboração”⁴⁰, provavelmente com a contribuição de Luís Saia, diretor da Dphan-São Paulo. Porém, o texto “desaparecido” do gabinete do governador, não foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado São Paulo⁴¹.

Nos anos seguintes, outras duas iniciativas para a criação de um órgão estadual de proteção ao patrimônio, formuladas pelo próprio governo do estado, não lograram êxito. Em 1957, durante seu governo, Jânio Quadros propôs a formação do “Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo”, designando os intelectuais Ernani Silva Bruno, Lourival Gomes Machado e Sérgio Buarque de Holanda para a redação do anteprojeto de lei (RODRIGUES, 2000, p. 39). Após divergências com os dois docentes da Universidade de São Paulo (USP), a comissão passou a ser composta por Ernani Silva Bruno, Herbert Baldus e Paulo Duarte. O anteprojeto de lei, que visou fundar uma instituição com plenos poderes, sem a colaboração da Dphan, não foi apresentado ao legislativo paulista (RODRIGUES, 2000, p. 39-40). Por fim, em 1962, o governador do estado de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, conforme cita Marly Rodrigues (2000, p. 40), em seu 2º Plano de Ação Governamental previu a criação de um órgão estadual de proteção ao patrimônio histórico e artístico, que não se concretizou.

Com base nas premissas de ameaça de destruição dos objetos e arquiteturas do litoral e do interior paulistas, da necessidade de reafirmação da identidade bandeirante por parte da burguesia do estado de São Paulo durante o regime ditatorial e da exploração financeira do patrimônio por meio do turismo (RODRIGUES, 2000, p. 41, 44-45), em 1968, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephat)⁴² foi institucionalizado. De acordo com Marly Rodrigues (2000, p. 42, 47), além dessas motivações culturais e econômicas, os meios políticos que propiciaram a criação do Condephat vieram um ano antes, com a publicação da Constituição Estadual de 1967 e a gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré. O princípio constitucional de proteção aos bens de interesse histórico e artístico instituído pela Constituição Federal de 1934 – e mantido desde então pelas

⁴⁰ Segundo M. Rodrigues (2000, p. 38), o documento pode ser encontrado em Iphan, Arquivo 9ª CR [atual Superintendência do Iphan-SP], Pasta AD24.1, doc. 006.

⁴¹ Para mais detalhes sobre o teor do “Sugestões”, consultar RODRIGUES (2000, p. 38-39).

⁴² Em 1969, com a inserção do valor arqueológico, será denominado Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) (RODRIGUES, 2000, p. 41, 51).

constituições posteriores –, foi absorvido pela constituição paulista apenas no ano de 1967. Nesse sentido, a Constituição do Estado de São Paulo de 1967⁴³ sancionou o dever do Estado de amparar a cultura e proteger o patrimônio, estabelecendo a criação do Condephat:

Capítulo II | *Da Educação e da Cultura*

Artigo 127

A lei disporá sobre o amparo à cultura, proteção do patrimônio histórico, artístico e monumental e preservação dos locais de interesse turístico, bem como organizará o sistema estadual de desportos.

Artigo 128

É criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, na forma que a lei estabelecer (SÃO PAULO (ESTADO), 1967a)⁴⁴.

Considerando a nova carta magna estadual, ao assumir o governo de São Paulo, em 1967, Abreu Sodré, por meio do Grupo Executivo da Reforma Administrativa (Gera)⁴⁵, reorganizou as pastas do governo paulista (RODRIGUES, 2000, p. 42, 46), criando a Secretaria de Promoção Social (Sepros) e a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (SCET)⁴⁶, que deveriam promover, entre outras ações, a “documentação e proteção do patrimônio histórico-cultural” e o “levantamento, definição e divulgação de atrações turísticas” (SÃO PAULO (ESTADO), 1967c). Para a preservação do patrimônio histórico-cultural, em setembro de 1967, o governador Abreu Sodré designou uma comissão⁴⁷ para elaborar um anteprojeto de lei em favor da proteção do patrimônio histórico, artístico e turístico do estado de São Paulo (RODRIGUES, 2000, p. 48). Ao tramitar na Assembleia Legislativa paulista, o anteprojeto aprovado foi convertido na Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968⁴⁸, que dispôs sobre a organização, competência e o funcionamento do Condephat (RODRIGUES, 2000, p. 49).

O texto da Lei nº 10.247/1968 é enxuto, não possui sessões, nem capítulos, apenas onze artigos. De acordo com o artigo 2º, caberá ao conselho:

⁴³ SÃO PAULO (ESTADO). Constituição Estadual de 1967, de 13 de maio de 1967. 1967a.

⁴⁴ Na Emenda nº 2 à Constituição Estadual de 1967 passam a ser os artigos 128 e 129. SÃO PAULO (ESTADO), 1969b.

⁴⁵ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 48.206, de 07 de julho de 1967, cria o Grupo Executivo da Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967b.

⁴⁶ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967, dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. 1967c.

⁴⁷ “A Comissão foi composta pelo assessor cultural da Secretaria de Governo, Miroel Silveira; pelo procurador do Estado, Olavo Fernandes; por Vinício Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos e Pedagógicos da Secretaria da Educação; por Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga; por Eurípedes Simões de Paula, diretor do Museu de Arte e Arqueologia da USP; e pelo jornalista Francisco Ruiz Ribeiro” (RODRIGUES, 2000, p. 48).

⁴⁸ SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências. 1968.

[...] a adoção de tôdas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados (SÃO PAULO (ESTADO), 1968).

Com relação ao Decreto-lei nº 25/1937, a Lei do Condephat apresenta uma ampliação no conceito do que pode ser considerado patrimônio estadual, ao referir-se aos valores folclórico e turístico. Analisando o conteúdo da Lei nº 10.247/1968, pode-se constatar que a normativa foi criada para definir as competências do conselho, pouco falando sobre o tombamento e os seus efeitos. Entre as atribuições do conselho estão: propor o tombamento dos bens de interesse às autoridades competentes; realizar, quando necessário, obras de restauro às expensas do Estado; e cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente. Não obstante essas atribuições, a Lei nº 10.247/1968 não especifica quem seria a “autoridade competente” para homologar o tombamento, nem menciona de que legislação se trata. A lei determina também que o Conselho Deliberativo deverá ser composto por nove membros⁴⁹, de comprovada moral idônea e com notório saber nas áreas a que se destina o órgão. Os conselheiros serão escolhidos pelo governador do estado e seus mandatos terão a duração de dois anos. Por fim, a Lei nº 10.247/1968 ainda prevê que os imóveis do Estado de valor histórico ou artístico deverão abrigar, com exclusividade, museus públicos.

Iniciadas as atividades da instituição, em 1969, diante dos problemas internos de funcionamento e da sobrecarga de trabalho, os Conselheiros do Condephat organizaram-se na elaboração de um anteprojeto de lei que regulamentasse a estrutura administrativa do órgão e suprisse as falhas da Lei nº 10.247/1968 (RODRIGUES, 2000, p. 50). Marly Rodrigues (2000, p. 50) aponta que o anteprojeto foi lido por Rodrigo M. F. de Andrade, que sugeriu algumas modificações no texto para que sua constitucionalidade fosse resguardada, em razão das ações de proteção ao patrimônio que eram exercidas pela União:

Sugeria, por isso, que o anteprojeto se referisse ao Artigo 172 da Constituição Federal de 1967, que colocava sob a proteção especial do poder público “os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas”; sugeria também menção ao Decreto n.25 e, por último, que se estabelecesse a precedência dos bens tombados pela União, para a inscrição nos livros do Tombo (RODRIGUES, 2000, p. 51).

⁴⁹ Os membros deveriam pertencer às seguintes entidades: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; Departamento de História da Universidade de São Paulo; Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Serviço de Museus Históricos do Estado; Instituto dos Arquitetos do Brasil – São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga; e Cúria Metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO (ESTADO), 1968).

A sugestão de precedência, do federal sob o estadual, ou do federal e estadual sob o municipal, para a inscrição nos livros de tombo pode ser traduzida por *tombamento ex-officio*. Esse tipo de tombamento caracteriza-se pelo reconhecimento imediato de instâncias inferiores sobre a proteção efetuada por uma instância superior. Nesse sentido, ao Condephat cabia tomar através de ofício, sem a necessidade de instrução de um processo de tombamento, todos os bens que a Dphan havia salvaguardado no estado de São Paulo, reconhecendo os valores atribuídos pela esfera superior. A característica do tombamento *ex-officio* é uma questão a ser destacada neste trabalho, pois em alguns casos de destombamento, a precedência será questionada e os órgãos não seguirão o cancelamento de tombamento das instâncias superiores.

Após os protestos dos Conselheiros, em 15 de agosto de 1969 foi homologado, pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré, o Decreto-lei nº 149⁵⁰ que, em poucos artigos, dispôs sobre a aplicação do tombamento e os seus efeitos (RODRIGUES, 2000, p. 51). O citado Decreto-lei, assim como a normativa federal, prevê a tutela de bens materiais, imóveis ou móveis. Segundo o Decreto-lei nº 149/1969, o tombamento dos bens imóveis deverá ser averbado no Registro de Imóveis e o tombamento dos bens móveis deverá ser transcrito no Registro de Títulos e Documentos. O §2º do artigo 1º define que após a aprovação do tombamento pelo conselho, o proprietário deverá ser notificado sobre a decisão, podendo solicitar o cancelamento de tombamento junto ao Governo do Estado em um prazo de dez dias, a contar do recebimento da notificação. Entre os oito artigos, essa é a única menção, no Decreto-lei nº 149/1969, sobre a possibilidade de se pedir o cancelamento de tombamento. Nos artigos posteriores, não constam instruções sobre as etapas seguintes a esse pedido. Se, do gabinete do governador, ele é encaminhado ao conselho do Condephat, por exemplo; ou, se é endereçado à Consultoria Jurídica do Estado. Em casos de doação, transferência, locação ou venda, o proprietário deverá comunicar a ação pretendida primeiramente ao Condephat. No tocante à conservação do bem tombado, os artigos 4º e 5º decretam que as iniciativas de reforma ou reparo deverão ser autorizadas previamente pelo órgão estadual, e este, periodicamente, efetuará visitas de inspeção para averiguar o estado de conservação do patrimônio paulista.

A regulamentação da Lei nº 10.247/1968 e do Decreto-lei nº 149/1969 aconteceu ainda em 1969, por meio do Decreto 0-I⁵¹, de 19 de dezembro, texto “possivelmente calcado no anteprojeto de autoria dos conselheiros” (RODRIGUES, 2000, p. 51). O Decreto 0-I/1969 está

⁵⁰ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto-lei nº 149, de 15 de agosto de 1969, dispõe sobre o tombamento de bens, para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual. 1969a.

⁵¹ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto 0-I, de 19 de dezembro de 1969, dispõe sobre a regulamentação da Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968 e do Decreto-Lei n. 149, de 15 de agosto de 1969. 1969c.

dividido em quatro capítulos, a saber: *Do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, Da organização do Conselho, Do processo de tombamento e Das disposições gerais e transitórias*.

Com a incorporação do valor arqueológico, o Capítulo I, que trata das incumbências do Condephaat, também define o que se constitui como patrimônio estadual:

Artigo 1º

Constitui o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico do Estado o conjunto de bens existentes em seu território, que pelo valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico e paisagístico, fica sob a proteção especial do Poder Público, nos termos do artigo 180 e parágrafo único da Constituição Federal [de 1967] e 129 da Constituição Estadual [de 1967] (SÃO PAULO (ESTADO), 1969c).

O Capítulo II, *Da organização do Conselho*, versa sobre a composição do conselho e o quadro de funcionários do Condephaat. O artigo 3º determina que o Conselho Deliberativo, obedecendo à Lei nº 10.247/1968, deverá ser composto por nove membros, designados pelo governador do estado. Além do presidente do conselho, que será selecionado pelo governador entre os nove membros, o artigo 8º do Decreto 0-I/1969 estabelece que os conselheiros deverão votar entre si para a escolha do secretário do conselho. O quadro de funcionários do Condephaat, conforme regula o artigo 10, §1º e 2º, será constituído de servidores administrativos e servidores técnicos. Os servidores administrativos serão selecionados entre os funcionários da SCET, e os servidores técnicos, que exercerão funções específicas na instituição, como arquitetos, restauradores e pesquisadores, serão selecionados entre os funcionários do Estado. Caso não existam técnicos nessas funções nas secretarias, o Condephaat poderá efetuar a contratação externa, com autorização do secretário de Cultura, Esportes e Turismo.

O Capítulo III, *Do processo de tombamento*, esclarece quais serão as limitações impostas ao bem protegido, seja público ou privado, os deveres do proprietário e do Condephaat para a conservação do bem e os trâmites processuais que efetivarão o tombamento. De acordo com o artigo 11 do referido capítulo – que acolheu as sugestões de Rodrigo M. F. de Andrade –, o processo de tombamento no Condephaat será realizado seguindo as disposições da legislação federal de proteção ao patrimônio e os termos do Decreto 0-I/1969. Nesse sentido, é possível observar que o conteúdo do Capítulo III muito se assemelha ao Decreto-lei nº 25/1937. Por esse motivo, procuraremos comentar apenas os aspectos do mencionado capítulo que difiram da normativa da União. Tal qual o decreto-lei federal, a conservação do bem móvel ou imóvel paulista será de responsabilidade do proprietário. O artigo 14, §1º e 2º estabelece que o

proprietário que não dispuser de recursos financeiros para a execução das obras de conservação e restauro de seu bem tombado, deverá comunicar a circunstância ao Condephaat, sob pena de aplicação de multa por negligência na preservação. Averiguada a necessidade de reparos, o Condephaat deverá executá-los, a expensas do Estado. Caso o órgão se omita da realização das obras, o proprietário poderá solicitar o cancelamento do tombamento de seu bem junto à instituição. No texto legal não seguem especificados os processos posteriores ao pedido de destombamento, nem quem deliberará sobre a solicitação. Em torno de imóvel ou sítio tutelado, num raio de 300 m, é vedada a construção de edifício ou a afixação de cartazes e objetos sem a autorização do Conselho Deliberativo, para que não prejudique a visibilidade do bem.

O tombamento efetuado pelo Condephaat de bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado poderá ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo. Conforme preceitua o artigo 21, §1º, 2º e 3º, será realizado o tombamento compulsório quando houver contestação por parte do proprietário. Caso o proprietário não concorde com a notificação de tombamento enviada pelo Condephaat, ele poderá impugnar a decisão em um prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, apresentando justificativas para a sua objeção. O pedido de impugnação será encaminhado a um conselheiro relator, que deverá analisar o processo e emitir parecer fundamentado para a manutenção do tombamento. O parecer do Conselheiro, aprovado pelo Conselho Deliberativo, será então encaminhado para a deliberação final do secretário de Cultura, Esportes e Turismo⁵². Se o secretário da SCET anuir aos argumentos do Conselho Deliberativo, será efetuado o tombamento compulsório. Desse despacho secretarial que efetivará o tombamento, o proprietário poderá ainda recorrer a uma instância superior, ao governador do estado, solicitando o cancelamento de tombamento. Caso o secretário de Cultura, Esportes e Turismo não aprove o parecer do Conselho Deliberativo e acate os argumentos de contestação do proprietário, o processo de tombamento será arquivado e o bem liberado das medidas protetivas do Condephaat. O tombamento, voluntário ou compulsório, será considerado “tombamento definitivo” somente no momento em que a “resolução de tombamento” for homologada pelo secretário da SCET por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, e o bem for inscrito no livro de tombo correspondente. As coisas móveis ou imóveis salvaguardados poderão ser arroladas em um dos cinco livros de tombo do Condephaat, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo das Artes Aplicadas; Livro do Tombo das Artes; Livro do Tombo das Artes Populares;

⁵² Se, ao contrário, o conselheiro relator concordar com as justificativas apresentadas pelo proprietário e o seu parecer for aprovado pelo Conselho Deliberativo, o processo de tombamento será arquivado.

e Livro do Tombo Histórico. Por fim, o Capítulo III prevê, em seu artigo 27, que o Condephaat deverá tomar *ex-officio* os bens tutelados pela Dphan no estado de São Paulo.

O último bloco de artigos do Decreto 0-I/1969, que corresponde ao Capítulo IV, *Das disposições gerais e transitórias*, trata das ações que o Condephaat poderá exercer para uma ampla proteção e preservação do patrimônio paulista. Entre as operações pretendidas, destacamos a realização de convênios entre o órgão estadual e a Dphan, institutos históricos, museus e universidades, e a defesa dos arquivos documentais históricos existentes no Estado.

Após a ratificação do Decreto 0-I/1969, que regulamentou a Lei nº 10.247/1968 e o Decreto nº 149/1969, a estrutura administrativa do Condephaat foi alterada pelo Decreto-lei nº 52.620⁵³, de 21 de janeiro de 1971, que instituiu a Secretaria Executiva da instituição. O decreto dispõe que a Secretaria Executiva, dirigida pelo presidente do Conselho Deliberativo do Condephaat, deverá efetuar as atividades administrativas e técnicas pertinentes para a preservação do patrimônio paulista. Para a execução desses trabalhos, a Secretaria Executiva foi dividida em cinco unidades: Assistência Jurídica; Comissão Técnica de Estudos e Tombamento (CTET); Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR); Serviço Técnico-Auxiliar; e Seção de Administração. Além de definir as unidades subordinadas ao secretário executivo, o Decreto-lei nº 52.620/1971 buscou também descrever as atribuições de cada unidade e designar o quadro de funcionários especializados necessários para os setores técnicos.

Estabelecida nos primeiros anos da instituição a estrutura mínima necessária para o seu funcionamento – com a legislação que regula o tombamento, a estruturação do corpo administrativo e técnico e a composição do Conselho Deliberativo –, nos anos que se seguiram, a partir das mudanças de governo e das políticas de preservação, o Condephaat passou a integrar outras secretarias, a formação do conselho foi alterada algumas vezes e o processo de tombamento se consolidou através de outros decretos. Nesse sentido, em 1975, durante o governo de Paulo Egydio Martins, o Condephaat foi incorporado à recém-criada Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia (RODRIGUES, 2000, p. 54). O Decreto nº 5.929/1975⁵⁴, que criou a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, anexou ao seu texto as disposições do Decreto 0-I/1969 – que regulamentava a organização administrativa do Condephaat e o processo de tombamento –, substituindo-o para os fins legais de proteção ao patrimônio

⁵³ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 52.620, de 21 de janeiro de 1971, cria a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, dispõe sobre normas complementares de seu funcionamento e dá outras providências. 1971.

⁵⁴ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 5.929, de 15 de março de 1975, altera a estrutura e a denominação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo e dá providências correlatas. 1975.

paulista. A composição do Conselho Deliberativo sofreu modificações no ano seguinte, em 1976⁵⁵, com o acréscimo de mais quatro representações, totalizando treze conselheiros⁵⁶. Segundo Marly Rodrigues (2000, p. 54), a alteração na composição do Conselho Deliberativo deu-se a pedido da Secretaria Executiva do Condephaat, que alertou para a necessidade de representação de áreas específicas, como a Geografia e as Artes Plásticas, para contribuir nas decisões do colegiado sobre a valoração de sítios naturais e coleções artísticas. Em 1979, com a reorganização das secretarias no governo de Paulo Salim Maluf, o Condephaat foi integrado à Secretaria do Estado da Cultura. O Decreto nº 13.426⁵⁷, de 16 de março de 1979, que dispôs sobre a criação da Secretaria da Cultura, centralizou em seu texto, no Capítulo II, as atribuições do Condephaat e a legislação estadual que institui a proteção ao patrimônio, substituindo a normativa anterior, o Decreto nº 5.929/1975. Assim, o Decreto 0-I/1969 que legalizou a ação do Condephaat na proteção do patrimônio, foi incorporado ao Capítulo II, do Decreto nº 13.426/1979⁵⁸, que se consolidou e segue até os dias atuais como o texto legal que institui o tombamento como principal instrumento de preservação do patrimônio paulista.

Em julho de 1983, o Conselho Deliberativo foi acrescido das representações do Departamento de Ciências Sociais e Antropologia de todas as universidades do estado de São Paulo e da Secretaria Especial do Meio Ambiente – Ministério do Interior. As representações dos Departamentos de História, História da Arquitetura e Geografia, que competiam apenas à Universidade de São Paulo, foram ampliadas para todas as universidades do estado de São Paulo, resultando em um colegiado com quatorze entidades⁵⁹. No ano seguinte, em 1984, o Conselho Deliberativo do Condephaat foi reorganizado, com o acréscimo de mais duas instituições, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Esportes e Turismo,

⁵⁵ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 7.516, de 03 de fevereiro de 1976, altera a composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. 1976a.

⁵⁶ Os treze conselheiros deveriam pertencer às seguintes entidades: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia; Divisão de Museus, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Cúria Metropolitana de São Paulo; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Instituto dos Arquitetos do Brasil – São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga; Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Universidade de São Paulo; Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo; Departamento de História da Universidade de São Paulo; Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; e Comissão de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura (SÃO PAULO (ESTADO), 1976a).

⁵⁷ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas. 1979.

⁵⁸ O processo de tombamento está disposto no Título VI | *Dos órgãos colegiados*, Capítulo II | *Do Condephaat*, Seção IV | *Do processo de tombamento*, artigos 134 a 149, do Decreto nº 13.426/1979 (SÃO PAULO (ESTADO), 1979).

⁵⁹ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 20.955, de 01 de julho de 1983, reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura. 1983.

totalizando dezessete entidades, com vinte e cinco conselheiros⁶⁰. A Secretaria Executiva do Condephaat, organizada em janeiro de 1971 para executar as atividades administrativas e técnicas que amparam as decisões do Conselho Deliberativo, teve sua denominação e sua estrutura interna alteradas no ano de 2006 (SOUZA, 2011, p. 51). Durante a reorganização da Secretaria da Cultura⁶¹, na gestão do governador Cláudio Lembo, a Secretaria Executiva passou a denominar-se Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH). Para a execução de suas funções, “tombar, restaurar e cadastrar o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado” (SÃO PAULO (ESTADO), 2006), a UPPH, subordinada ao conselho, dispõe da seguinte estrutura: Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI); Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados; e Núcleo de Apoio Administrativo.

A atual composição do Conselho Deliberativo do Condephaat foi estabelecida em 2008, por meio do Decreto nº 53.571⁶², que incluiu as representações da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, da Secretaria de Economia e Planejamento, da Procuradoria Geral do Estado e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, resultando em um colegiado heterogêneo, responsável pela seleção e preservação do patrimônio paulista.

⁶⁰ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 22.986, de 30 de novembro de 1984, altera dispositivos do Decreto nº 20.955, de 1.º de junho de 1983, que reorganiza a Secretaria da Cultura. 1984.

⁶¹ SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006, reorganiza a Secretaria da Cultura. 2006.

⁶² SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 53.571, de 17 de outubro de 2008, altera dispositivos que especifica do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas. 2008.

1.1.3 A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (CONPRESP)

No município de São Paulo, a tutela dos bens de interesse cultural é efetuada conjuntamente entre o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), institucionalizados, respectivamente, nas décadas de 1970 e 1980. O DPH e o Conpresp – que, entre as instituições de tutela enfocadas neste capítulo, são os órgãos de fundação mais recente –, foram objetos de estudo de relevantes pesquisas, que buscaram compreender o contexto histórico em que foram criados e suas políticas de atuação na cidade de São Paulo. Nesse sentido, para uma análise da trajetória de criação das duas instituições e da legislação que regula a proteção dos bens culturais em âmbito municipal, nos apoiaremos nos trabalhos de Lia Mayumi (2005), Paula Rodrigues de Andrade (2012) e Luís Gustavo Pereira Ferreira (2015).

A primeira iniciativa para a criação de um órgão municipal paulistano de preservação dos bens históricos e artísticos ocorreu no início dos anos 1970, sob a influência da inauguração do Condephaat (FERREIRA, 2015, p. 48). O prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Salim Maluf, em 15 de março de 1971, homologou o Decreto nº 9.414⁶³, que versava sobre a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Paulo, órgão subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. Com base na legislação federal e estadual existentes sobre o assunto – o Decreto-lei nº 25/1937, a Lei nº 10.247/1968 e o Decreto 0-I/1969 –, e, considerando a competência do município de, concorrentemente com o estado, promover a defesa dos bens e locais de “valor histórico, artístico, arqueológico e turístico” (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1971a), o Decreto nº 9.414/1971 estabelece que ao Conselho caberá, entre outras atribuições: propor o tombamento dos bens de interesse às autoridades competentes; colaborar com os serviços federal e estadual de proteção ao patrimônio histórico e artístico; e cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente. Evidentemente inspirado na Lei nº 10.247/1968, que trata das competências do Conselho Deliberativo do Condephaat, o Decreto nº 9.414/1971 também não esclarece quem seria a “autoridade competente” para efetivar o tombamento, nem aponta de que legislação se trata. Por fim, a normativa dispõe que o Conselho

⁶³ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971, cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. 1971a.

deverá ser composto por oito membros⁶⁴, idôneos e com notório saber nas áreas a que se destina a instituição. Os conselheiros serão escolhidos pelo prefeito de São Paulo e seus mandatos terão a duração de dois anos. Entre 1971 e 1973, o Decreto nº 9.414/1971 passou por quatro alterações em seu texto⁶⁵, contudo, como aponta Luís Ferreira (2015, p. 49), mesmo com a homologação do decreto, a atuação desse Conselho não se efetivou no município de São Paulo.

Na ausência de um órgão municipal de proteção ao patrimônio, cujas ações confluíssem com as políticas de preservação da Dphan e do Condephaat, nos anos que se seguiram, a preocupação com a preservação do patrimônio paulistano migrou da área da cultura para o setor do planejamento urbano, com foco nos bens arquitetônicos (ANDRADE, 2012, p. 61). Nesse sentido, a partir dos anos 1970, diante das transformações urbanas em curso, como a construção de viadutos, redes viárias e a implantação das linhas do metrô, o poder municipal buscou a realização de inventários e estudos sobre o patrimônio edificado da cidade de São Paulo a ser preservado. Assim, a Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep)⁶⁶, responsável pela organização do desenvolvimento urbano de toda a cidade, seguindo as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo (PDDI-SP), que estabelece as oito zonas de ocupação do solo⁶⁷, iniciou, em 1974, um levantamento do patrimônio arquitetônico a ser tutelado pelo zoneamento Z8, que abarcava edifícios e espaços sujeitos à preservação (ANDRADE, 2012, p.61). O levantamento e seleção, efetuados por Benedito Lima de Toledo e Carlos Alberto Cerqueira Lemos⁶⁸, a pedido da Cogep, resultaram na listagem denominada Z8-200, caracterizada por imóveis isolados e conjuntos urbanos de “caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação”

⁶⁴ O texto do artigo 3º descreve a composição do Conselho com oito membros, contudo são discriminadas dez entidades a que deverão pertencer os conselheiros: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Serviço de Museus Históricos do Estado de São Paulo; Instituto dos Arquitetos do Brasil – São Paulo; Órgão do Planejamento Urbano Integrado do Município; Cúria Metropolitana de São Paulo; Instituto de Engenharia de São Paulo; e Instituto Genealógico Brasileiro.

⁶⁵ As alterações foram: Decreto nº 9.453/1971, dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 9.414/1971; Decreto nº 9.583/1971, dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 9.414/1971; Decreto nº 10.281/1972, dá nova redação ao artigo 1º do Decreto 9.414/1971; e Decreto nº 10.369/1973, dispõe sobre nova redação do artigo 3º do Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971.

⁶⁶ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 7.694, de 07 de janeiro de 1972, dispõe sobre a criação da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, e dá outras providências. 1972a.

⁶⁷ De acordo com a Lei nº 7.688/1971, que cria o PDDI, as oito zonas são: Z1 – uso estritamente residencial; Z2 – uso predominantemente residencial; Z3 – uso predominantemente residencial; Z4 – uso misto; Z5 – uso misto; Z6 – uso predominantemente industrial; Z7 – uso estritamente industrial; e Z8 – usos especiais, espaços, estabelecimentos e instalações sujeitos a preservação ou a controle específico, tais como monumentos históricos, mananciais de água, áreas de valor estratégico para a segurança pública e área de valor paisagístico especial (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1971d).

⁶⁸ Para mais detalhes sobre a metodologia adotada e o levantamento realizado por de Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, consultar ANDRADE (2012, p. 70-96).

(SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1975c). A lista da Z8-200 foi sancionada pela Lei nº 8.328⁶⁹, de 02 de dezembro de 1975, que, em seu artigo 2º, estabeleceu as limitações impostas aos bens ou conjuntos protegidos, que não poderão ser alterados ou demolidos sem a autorização da Cogep, com o intuito de garantir a conservação das características urbanas:

Artigo 2º

Na zona de uso Z8-200, o remembramento ou desdobro de lotes, as demolições, reformas, ampliações, reconstruções ou novas edificações ficam sujeitas à prévia autorização da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.

§1º Os pedidos referentes ao disposto neste artigo serão apreciados e decididos pela COGEP, no prazo de cento e oitenta (180) dias, a qual ouvirá, se necessário e para os fins de direito, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado.

§2º As normas para apreciação dos casos que se enquadrem neste artigo serão baixadas por atos do Executivo (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1975c).

No mesmo ano em que a Cogep iniciava os estudos para o cadastramento e preservação dos bens culturais por meio da lei de zoneamento urbano, o poder municipal, na figura do prefeito Miguel Colasuonno, enviou à Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 192/1974, objetivando dividir a Secretaria de Educação e Cultura, em Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura, visto que assuntos complexos demandavam pastas separadas (MAYUMI, 2005, p. 155). O projeto de lei, após tramitação na Câmara Municipal, foi convertido na Lei nº 8.204⁷⁰, de 13 de janeiro de 1975, que criou a Secretaria de Cultura. Para a execução de suas atribuições, entre elas, “planejar atividades culturais, manter e administrar teatros e museus, criar uma rede de bibliotecas e planejar e executar medidas necessárias ao levantamento, ao tombamento e à defesa do patrimônio artístico e cultural do município” (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1975a), a Secretaria de Cultura foi dividida em quatro departamentos: Departamento de Teatro; Departamento de Bibliotecas Públicas; Departamento de Bibliotecas Infante-Juvenis; e Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural. Ao Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural, de acordo com o artigo 20 da Lei nº 8.204/1975, concorria efetuar as atividades relativas ao levantamento, cadastramento e fiscalização do patrimônio histórico e artístico municipal, a administração dos museus municipais, a organização da documentação artística e a manutenção de um planetário. Após dois meses de criação da

⁶⁹ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 8.328, de 02 de dezembro de 1975, dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências. 1975c.

A lista dos bens cadastrados na Z8-200 pode ser consultada ao final da legislação.

⁷⁰ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975, dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultural, e dá outras providências. 1975a.

Secretaria de Cultura, o prefeito municipal, Miguel Colasuonno, enviou o Projeto de Lei nº 44/1975, à Câmara Municipal, para a divisão do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural em Departamento de Informação e Documentação Artísticas (Idart) e Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) (MAYUMI, 2005, p. 156; FERREIRA, 2015, p. 40). Segundo Lia Mayumi (2005, p. 156), a bibliotecária de carreira, Maria Eugenia Franco, responsável pela criação do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural na nova Secretaria de Cultura, foi também quem elaborou a proposta para a divisão do departamento, que merecia seções especializadas:

Conta-nos Murillo Marx que Luís Saia e outros profissionais e professores que colaboraram na elaboração do Projeto de Lei alertaram Maria Eugenia sobre a importância de se criar um órgão de patrimônio cultural especializado, nos moldes do serviço federal; afinal a questão do patrimônio adquirira uma dimensão tal que no nível do município mereceria um serviço autônomo, e não subordinado ao IDART (MAYUMI, 2005, p. 156)⁷¹.

O projeto de lei, após aprovação na Câmara Municipal, foi ratificado pelo prefeito Olavo Egydio Setúbal, por meio da Lei nº 8.252⁷², de 20 de maio de 1975, que criou o DPH e o Idart, departamentos subordinados à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Com a divisão, o Idart ficou responsável pela documentação artística nacional e internacional e pelo acervo municipal de arte contemporânea brasileira; e o DPH ficou responsável pela documentação histórica e iconográfica, pelos museus e suas coleções e pelo patrimônio histórico e artístico existentes na cidade. O artigo 13 da Lei nº 8.252/1975 organiza a estrutura interna do DPH em setores técnicos e administrativos, a saber: Seção de Contabilidade; Planetário Municipal de São Paulo; Divisão do Arquivo Histórico; Divisão de Iconografia e Museus; Divisão de Preservação; e Divisão de Administração. Tendo em vista o tema central dessa pesquisa, interessa-nos em especial a Divisão de Preservação do DPH, destinada a proteger o patrimônio móvel e edificado paulistano. Em seu organograma, o DPH será coordenado pelo Diretor Técnico, e a Divisão de Preservação possuirá cinco seções técnicas e duas seções administrativas⁷³ para a realização dos trabalhos de sua competência. Instituída em

⁷¹ Conforme menciona Murillo Marx, em entrevista concedida à Lia Mayumi (2005, p. 156), os outros intelectuais que participaram da elaboração da estrutura do DPH são: Antonio Candido, Benedito Lima de Toledo, Caio Prado Júnior, Carlos Lemos, Ernani Silva Bruno, Nestor Goulart Reis Filho, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet.

⁷² SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 8.252, de 20 de maio de 1975, dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artística, e dá outras providências. 1975b.

⁷³ As cinco seções técnicas e as duas seções administrativas são, respectivamente: Seção Técnica de Levantamento e Pesquisas; Seção Técnica de Crítica e Tombamento; Seção Técnica de Programas de Revitalização; Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação; Seção Técnica de Divulgação e Publicações; Seção de Expediente; e Seção de Laboratório de Restauro (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1975c).

1975, objetivando, entre outras ações, colaborar com os serviços de proteção ao patrimônio que eram executados pela Dphan e pelo Condephaat (MAYUMI, 2005, p. 157), a Divisão de Preservação começou a atuar apenas em 1977, com a formação de seu quadro técnico de funcionários (BAFFI, 2006, p. 169). Não obstante esse objetivo, convém ressaltar que a Lei nº 8.252/1975, que criou o DPH e a Divisão de Preservação, não estabeleceu uma normativa de tombamento para a instituição. Com isso, conforme menciona Paula de Andrade (2012, p. 73-74), até a criação do Conpresp, que institui o tombamento municipal, “a competência de salvaguardar o patrimônio da cidade ficava a cargo da Cogep, ou seja, os imóveis deveriam passar pela aprovação do órgão de planejamento para entrar na lista da Z8-200, que era o instrumento utilizado para enquadrar o que se desejava proteger” (ANDRADE, 2012, p. 117)⁷⁴.

Assim, nos anos que se seguiram, o DPH envolveu-se na produção de levantamentos e inventários do patrimônio edificado da cidade de São Paulo. Entre os inventários realizados pelo órgão, a bibliografia consultada, que trata das políticas de preservação do DPH, dá destaque ao levantamento efetuado pela instituição em parceria com a Cogep no ano de 1977, a pedido da Companhia do Metrô de São Paulo, para a identificação de imóveis e manchas urbanas de interesse cultural, que estavam no perímetro da Linha do Metrô Leste-Oeste (ZML – Zona Metrô-Leste), resultando no inventário *Patrimônio Ambiental Urbano Zona Metrô-Leste* (BAFFI, 2006, p. 169-177; ANDRADE, 2012, p. 116-134); e ao *Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo* (Igepac-SP), metodologia de levantamento adotada pelo DPH a partir de 1982, para a identificação sistemática do patrimônio cultural e urbano existente nos bairros da cidade, partindo da região central para as periferias (BAFFI, 2006, p. 178-190; FERREIRA, 2015, p. 90-93).

Excluindo-se o Decreto nº 9.414/1971, que criou um conselho de defesa que não chegou a atuar, o tombamento voltou a ser considerado uma ferramenta apta a proteger o patrimônio municipal apenas no início da década de 1980. Em entrevista a Luís Ferreira (2015, p. 61-62), Mirthes Baffi, arquiteta da Divisão de Preservação do DPH, aponta que surgiu dentro do próprio órgão e da Secretaria de Cultura o projeto de lei para a criação de um conselho de preservação, com legislação própria para tutelar o patrimônio paulistano inventariado na

⁷⁴ Em 2002, por meio da Lei nº 13.430, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), a Z8-200 foi substituída pelas Zonas Especiais de Preservação Cultural (Zepec), que são “porções do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos” (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 2002). No ano de 2014, com a promulgação do novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 16.050, as definições e as categorias do que poderia enquadrar-se como Zepec foram ampliadas para: Bens Imóveis Representativos (BIR); Áreas de Urbanização Especial (AUE); Áreas de Proteção Paisagística (APPa); e Áreas de Proteção Cultural (APC) (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 2014).

instituição. A motivação, segundo a arquiteta, nasceu da necessidade de se salvaguardar os imóveis e manchas urbanas selecionados no inventário *Patrimônio Ambiental Urbano Zona Metrô-Leste*, posto que, após a indicação da Cogep e do DPH para a inclusão desse levantamento na listagem da Z8-200, a Câmara Municipal incluiu na lei de zoneamento urbano que protege o patrimônio construído somente uma pequena parte desse inventário⁷⁵ (FERREIRA, 2015, p. 61; BAFFI, 2006, p. 173). O projeto de lei, apresentado à Câmara Municipal pelo vereador Marcos Mendonça, após tramitação no órgão legislativo paulistano, foi sancionado pelo prefeito Mário Covas, por meio da Lei nº 10.032⁷⁶, de 27 de dezembro de 1985, que organiza o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e institui o tombamento como instrumento de tutela da instituição. Fundado em 1985, o Conpresp iniciou suas atividades apenas no ano de 1988, após a instalação do Conselho Deliberativo (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1988)⁷⁷.

A Lei nº 10.032/1985, que dispõe sobre o Conpresp e o tombamento em âmbito municipal, alterada diminutamente pela Lei nº 10.236⁷⁸, de 16 de dezembro de 1986, está dividida em sete títulos, a saber: *Do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)*, *Do sistema de preservação*, *Do processo de preservação*, *Do relacionamento entre o Conpresp e o órgão técnico de apoio*, *Dos efeitos do tombamento*, *Da alocação de recursos* e *Das disposições finais e transitórias* (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1985, 1986).

O Título I, *Do Conpresp*, trata das competências e da composição do Conselho. De acordo com o artigo 2º, estão entre as atribuições do Conselho: deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para o município de São Paulo; definir caso a caso a área de entorno dos bens tombados; adotar as medidas previstas na presente lei, para que se produzam os efeitos de tombamento; e, em casos excepcionais, deliberar sobre as propostas de revisão de processo de tombamento. Apesar de mencionar a possibilidade de “revisão de

⁷⁵ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 8.848, de 20 de dezembro de 1978, dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na Zona Metrô-Leste – ZML, e dá outras providências. 1978.

Paula de Andrade (2012, p. 133-134) descreve que, da listagem com 72 zonas especiais para preservação, a Câmara Municipal, cedendo à pressão externa de proprietários e empresários, inseriu na listagem da Z8-200 apenas sete zonas especiais da região leste do município de São Paulo.

⁷⁶ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. 1985.

⁷⁷ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). *Ata de Instalação do Conpresp, de 20 de outubro de 1988*. 1988. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/historico/index.php?p=1132>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

⁷⁸ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986, altera dispositivos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. 1986.

processo de tombamento”, a normativa não especifica como será realizada e nem de que tipo de revisão se trata, se será, por exemplo, uma revisão para aprimorar as medidas protetivas, ou se será uma revisão para cancelar o tombamento. O Conselho deverá ser constituído por nove membros⁷⁹, designados pelo prefeito, e seus mandatos terão a duração de três anos. A lei determina também que o Conselho terá uma Secretaria Executiva e será conduzido por um presidente, a ser escolhido por meio de votação entre os conselheiros.

O Título II, *Do sistema de preservação*, dispõe sobre o que se constitui como patrimônio municipal e descreve os livros de registro. Englobando uma diversidade maior de valores, interessa ao Conpresp tomar total ou parcialmente:

Artigo 7º

[...] os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular existentes em seu território que, pelo seu valor cultural, histórico, artístico, arquitetônico, documental, bibliográfico, paleográfico, urbanístico, museográfico, toponímico, ecológico e hídrico, ficam sob a especial proteção do Poder Público Municipal (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1985, 1986, grifo nosso).

O artigo 7º, em seu parágrafo único, ainda estabelece que ao Conpresp caberá tomar *ex-officio* os bens tutelados pelo Iphan e pelo Condephaat na cidade de São Paulo. Os bens salvaguardados pelo Conpresp poderão ser averbados em um dos seis livros de registro, a saber: Livro de Registro dos bens naturais; Livro de Registro dos bens de valor arqueológico, pré-histórico e antropológico; Livro de Registro dos bens históricos, artísticos, folclóricos, bibliográficos, iconográficos, toponímicos e etnográficos; Livro de Registro dos parques, logradouros, espaços de lazer e espaços livres urbanos; Livro de Registro de edifícios, sistemas viários, conjuntos arquitetônicos e urbanos e monumentos da cidade; e Livro de Registro de bens móveis.

Os Títulos III e V, respectivamente, *Do processo de preservação* e *Dos efeitos do tombamento*, discorrem em seus artigos sobre o trâmite processual que efetivará o tombamento, as limitações impostas ao bem protegido e as obrigações do proprietário e do Conpresp para a devida conservação da coisa tombada. Ao analisarmos as disposições desses dois títulos, é possível observar que suas diretrizes foram inspiradas nas normativas de preservação das instâncias superiores que atuam no estado de São Paulo, ou seja, o Iphan e o Condephaat, por meio do Decreto-lei nº 25/1937 e do Decreto nº 13.426/1979. Nesse sentido, seguindo o método

⁷⁹ Os membros do Conselho deveriam pertencer às seguintes entidades: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico; Comissão de Cultura da Câmara Municipal de São Paulo; Secretaria dos Negócios Jurídicos; Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Planejamento; Instituto dos Arquitetos do Brasil – São Paulo; Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo; e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – São Paulo (SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1985, 1986).

adotado anteriormente, comentaremos apenas os aspectos dos mencionados títulos que divirjam das legislações federal e estadual. O tombamento realizado pelo Conpresp poderá ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo. Em conformidade com o artigo 15, parágrafo único, será realizado o tombamento compulsório quando houver contestação por parte do proprietário. Diferentemente do que ocorre nos âmbitos federal e estadual, que permitem ao proprietário contestar o tombamento antes da homologação do Ministro da Cultura ou do Secretário Estadual de Cultura, em nível municipal, o proprietário poderá impugnar a proteção de seu bem somente após a publicação da Resolução do Conselho pelo Secretário de Cultura no Diário Oficial do Município, que resulta no tombamento definitivo. Caso o proprietário ou qualquer pessoa física ou jurídica de direito privado não concorde com a proteção exarada, em um prazo de quinze dias, a contar da publicação da resolução, o indivíduo poderá impugnar a decisão, apresentando justificativas para a sua oposição. O pedido de contestação será encaminhado a um conselheiro do Conpresp, que deverá analisar o processo de tombamento e o pedido de impugnação, para emitir parecer fundamentado pela manutenção ou não do tombamento. Se o conselheiro opinar pela manutenção do tombamento e o seu parecer for aprovado pelo Conselho Deliberativo do Conpresp, o processo será encaminhado à deliberação final do Prefeito Municipal de São Paulo, que efetivará o tombamento compulsório, com nova publicação da Resolução de Tombamento no Diário Oficial do Município e com o arrolamento do bem no livro de registro correspondente. Ao contrário, se o conselheiro do Conpresp anuir às justificativas apresentadas pelo proprietário ou indivíduo interessado e o seu parecer for aprovado pelo Conselho Deliberativo, o tombamento será cancelado, com homologação do Secretário de Cultura no Diário Oficial do Município. Além da averbação no livro de registro correspondente, conforme preceitua o artigo 17, o tombamento dos bens imóveis deverá ser transcrito no Registro de Imóveis, e o tombamento de bens móveis deverá ser inscrito no Registro de Títulos e Documentos.

No município de São Paulo, a conservação do imóvel ou objeto tombado é de responsabilidade do proprietário. Os artigos 20 e 21 determinam que o bem tombado não poderá ser destruído, nem demolido ou mutilado, e para proceder a consertos ou restauros, o proprietário deverá solicitar a autorização do órgão técnico de apoio ao Conpresp, sob pena de aplicação de multa caso não sejam obedecidas essas disposições e haja negligência na preservação do bem salvaguardado. A fim de assegurar o cumprimento desses artigos, o órgão técnico de apoio efetuará visitas de inspeção sempre que necessário, para a conservação do patrimônio paulistano.

Retomando a ordem numérica da Lei nº 10.032/1985 alterada pela Lei nº 10.236/1986, o Título IV, *Do relacionamento entre o Conpresp e o órgão técnico de apoio*, versa sobre as funções do DPH (Divisão de Preservação), órgão da Secretaria de Cultura que, após a fundação do Conpresp, passou a atuar como órgão técnico que instrui os processos a serem deliberados pelo Conselho. Assim como, em âmbito estadual, a UPPH está interligada ao Condephaat, na cidade de São Paulo, o DPH assessora o Conpresp. De acordo com o artigo 18, caberá ao DPH: fornecer os subsídios técnicos que forem necessários ao Conselho; viabilizar as decisões tomadas pelo Conselho; divulgar as deliberações do órgão colegiado; e administrar o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano (Funcap).

O Título VI, *Da alocação de recursos*, regulamenta a criação do Funcap, fundo destinado a gerir recursos pecuniários para a execução de serviços e obras de manutenção e restauro de bens tombados pelo Conpresp.

No último conjunto de artigos, que corresponde ao Título VII, das *Disposições finais e transitórias*, fica estabelecido que o Conpresp manterá uma listagem atualizada dos proprietários de bens tombados, para fins de comunicação.

De normatização recente, num período em que o tombamento já havia se “consagrado” (RABELLO, 2009, p. 19) como uma prática preservacionista, o DPH, o Conpresp e a legislação que ordena o tombamento municipal não sofreram grandes alterações. A composição do Conselho Deliberativo, modificada no ano de 2007, se consolidou por meio do Decreto nº 50.989, de 13 de novembro de 2009. Por sua vez, com a reestruturação do DPH em 2010, a Divisão de Preservação passou a contar com seis seções técnicas⁸⁰, para inventariar e proteger, associadamente ao Conpresp, o patrimônio cultural e ambiental do município de São Paulo.

⁸⁰ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, dispõe sobre a reorganização do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, da Secretaria Municipal de Cultura, cria, em caráter experimental, o Centro de Memória do Circo, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica e introduz alterações nos Decretos nº 41.853, de 1º de abril de 2002, e nº 48.166, de 02 de março de 2007. 2010.

As seis divisões técnicas são: Seção Técnica de Crítica e Tombamento; Seção Técnica de Programas de Valorização do Patrimônio; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa; Seção Técnica de Projetos, Restauro e Conservação; Seção Técnica de Monumentos e Obras Artísticas; e Comissão de Gestão de Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos.

1.2 AS TRÊS INSTÂNCIAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS

As descrições e análises realizadas anteriormente, acerca dos antecedentes históricos e políticos da criação dos órgãos de preservação selecionados para esta pesquisa e das respectivas legislações que efetivam o tombamento nos diferentes níveis de proteção, foram necessárias para que compreendêssemos em que campo normativo se inserem os atos de patrimonialização e despatrimonialização do patrimônio edificado no estado de São Paulo.

Equacionadas em âmbito nacional as questões relativas ao limite do direito de propriedade, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1934, a ação intervencionista do Estado na propriedade particular foi viabilizada, com o objetivo de garantir a proteção e a conservação de determinados bens, que passaram a ter uma “face pública”. Nesse contexto, as legislações do Condephaat e Conpresp, criadas posteriormente à instituição do Sphan e do Decreto-lei nº 25/1937, seguiram em grande medida as disposições da legislação federal de tombamento, havendo mais similaridades do que diferenças entre as três instâncias de salvaguarda⁸¹ que atuam na proteção do patrimônio edificado em território paulista.

Entre as similaridades, podemos citar as restrições impostas à edificação tutelada e a atribuição de responsabilidade para a sua conservação que, nos três órgãos de preservação estudados, é designada ao proprietário. O dono de imóvel tombado, de acordo com os textos legais, não poderá alterar, mutilar, nem demolir o seu bem, sob a possibilidade de ser penalizado financeiramente pelos órgãos de preservação. As três instituições comprometem-se materialmente em auxiliar na conservação do bem, caso o dono informe e comprove o impedimento financeiro para executar os reparos necessários. Nesses casos, o Sphan, o Condephaat e o Conpresp apontam que poderão efetuar às custas do poder público as obras de conservação e restauração de que careçam a coisa tombada. Se os três órgãos se responsabilizam, legalmente, em auxiliar na manutenção do bem tombado, apenas o Iphan e o Condephaat permitem ao proprietário solicitar o destombamento de sua edificação, caso a instituição não execute as obras que ficaram sob sua incumbência, desonerando o proprietário das responsabilidades de conservação impostas pela normativa de tombamento. O Conpresp, em contrapartida, não indica em sua legislação alguma solução para os casos em que omita

⁸¹ Cumpre recordar que as legislações que regulam o tombamento no estado de São Paulo em âmbitos federal, estadual e municipal (cidade de São Paulo) são, respectivamente: Decreto-lei nº 25/1937; Decreto nº 13.426/1979; e Lei nº 10.032/1985 alterada pela Lei nº 10.236/1986.

assistência conservativa. Outro ponto em comum, entre as três legislações selecionadas para esta pesquisa que instituem o tombamento no estado de São Paulo, está relacionado à necessidade de homologação executiva das deliberações que são processadas nos Conselhos. Conforme visto anteriormente, o Sphan, em sua formação inicial possuía plenos poderes para efetivar o tombamento de um bem após a aprovação do Conselho Consultivo. Essa situação, no entanto, foi alterada em 1975 com a publicação da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro, que sancionou a necessidade de homologação ministerial para a efetivação do ato de tombamento e do ato de destombamento, previstos no Decreto-lei nº 25/1937. Em confluência à citada lei federal, o Condephaat e o Conpresp já nasceram sem autonomia decisória, cabendo aos respectivos secretários da cultura de cada instância homologar o tombamento, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado ou no Diário Oficial do Município. Delegar a confirmação do tombamento à uma instância superior que não está diretamente vinculada aos trabalhos de instrução que são realizados no processo de tombamento, como mencionou Sant'Anna (2015, p. 119), pode resultar em um retardamento da homologação em dias, meses ou anos, posto que o processo poderá ficar estacionado no gabinete do executivo competente, e esse, usando de sua autoridade, poderá também não efetivar o tombamento, solicitando o seu arquivamento ou o retorno do processo para a instituição de tutela. Segundo Sonia Rabello (2009, p. 59-61), o ato homologatório da autoridade competente objetiva a “avaliação de conveniência do ato político-administrativo”, ou seja, a conveniência política do tombamento. Nesse sentido, ao Conselho compete a seleção e valoração do bem cultural e ao ministro ou secretário, a depender da esfera de proteção, compete avaliar se o tombamento não fere algum outro interesse público, devendo optar nesse caso entre um ou outro. Resta-nos, nesse cenário, compreender qual interesse público se sobressai quando um tombamento é retardado ou não homologado pelo poder executivo.

A principal divergência verificada entre os três âmbitos legislativos estudados diz respeito à possibilidade de se cancelar o tombamento de um bem cultural. Antes de relembrarmos os casos em que se pode solicitar o cancelamento de tombamento nos órgãos, é preciso diferenciar o pedido de impugnação do tombamento, da solicitação de cancelamento de tombamento. Nas legislações analisadas, pode-se contestar o tombamento após a decisão do Conselho em favor da proteção do bem. No momento em que o proprietário recebe a notificação de tombamento, em um prazo estabelecido pela instituição, ele poderá impugnar essa ação, apresentando suas justificativas. Nesse caso, o que se tem é um tombamento provisório, que aguarda a anuência ou a contestação do proprietário para se efetivar por homologação do executivo, assim, o bem ainda não pertence à lista oficial do patrimônio da União, estado ou

município. O pedido de destombamento, ao contrário, acontece após a oficialização do tombamento, com a homologação do poder executivo e a inscrição do bem no livro de tombamento ou de registro correspondente, quando o bem já é “reconhecido” como parte do patrimônio nacional, paulista ou paulistano.

Esclarecida a diferença entre os dois tipos de solicitação, cumpre resgatar, do que apresentamos anteriormente, quais órgãos de preservação que atuam no estado de São Paulo, entre aqueles selecionados para esta pesquisa (Iphan, Condephaat e Conpresp), preveem em suas normativas a anulação ou o cancelamento de tombamento. Por motivos distintos, apenas o Iphan e o Conpresp dispõem sobre o destombamento. Em nível federal, em complementação ao Decreto-lei nº 25/1937, que instituiu o tombamento nacional, no ano de 1941 foi promulgado o Decreto-lei nº 3.866, que sancionou o cancelamento de tombamento de bens pertencentes à União, aos estados e aos municípios, e de bens pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, para atender a motivos de interesse público, em prol do bem-estar comum da sociedade. O poder homologatório para esse tipo de solicitação limita-se ao Presidente da República que, por despacho ou ofício, sem a instrução de um processo, poderá cancelar o tombamento de bens pertencentes à nação. Na legislação paulistana de preservação, conforme dispõe a Lei nº 10.032/1985 alterada pela Lei nº 10.236/1986, o cancelamento de tombamento é permitido para os casos em que haja discordância do proprietário com relação à proteção conferida a seu imóvel. De acordo com a legislação, o proprietário poderá contestar o tombamento de seu bem somente após a homologação do Secretário de Cultura no Diário Oficial do Município. Assim, o pedido de contestação do proprietário, apresentado no prazo estipulado pela instituição, não tem como intuito solicitar o arquivamento do processo de tombamento, mas sim requerer o cancelamento de tombamento, já que a resolução publicada no veículo oficial do município torna o tombamento definitivo. Essa característica normativa do Conpresp não se verifica nas duas outras instituições estudadas. O Iphan e o Condephaat deliberam que o proprietário poderá contestar o tombamento de seu bem após a decisão do Conselho, para que apenas depois se efetue o tombamento definitivo. Em todo caso, as intenções dos três órgãos se assemelham, pois, o proprietário poderá contestar o tombamento ou pedir o cancelamento da proteção em um prazo curto, logo após as deliberações do Conselho, sustada qualquer iniciativa desse tipo fora desse período. No entanto, como veremos, na prática as solicitações de destombamento são realizadas indiscriminadamente, logo após o tombamento ou depois de muitos anos, apresentando justificativas diversas.

CAPÍTULO 2

TOMBAMENTO E DESTOMBAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTUDOS DE CASO

A partir da contextualização histórica e teórica sobre a construção legislativa nas três instâncias administrativas e as formas de aplicação dessas normativas, neste capítulo, intentamos apresentar e analisar criticamente os processos de destombamento inventariados no estado de São Paulo. O capítulo está subdividido em cinco partes e se inicia com a descrição dos três estudos de caso selecionados para essa pesquisa, considerando as três esferas de proteção: em nível federal, a Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), em nível estadual, a Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP) e em nível municipal, a Mansão Matarazzo (São Paulo/SP). Após a descrição circunstanciada desses três processos, na qual buscamos destacar os principais acontecimentos que delinearam as figuras do tombamento e do destombamento em cada caso, no item seguinte, apresentamos um panorama sobre o destombamento no estado de São Paulo, evidenciando outros casos de cancelamento de tombamento que, somados aos três objetos de estudo, oferecem uma percepção ampliada de como os processos de patrimonialização e despatrimonialização estão acontecendo no território paulista. Por fim, o último subitem do capítulo destina-se à compreensão, com base nos três estudos de caso, de quais são as especificidades e as problemáticas que os atos administrativos do tombamento e do destombamento envolvem nas políticas de preservação exercidas no estado de São Paulo.

Além das legislações e dos processos de destombamento em si, que permitem compreender como se articula a despatrimonialização em São Paulo, o levantamento e o acesso aos processos de destombamento junto às instituições também evidenciaram como esse tema tem sido abordado pelos órgãos de tutela. Durante a pesquisa de fontes primárias, buscamos primeiramente localizar os processos de destombamento homologados, os arquivados e os que estavam em andamento, referentes às instâncias de proteção que atuam no estado de São Paulo e com sede no município paulistano. Assim, um levantamento foi realizado nas páginas oficiais dos órgãos, procurando informações em pautas de reuniões e listagem de bens tombados.

O Iphan, órgão de tutela federal, possui uma lista, atualizada mensalmente, na qual constam as informações sobre os bens sob sua responsabilidade, como localidade, número do processo de tombamento, situação do bem (tombado, em estudo de tombamento ou destombado) e relação dos livros de tombo⁸². No estado de São Paulo, como já foi dito, encontramos apenas um bem que teve seu tombamento cancelado em nível federal, a Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP). O Condephaat também possui uma listagem, mas apenas com a descrição dos bens que permanecem tombados pela instituição⁸³. Nesse sentido, o levantamento dos casos de destombamento foi efetuado através da leitura das pautas de reuniões do Egrégio Colegiado. O Conpresp, por sua vez, disponibiliza as resoluções, que contêm as informações das decisões executadas pelo órgão, como abertura de processo de tombamento, homologação de tombamento e homologação de destombamento⁸⁴.

Após o levantamento, de posse dos números dos processos de tombamento e do nome das propriedades, realizamos uma primeira busca no Banco de Dados Arquitectura⁸⁵. Trata-se de um banco de dados *online* organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), onde estiveram disponíveis para consulta, até recentemente, alguns processos de tombamento digitalizados, do Iphan-SP e do Condephaat. Em seguida, passamos à pesquisa nos arquivos dos órgãos de preservação. Em nenhum dos três órgãos em que realizamos a pesquisa (Iphan, Condephaat e Conpresp), existe uma lista organizada com a relação dos bens que estão em discussão sobre o cancelamento de tombamento ou uma lista dos pedidos de destombamento que não foram adiante e que acabaram arquivados. Com isso, a pesquisa nas instituições de preservação consistiu na consulta aos processos que já havíamos inventariado anteriormente. Finalmente, com os processos de tombamento organizados, foi realizada uma primeira leitura para identificar os bens que foram efetivamente destombados, por homologação do órgão ou por decisão judicial. Dos quatorze processos levantados, um pertencente ao Iphan, dez pertencentes ao Condephaat e três pertencentes ao Conpresp, dez bens foram efetivamente destombados no estado de São Paulo. Após a leitura dos documentos, sistematizamos em uma tabela os principais dados encontrados

⁸² IPHAN. *Lista dos Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (1938-2018)*. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 30 abr. 2018.

⁸³ CONDEPHAAT. *Lista de Bens Tombados (em ordem cronológica dos tombamentos)*, atualizado até dezembro de 2015. A lista foi consultada na página oficial do Condephaat em 15 de agosto de 2017 e atualmente não está mais disponível.

⁸⁴ CONPRESP. Resoluções CONPRESP. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

⁸⁵ Arquitectura. Disponível em: <<http://www.arquitectura.fau.usp.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2017. O Arquitectura foi encerrado em dezembro de 2017.

nos processos de tombamento e destombamento, tais como: número do processo, tipologia do bem, agente que solicitou o tombamento, ano do tombamento, agente que solicitou o destombamento, ano da solicitação do destombamento, motivo alegado para o pedido de destombamento e ano do destombamento. Além desses dados, os processos estão destacados na tabela com diferentes tons de cinza. Considerando apenas os três órgãos de preservação selecionados para esta pesquisa, Iphan, Condephaat e Conpresp, os três casos de estudo seguem destacados em cinza escuro, e os outros processos de tombamento dessas três instituições que foram efetivamente destombados estão destacados em cinza claro. Além dos processos referentes a esses órgãos, durante a pesquisa bibliográfica localizamos quatro processos de destombamento pertencentes a outros municípios de São Paulo, que também foram inseridos na tabela. Contudo, devido à dificuldade de acesso à informação junto a essas instituições, não realizamos pesquisas aprofundadas sobre esses bens, assim, os dados apresentados na tabela foram extraídos de trabalhos acadêmicos que buscaram problematizar o destombamento nessas localidades. Ainda sobre a Tabela 01, que segue anexada abaixo, notamos que os motivos predominantes para anulação do tombamento estão relacionados a questões de conservação e atribuição de valores, como arruinamento, desaparecimento do bem, descaracterização e ausência de valores excepcionais.

O processo de tombamento é a documentação administrativa que apoia e fundamenta os pareceres e decisões, dentro de um órgão de preservação, acerca da efetivação da tutela legal de um bem cultural material (móvel ou imóvel). Nesse sentido, o processo se compõe de vários tipos de documentos: relatórios técnicos de vistorias, levantamentos históricos, arquitetônicos e sociológicos, fotografias, reportagens de jornais, plantas, mapas, pareceres do corpo técnico, pareceres de conselheiros e uma série de ofícios, memorandos e notificações de comunicação interna e externa. A depender do tipo de bem cultural e da abordagem adotada na análise para o tombamento, cada processo possuirá sua própria documentação.

Nesta pesquisa, os processos de tombamento e destombamento são analisados como um documento administrativo, que apresenta os critérios técnicos, metodológicos e conceituais de cada órgão; e também como uma fonte histórica, que dá pistas de como se estabeleciam os processos de valoração histórica e artística, e de como se pensava a memória e o patrimônio entre a sociedade que solicitava o tombamento e os agentes das instituições que construíam as narrativas patrimoniais, em épocas distintas.

TABELA 01. LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS DE DESTOMBAMENTO: CASOS IDENTIFICADOS

Nº	Órgão	Caso	Processo de Tombamento	Tipologia da Edificação	Solicitante do Tombamento	Ano do Tombamento	Pedido de Destombamento	Ano de solicitação do destombamento	Motivo	Ano do Destombamento
1	Iphan-SP (Sphan)	Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP)	0180-T-1938	Religiosa	Sphan	1938	Sphan	1952	Descaracterização / ausência de valor	1953
2	Condephaat	Solar do Barão de Jundiaí (Jundiaí/SP)	07.857/1969	Residencial	Condephaat	1970	Câmara Municipal	1971	Ausência de valor	Proposta de destombamento não aprovada
							Prefeitura Municipal	1975	Área envoltória / degradação da paisagem	Proposta de destombamento não aprovada
3	Condephaat	Casa do Barão de Piratininga (São Roque/SP)	16.268/1970	Residencial	?	19?	?	19?	Arruinamento	197?
4	Condephaat	Casa do Sítio Piraquara (São Paulo/SP)	20.700/1978	Residencial	DPH	1984	Condephaat	1994	Desaparecimento do bem	2016
5	Condephaat	Casa Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP)	21.115/1979	Residencial	Condephaat	1982	Condephaat	2009	Desaparecimento do bem	Proposta de destombamento não aprovada
6	Condephaat	Edifício Teatral Guglielmo Oberdan (São Paulo/SP)	21.324/1980	Teatral	Sociedade Civil	1987	Condephaat	1994	Desaparecimento do bem	1995
7	Condephaat	Hospital Humberto I (São Paulo/SP)	23.374/1985	Hospitalar	Sociedade Civil	1986 / 2014	Proprietário	1994	Obtenção de renda com a propriedade	Proposta de destombamento não aprovada
8	Condephaat	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP)	24.263/1985	Industrial	DPH	1986	Condephaat	1993	Ausência de valor	1993 destombamento de três edificações
							Condephaat	2001	Ausência de valor	2002 destombamento da linha férrea
9	Condephaat	Casa Assobradada à Rua Dom Pedro, nº 87 (Marília/SP)	24.405/1986	Residencial	Comissão de Registros Históricos da Câmara Municipal	1991	Proprietário	1991	Ilegalidade do ato administrativo de homologação do tombamento	1991
					Condephaat	2008	-	-	-	-
10	Condephaat	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP)	26.030/1988	Industrial	Sociedade Civil	1991	Proprietário	1994	Obtenção de renda com a propriedade	1997
11	Condephaat	Fábrica Olivetti (Guarulhos/SP)	36.035/1997	Industrial	Professores da FAU-USP	1998 Tombamento não homologado	Condephaat	2009	Descaracterização / ausência de valor	2009 Arquivamento do processo de tombamento
12	Conpresp	Mansão Matarazzo (bairro da Bela Vista/SP)	1989-0.002.581-3	Residencial	DPH	1990	Proprietário / Sempla	1994 / 2005	Ausência de valor / desaparecimento do bem	2010
13	Conpresp	Casa do Sítio Piraquara (bairro de Ermelino Matarazzo/SP)	1991-0.005.014-8	Residencial	Conpresp	1991	Conpresp	1991	Desaparecimento do bem	1992
14	Conpresp	Edifício Teatral Guglielmo Oberdan (bairro do Brás/SP)	1991-0.005.014-8 1996-0.031.079-3	Teatral	Conpresp	1991	Conpresp / Sempla	1999 / 2005	Desaparecimento do bem	2010
15	Condephaat – Pres. Prudente	Catedral de São Sebastião (Presidente Prudente/SP)	Decreto Municipal nº 5.512/1985	Religiosa	Condephat	1985	Câmara Municipal	1993	Realização de reformas	1993
16	Conppac	Cia. Nacional de Estamparia – Ciane (Ribeirão Preto/SP)	Lei Municipal nº 6.826/1994	Industrial	Conppac	1994	Câmara Municipal	2002	Utilidade pública	2002
17	Codepac	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Bauru/SP)	18.028/1996	Industrial	Codepac	1994	Proprietário	1997	Arruinamento	1998
18	CPHAACG	Casarão Saraceni (Guarulhos/SP)	Decreto Municipal nº 21.143/2000	Residencial	CPHAACG	2000	Câmara Municipal	2010	Ausência de valor	2010

Elaborada pela autora.

2.1 O IPHAN E A IGREJA DE SÃO GONÇALO (SÃO PAULO/SP)

A Igreja de São Gonçalo⁸⁶ foi construída inicialmente como uma pequena capela no antigo Largo da Cadeia, no ano de 1757, em prol de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia (ARROYO, 1966, p. 187). Com o passar das décadas, a capela caiu em ruína e, no ano de 1858, iniciou-se sua reconstrução, aos cuidados da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia, no mesmo local, conhecido nessa época como Largo do Teatro. Entre o período de 1878 a 1892, o edifício passou por algumas reformas e alterações, internas e externas (Figura 01), entre elas, a construção do novo frontispício e a aquisição do altar-mor e dos dois altares laterais, advindos da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Aparecida/SP) (ROSADA, 2015, p. 376-377). Leonardo Arroyo (1966, p. 197) aponta que, no início do século XX, o templo herdou objetos da antiga Igreja do Colégio, demolida em 1896, a constar: uma pedra de granito de 60 cm, com a gravação “I.H.S”, o quadrante de um relógio, uma pedra com o nome de Jesus e outras relíquias. Sua última grande reforma teria sido no ano de 1934, executada pelo engenheiro-arquiteto Rafael Mantefort.



Figura 01. *Largo do Teatro (atual Praça Dr. João Mendes), Igreja de São Gonçalo à esquerda. 1880. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.*

⁸⁶ Formalmente denominada Matriz Paroquial Pessoal Nipo-Brasileira São Gonçalo, a igreja está localizada na Praça Doutor João Mendes, nº 108 – Município de São Paulo / Distrito Sé. Disponível em: <<http://arquiisp.org.br/regiao/se/paroquias/paroquia-pessoal-nipo-brasileira-sao-goncalo/matriz-paroquial-pessoal-nipo-brasileira-sao-goncalo>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

O processo de patrimonialização da Igreja de São Gonçalo está diretamente relacionado com o primeiro período de identificação e seleção dos bens a serem protegidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1937, após a institucionalização oficial do Sphan, Rodrigo M. F. de Andrade, diretor da instituição, selecionou assistentes técnicos em algumas regiões do país⁸⁷ para o levantamento e inventário dos bens de interesse para o patrimônio nacional. No estado de São Paulo, o convite foi feito a Mário de Andrade – na época, diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo –, que, ao aceitar a incumbência, tornou-se Assistente Técnico do Sphan na 6ª região administrativa do órgão⁸⁸ (ANDRADE, 1981, p. 66). Assim, são de Mário de Andrade os primeiros levantamentos de bens móveis e imóveis que seguiram para apreciação e decisão do Conselho Consultivo do Sphan quanto ao valor histórico e/ou artístico. No dia 16 de outubro de 1937, Mário de Andrade enviou a Rodrigo M. F. de Andrade uma correspondência com o relatório das primeiras pesquisas. Tratou-se, como ele diz, de um “recenseamento geral da arquitetura tradicional” (ANDRADE, 1981, p. 69, 79-80). Nesse “recenseamento” estão listados imóveis pertencentes a várias regiões do estado de São Paulo, seguidos de uma breve descrição sobre seus aspectos históricos e artísticos. Sobre a Igreja de São Gonçalo, Mário de Andrade destaca a permanência do “aspecto primitivo” da edificação e o acúmulo de diversos objetos advindos de outras igrejas:

Igreja de S. Gonçalo

Está entregue atualmente aos padres da Companhia de Jesus. Edificada em 1757, vem sofrendo numerosas reformas através dos tempos. Parece no entanto conservar o que de essencial tinha no seu aspecto primitivo. A sua reforma última foi realizada em 1935 pelo arquiteto Rafael Montefort. Nesta reforma é que se colocaram nela as relíquias históricas da antiga igreja do Colégio, fundada em 1554, natalício de S. Paulo e demolida em 1897. Essas relíquias são: um disco de granito, com sessenta cm de diâmetro, onde estão gravadas as letras JHS (colocado sobre a porta principal de S. Gonçalo); o mostrador do relógio da torre, também de granito, e com um metro e vinte de diâmetro (colocado na nova torre). A igreja ainda conserva outras relíquias da antiga igreja do Colégio, tais como quatro bolas de granito, pertencentes ao antigo relógio, castiçais, urnas e imagens. Do disco de granito e do mostrador, vem documentação fotográfica na Revista do Arquivo do Departamento de Cultura, n. XII (ANDRADE, 1981, p. 81-82)⁸⁹.

⁸⁷ A Lei nº 378, de 13 de janeiro 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e criou o Sphan, dividiu o território brasileiro em oito regiões administrativas, a saber: 1ª Região: DF e RJ; 2ª Região: AC, AM e PA; 3ª Região: MA, PI e CE; 4ª Região: RN, PB, PE e AL; 5ª Região: SE, BA e ES; 6ª Região: SP e MT; 7ª Região: PR, SC e RS; e 8ª Região: MG e GO.

⁸⁸ Em 1946, a regional do Sphan em São Paulo tornou-se 4ª Diretoria Regional Dphan-SP; em 1970, tornou-se o 4º Distrito do Iphan-SP; atualmente é denominada 9ª Superintendência Iphan-SP.

⁸⁹ No processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo não constam fotografias da edificação. Durante pesquisa no Setor Fotográfico da Superintendência do Iphan-SP, encontramos alguns registros fotográficos do período do levantamento realizado por Mário de Andrade. Ver figuras 02a, 02b, 02c, 02d e 02e.



Figura 02a. Graeser (Germano), Herman H. *Igreja de São Gonçalo, frontispício.* 1937. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 02b. Graeser (Germano), Herman H. *Altar central e altares laterais.* 1937. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 02c. Graeser (Germano), Herman H. *Altar-mor*. 1937. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 02d. Graeser (Germano), Herman H. *Altar lateral esquerdo*. 1937. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 02e. Graeser (Germano), Herman H. *Altar do corredor lateral*. 1937. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.

A partir das considerações desse relatório sobre a arquitetura e os objetos sacros e religiosos, a Igreja de São Gonçalo foi inserida na lista dos bens protegidos pelo governo federal, no dia 21 de outubro de 1938⁹⁰. A edificação e o seu acervo foram tombados devido ao valor histórico e artístico, em conjunto com outras duas igrejas, a Capela de São Miguel Arcanjo (1622) (Figura 03), localizada na cidade de São Paulo, no bairro de São Miguel Paulista, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1624) (Figura 04), localizada na cidade de Embu das Artes⁹¹.

⁹⁰ IPHAN. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP); Igreja de São Miguel Paulista (São Paulo/SP); Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa (Embu das Artes/SP). Processo de Tombamento nº 0180-T-1938, v. I. (os volumes II e III estão desaparecidos). Igreja de São Gonçalo, inscrita sob o nº 220, fls.38, Livro do Tombo das Belas-Artes 3; nº 110, fls. 20, Livro do Tombo Histórico 2.

⁹¹ Cumpre ressaltar que, no processo de tombamento não constam as informações do levantamento da Igreja de São Gonçalo, realizado por Mário de Andrade, que serviu de justificativa para o tombamento do imóvel. Conforme aponta Márcia Chuva (2017, p. 248), nos primeiros anos de funcionamento da instituição, os processos de tombamento continham apenas a notificação de tombamento enviada ao proprietário do imóvel, sua anuência e o “Inscreva-se” do diretor, não apresentando os documentos internos que apontavam as motivações e justificativas para a proteção. Nesse sentido, as informações que nos ajudaram a compreender o contexto de seleção da Igreja de São Gonçalo foram encontradas na publicação das correspondências de Mário de Andrade (1981). Não foi possível encontrar no “recenseamento” e no processo de tombamento, dados que nos ajudassem a entender o motivo da escolha de um tombamento em conjunto.



Figura 03. Bruno, Luciara. *Capela de São Miguel Arcanjo*. Acervo Digital da Unesp. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252434>>. Acesso em: 17 jul. 2016.



Figura 04. Bruno, Luciara. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Acervo Digital da Unesp. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252435>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

O volume documental do processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo se inicia com a cópia da notificação enviada pelo Sphan a Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo

metropolitano da cidade de São Paulo, informando-o do tombamento das três igrejas citadas anteriormente, de acordo com o Decreto-lei nº 25/1937 (IPHAN, 1938, f. 01). Com a anuência do arcebispo de São Paulo, o diretor do Sphan emitiu o “Inscreva-se”, tombando voluntariamente as três edificações (IPHAN, 1938, f. 02, 04).

Após quase duas décadas, a Igreja de São Gonçalo voltou a receber atenção por parte do Sphan, agora denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Em 29 de dezembro de 1952, Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamento (D.E.T), enviou a Rodrigo M. F. de Andrade um informe sobre o pedido de revisão do tombamento da Igreja de São Gonçalo. Após viagem de inspeção à cidade de São Paulo, Renato Soeiro, diretor da Divisão de Conservação e Restauração (D.C.R), apontou em seu relatório que o tombamento da Igreja de São Gonçalo precisava ser revisto, pois “tão desfigurada se encontra [a igreja] e serem avultadas e sem maior significação, as obras em consequência de estudos e planos visando a sua completa restauração” (IPHAN, 1938, f. 05)⁹². No informe, Drummond apontou o Decreto-lei nº 3.866/1941 como uma ferramenta administrativa apta a dar suporte a essa revisão, que tem como objetivo o cancelamento de tombamento da Igreja de São Gonçalo:

S. Diretor Geral:

Em trecho de seu relatório de inspeção a monumentos localizados em S. Paulo, junto em cópia, o Diretor da D.C.R sugere seja revisto o tombamento da igreja de São Gonçalo. Segundo preceitua o Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, o cancelamento de tombamento é da competência do Presidente da República. Sugiro que sobre o assunto se colha o parecer do Conselho Consultivo, para que o processo, devidamente instruído, suba à decisão do Chefe do Governo (IPHAN, 1938, f. 04).

O relatório seguiu para a apreciação do conselheiro relator José Wasth Rodrigues que, em 09 de fevereiro de 1953, após visita à igreja em São Paulo, apresentou ao Conselho Consultivo da Dphan o seu parecer, que concluía pelo cancelamento do tombamento da Igreja de São Gonçalo:

Voto do Relator

[...] A Igreja de São Gonçalo foi começada pelos anos de 1757, diz Azevedo Marques. Seu altar-mor e os dois principais altares laterais são já dos fins do século XVIII ou começos do 1800.

Submetida posteriormente a obras, aplicaram-lhe no interior da nave pilastras, altares laterais e ornatos nas janelas e sobre o corpo do altar-mor construíram a cúpula para efeito de iluminação. Há poucos anos, antes da igreja ser tombada, reformaram-lhe a fachada com novo frontão e torre, e a face lateral com platibanda. Numerosas imagens, grandes e pequenas, cada uma com sua peanha e docel apoiam-se às pilastras ou entre

⁹² Não consta no processo de tombamento o relatório de inspeção completo, elaborado por Renato Soeiro, apenas o excerto descrito por Drummond de Andrade em seu informe ao diretor geral da Dphan.

os altares, umas “de carneação”, outras imitando pedras – as grandes no gênero das que se vêem na Igreja de São Bento. Tôda superfície lisa está decorada com pinturas nos mais variados estilos, que se entrechocam: ornatos, frisos, marmorizados, símbolos, painéis com cenas religiosas, etc. Tudo isto dá à Igreja um aspecto caótico e de mau gosto lamentáveis. Contudo, todos estes defeitos poderiam ser eliminados numa reforma criteriosa, se as únicas peças antigas – os três altares – fôsem suficientemente interessantes, pelo estilo ou pela antiguidade. Não sendo assim, teríamos, como resultante de um empreendimento de tal ordem, uma igreja pobre e despida de qualquer interesse ao custo de grandes despesas.

Não sendo a igreja notável pela antiguidade nem de significação histórica ou de valor artístico, voto pois pelo cancelamento do seu tombamento. O abastardamento desta Igreja, como de muitas outras existentes no Brasil, é resultante de obras feitas em diversas épocas ou transformações que as inutilizaram completamente. Muitas, sendo pobres legítimas, e passaram a ostentar pilastras coríntias, altares góticos, janelas românicas, tôrres modernas, etc.

No caso presente, qualquer reforma tenderia a criar um novo ambiente, e na falta de dados seguros não há razão para que o Patrimônio se empenhe em obras que não se pode saber onde começarão e onde terminarão (IPHAN, 1938, f. 07-08).

Na 17ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ocorrida em 10 de fevereiro de 1953, o Conselho⁹³, por unanimidade, aprovou o parecer do conselheiro relator José Wasth Rodrigues (IPHAN, 1938, f. 10-11). Logo após a aprovação na reunião ordinária, Rodrigo M. F. de Andrade enviou um ofício ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, para que o pedido de cancelamento de tombamento da Igreja de São Gonçalo fosse levado ao presidente da República, Getúlio Vargas. Neste documento, Rodrigo M. F. de Andrade aponta que:

[...] Em recente viagem àquela cidade, o Diretor da Divisão de Conservação e Restauração, desta Diretoria, verificou que a edificação em aprêço, por se achar muito desfigurada, não merece ser arrolada entre as obras de especial significação, inscritas nos mencionados Livros do Tombo.

Torna-se conveniente, assim, a revisão do tombamento, efetuado quando ainda se estabeleciam os critérios que devem presidir à elaboração do catálogo de obras de arte nacionais colocadas sob a proteção do Decreto-lei nº 25, de 1937.

[...] O cancelamento é ato da alçada do Exmo. Sr. Presidente da República, em face do que determina o Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, razão pela qual solicito a V. Exo. que se digne de pleitear tal medida, submetendo o processo à alta consideração do Chefe do Governo (IPHAN, 1938, f. 12).

Em seguida ao ofício destinado a Ernesto Simões Filho, Rodrigo M. F. de Andrade enviou uma carta ao Dr. Péricles, requisitando atenção ao Processo nº 47.608/53, que encaminhou ao ministro, solicitando o cancelamento de tombamento que deveria ser

⁹³ No dia da sessão estavam presentes: presidente do Conselho Consultivo: Rodrigo M. F. de Andrade; membros: José Wasth Rodrigues (substituiu Alberto Childe, por nomeação do presidente da República), Edgar Roquette Pinto, Manuel Bandeira, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Rodolfo Gonçalves de Siqueira, Miriam de Barros Latif, Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Calmon (IPHAN, 1938, f. 10).

oficializado pelo presidente⁹⁴. O diretor da Dphan ainda afirma na carta que essa é a primeira iniciativa do Conselho Consultivo nesse sentido, de cancelar uma inscrição de tombamento, e por isso, os conselheiros atribuem a essa ação grande importância (IPHAN, 1938, f. 13).

O pedido foi encaminhado ao gabinete do presidente da República no dia 11 de maio de 1953 e, em 25 de maio do mesmo ano, Rodrigo M. F. de Andrade publicou a resolução do cancelamento de tombamento da Igreja de São Gonçalo:

À vista da determinação do Sr. Presidente da República, em despacho na Exposição de Motivos nº 421, de 11 de maio corrente, do Sr. Ministro da Educação e Saúde, proceda-se ao cancelamento das inscrições e dê-se ciência ao Chefe do 4º Distrito e à autoridade eclesiástica de S. Paulo (IPHAN, 1938, f. 19)⁹⁵.

Após a aprovação do cancelamento de tombamento, com averbação no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico, o diretor da Dphan enviou a Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos, arcebispo de São Paulo e a Luís Saia, chefe do 4º Distrito da Dphan-SP, um ofício comunicando a anulação de proteção da Igreja de São Gonçalo (IPHAN, 1938, f. 20-21). Depois do destombamento, o volume documental do processo de tombamento voltou a ser movimentado apenas no final dos anos 1960. Em março de 1969, o padre Hélio Abranches Viotti solicitou ao 4º Distrito do Iphan-SP uma cópia da certidão de tombamento e destombamento da Igreja de São Gonçalo, para reconhecimento do superior da referida igreja (IPHAN, 1938, f. 22-26). Por sua vez, em março de 1971, o Condephaat solicitou ao Iphan-SP uma cópia dessa mesma certidão, para anexá-la ao processo de estudo de tombamento da Igreja de São Gonçalo, que estava em andamento no órgão estadual de preservação (IPHAN, 1938, f. 28-32).

Diferentemente da ação de tutela que, em nível federal, aconteceu por iniciativa do próprio órgão de preservação, o processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo, em âmbito estadual, se iniciou com o pedido do paroquiano Carlos Silva da Costa Borges. Considerando o “sentimento religioso do povo” e o “aspecto cultural e artístico da igreja” (CONDEPHAAT, 1971, f. 02), em carta encaminhada ao Condephaat no dia 25 de fevereiro de 1971, Carlos Silva solicitou que o órgão efetuasse “nova revisão” do processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo para protegê-la da destruição. De acordo com o solicitante, a igreja corria o risco de ser demolida para a construção de prédios em seu terreno, em decorrência de um contrato

⁹⁴ Nessa comunicação, Carta nº 193, de 04 de maio de 1953, não há informações sobre a posição do citado Dr. Péricles dentro do Ministério da Educação e Saúde, mas podemos afirmar, pelo teor do pedido, que todo documento destinado ao ministro Ernesto Simões Filho, passava primeiramente em sua mesa.

⁹⁵ Assim como o tombamento, o destombamento incidiu sobre a edificação e o acervo.

assinado pelo superior da igreja com a Construtora Construvél (CONDEPHAAT, 1971, f. 02). O pedido de revisão de Carlos Silva foi avaliado pela Seção de Comunicação do Condephaat. No entanto, nenhum processo anterior sobre a Igreja de São Gonçalo foi localizado na instituição – criada poucos anos antes, em 1968 –, o que nos permite supor que o solicitante se confundiu com relação às esferas de proteção, referindo-se ao processo de tombamento que existia no Iphan-SP. Assim, seguindo os trâmites processuais e desconsiderando a solicitação errônea de “revisão”, o pedido para a proteção da Igreja de São Gonçalo foi encaminhado para exame da Secretaria Executiva da instituição estadual (CONDEPHAAT, 1971, f. 03).

Concomitantemente ao pedido de Carlos Silva da Costa Borges, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), enviou à presidente do Condephaat, Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg, uma solicitação para o tombamento da Igreja de São Gonçalo e da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, ambas ameaçadas de demolição. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, 1º secretário do IHGSP, apontou no documento que o consócio engenheiro Wilson Maia Fina apresentou, em reunião plenária do instituto, alguns levantamentos e estudos que apontavam para o valor histórico e artístico das duas edificações, que deveriam ser salvaguardadas. No que concerne à Igreja de São Gonçalo, o consócio destacou como apreciáveis os painéis internos, os balaústres e, de modo geral, o conjunto arquitetônico do templo (CONDEPHAAT, 1971, f. 04-05)⁹⁶.

⁹⁶ O IHGSP anexou ao pedido algumas fotografias do interior da Igreja de São Gonçalo (CONDEPHAAT, 1971, f. 06-09). Ver figuras 05a e 05b.



Figura 05a. Detalhe do altar-mor e pintura parietal, Igreja de São Gonçalo. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 25.428/1971, f. 08.



Figura 5b. Altar-mor. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 25.428/1971, f. 09.

Os dois pedidos foram, então, encaminhados para reunião do Egrégio Colegiado do Condephaat que, em 03 de março de 1971, aprovou a abertura do processo de estudo para tombamento da Igreja de São Gonçalo (CONDEPHAAT, 1971, f. 54-56)⁹⁷. Nessa reunião, o conselheiro Luís Saia, representante do Iphan-SP, informou aos outros conselheiros que, mesmo considerando o histórico precedente da igreja – tombada em 1938 e destombada em 1953 pelo poder federal –, o Condephaat deveria examinar a edificação e principalmente o seu acervo, constituído de objetos de grande valor, advindos de outras igrejas. Por decisão do colegiado, o processo foi encaminhado ao conselheiro Arnaldo D’Avila Florence, representante da Cúria Metropolitana de São Paulo, para que realizasse os estudos e levantamentos para a devida instrução do processo.

A partir de março de 1971, ao processo de tombamento foram anexadas diversas reportagens de jornais que noticiavam e denunciavam a venda da Igreja de São Gonçalo e sua possível demolição (Figura 06)⁹⁸. Em sua maioria, essas notícias buscaram valorizar o templo, destacando a antiguidade da igreja – “construída a mais de duzentos anos”, “reliquia histórica da cidade de São Paulo” –, o histórico de construções e reformas, os personagens ilustres que ajudaram no desenvolvimento do templo e o sentimento de pertencimento da comunidade nipônica residente no bairro da Liberdade e região. Alguns jornais destacaram, também, a ação empreendida pelo Condephaat e a abertura do processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo como uma solução para o problema da venda e consequente ameaça de demolição, evidenciando a atuação da presidente do órgão, Lúcia Falkenberg, e do conselheiro Arnaldo Florence, pela proteção do patrimônio histórico e artístico estadual.

⁹⁷ Estavam presentes na reunião: presidente: Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg; membros: Aureliano Leite, Eurípedes Simões de Paula, Luís Saia, Abelardo Gomes de Abreu e Arnaldo D’Avila Florence (CONDEPHAAT, 1971, f. 54). A abertura do processo de estudo de tombamento foi comunicada ao padre Inácio Takeushi (Pároco da Igreja de São Gonçalo) e a Paulo Salim Maluf (Prefeito Municipal de São Paulo) (CONDEPHAAT, 1971, f. 14-15).

⁹⁸ Os títulos das reportagens evidenciam o discurso em prol da conservação da Igreja de São Gonçalo: “*Capela do São Luís pode desaparecer*” (Folha da Tarde, 04.03.1971); “*São Paulo pode perder uma velha igreja*” (04.03.1971); “*Confirmada a venda da Igreja de S. Gonçalo*” (Folha de São Paulo, 05.03.1971); “*Reze uma Ave-Maria. Esta igreja vai acabar*” (Diário de Notícias, 05.03.1971); “*Tentam salvar Igreja de S. Gonçalo*” (Folha da Tarde, 05.03.1971); “*Igreja de S. Gonçalo poderá ser demolida*” (Diário Popular, 06.03.1971); “*A conservação da igreja de S. Gonçalo*” (Folha de São Paulo, 29.03.1971); “*TFP não quer fim da Igreja de S. Gonçalo*” (O Globo, 02.04.1971); “*Qual será o destino da Igreja de São Gonçalo?*” (Última Hora, 07.04.1971) (CONDEPHAAT, 1971, f. 12-13, 16-17, 26-27, 32).



Figura 06. Aquino, Edison Pacheco. *Praça Dr. João Mendes, com destaque para a Igreja de São Gonçalo.* 1971. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

O conselheiro relator, Arnaldo D'Avila Florence, iniciou a instrução do processo comunicando ao arcebispo metropolitano da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, sobre a abertura do processo de tombamento da Igreja de São Gonçalo no Condephaat. Em sua carta, de acordo com o que foi decidido em reunião do Egrégio Colegiado, Florence solicitou que a Arquidiocese comunicasse ao pároco da Igreja de São Gonçalo sobre a abertura do processo, para que esse suspendesse qualquer negociação que estivesse em andamento. O conselheiro solicitou, ainda, que o arcebispo autorizasse o levantamento dos objetos sacros e religiosos existentes na igreja, a ser realizado por um representante do Condephaat, com o acompanhamento de um funcionário da Cúria Metropolitana de São Paulo (CONDEPHAAT, 1971, f. 19-22). Além das reportagens de jornais que informavam sobre a possível venda e destruição da Igreja de São Gonçalo, ao processo de tombamento também foram anexados uma carta do Movimento de Arregimentação Feminina, um abaixo-assinado de comerciantes, industriais e vizinhos da igreja e uma missiva da Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo, solicitando que o Condephaat protegesse a edificação (CONDEPHAAT, 1971, f. 34, 48-53, 63).

Foi formada, então, uma comissão para o levantamento dos objetos da Igreja de São Gonçalo, composta por Arnaldo D'Avila Florence, representante do Condephaat, Luís Saia, representante do Iphan-SP, e o padre Hélio Abranches Viotti, representante da Cúria Metropolitana de São Paulo. Em 03 de maio de 1971, o arcebispo metropolitano da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, encaminhou à presidência do Condephaat o relatório final elaborado pela comissão. Contudo, considerando que, na década

de 1950, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cancelara, por unanimidade, o tombamento da Igreja de São Gonçalo em nível federal, o Arcebispo argumenta que a comissão realizou um estudo sobre o “real valor histórico e artístico” dos objetos sacros e religiosos da igreja, que deveriam ser transferidos para a Igreja do Pateo do Colégio ou outro lugar, para que, assim, o templo de São Gonçalo pudesse ser demolido, dando lugar a uma nova edificação religiosa (CONDEPHAAT, 1971, f. 69)⁹⁹.

Depreende-se da documentação do processo de tombamento que, além das cartas e abaixo-assinados enviados ao Condephaat em defesa da preservação da Igreja de São Gonçalo¹⁰⁰, representantes da sociedade civil também teriam apresentado seus protestos ao gabinete do governador do estado de São Paulo, visto que, em 28 de maio de 1971, Aureliano Leite, conselheiro do Condephaat representando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), elaborou um parecer sobre a igreja em resposta ao pedido oficial do governador Laudo Natel (CONDEPHAAT, 1971, f. 86). Na qualidade de presidente do IHGSP, Aureliano Leite menciona que:

Calcado em Azevedo Marques (Apontamentos Históricos); J. Jacinto Ribeiro (Cronologia Paulista); Egídio Martins (S. Paulo Antigo) e, modernamente, Leonardo Arroyo (Igrejas de S. Paulo), pode-se asseverar que a Igreja de São Gonçalo data do séc. XVIII, ou seja, de 1756, sendo ao depois reformada.

Objeto de devoção dos Paulistanos, desde aquela data, conta o fato mais de duzentos anos contínuos, o que significa a metade do tempo da existência da atual cidade de São Paulo.

Constitui, desde remoto passado, um traço da fisionomia do anter[ior] Largo Municipal ou da Cadeia, hoje Praça João Mendes. Com a infeliz destruição da Igreja dos Remédios e do prédio, por último, da Assembleia Legislativa, remanesce como a única característica do antigo logradouro público, testemunho único, hoje, de duzentos anos da gloriosa vida de São Paulo.

Em verdade, não oferece arte arquitetônica apreciável. Mas, para ser conservada de pé, basta a sua venerável velhice.

Por tudo isso que o I.H. e Geográfico de S. Paulo, em sessão plenária memorável e por unanimidade de votos, se manifestou contrário à sua derrubada.

⁹⁹ Entre os objetos de valor descritos no relatório estão os dois altares advindos da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Aparecida/SP), dois púlpitos, o bloco de granito da porta de entrada com a inscrição “IHS”, uma custódia de prata dourada e uma imagem de São Miguel, datada do século XVIII (CONDEPHAAT, 1971, f. 70-71).

¹⁰⁰ Ao processo foram anexados, também, uma carta do Ateneu Paulista de História; um abaixo-assinado dos ex-combatentes do Movimento Constitucionalista de 1932; um panfleto “*Igreja de São Gonçalo – Você é um bom brasileiro e paulista? Amante de sua terra e de suas tradições?*”; um abaixo-assinado de populares; um abaixo-assinado do Batalhão Acadêmico de 1930; e outras reportagens de jornais: “*Querem derrubar esta igreja*” (OESP, 25.05.1971); “*Veteranos de 32 contra a derrubada da S. Gonçalo – Igreja foi construída por escravos com todo carinho*”; “*Igreja é obra de arte: não pode ser derrubada*” (Folha de São Paulo, 16.07.1971); e “*Qual será o destino da Igreja de São Gonçalo?*” (Última Hora, 07.04.1971) (CONDEPHAAT, 1971, f. 76, 77-79, 80, 92-93, 99-104, 81, 98, 109).

Opiniões favoráveis à demolição da Igreja de São Gonçalo também foram suscitadas nos jornais da cidade: “*Igreja no Centro de S. Paulo vai desabar*” (Notícias Populares, 25.03.1971); “*Desabamento da igreja pode causar tragédia*” (Notícias Populares, 26.03.1971); e “*O caso da Igreja de São Gonçalo*” (OESP, 01.08.1971) (CONDEPHAAT, 1971, f. 105, 128).

Alega-se que a Igreja foi destombada pelo Patrimônio Nacional. Ora, o Patrimônio Nacional está muito longe de S. Paulo, e, longe dos olhos, longe do coração... Como presidente do Instituto Histórico, o meu voto tem que acompanhar o voto do sodalício.

[...]

Contra a demolição, e aliás consta do processo, vem se manifestando o povo de São Paulo, em abaixo-assinados que alinham milhares de assinaturas. Chegaram os manifestantes a dirigir-se ao próprio Governador do Estado que determinou-se fazer ouvidos o Sage [Serviço de Assistência Jurídica – SAJ], o nosso Conselho e o Conselho de Cultura.

[...]

Na dupla qualidade de membro dêse Conselho e Presidente do I. Histórico, repito a minha opinião da necessidade do tombamento da Igreja, por sinal que em mau estado de conservação. Possui ela no seu interior, assim como na sua fachada, algumas peças de valor histórico e talvez artístico. Possui também uma biblioteca, mal conservada, de cerca de vinte mil volumes, não de quarenta mil, como se fala alhures.

O interessante é que da própria autuação do processo que veio do Palácio do Governo se inscreve, no Assunto: “Tombamento da tradicional e histórica Igreja de São Gonçalo”. Isso é muito significativo (CONDEPHAAT, 1971, f. 87-89, grifos do autor).

Em resposta à notificação do Condephaat – que informava sobre a abertura do processo de tombamento e a proteção que imediatamente passava a incidir sob a edificação, que não poderia ser alterada ou destruída –, em 30 de junho de 1971, o padre Pedro Belisário Velloso Rebello, representando a Companhia de Jesus, informou à presidência do Condephaat que, em janeiro de 1971, a Sociedade Brasileira de Educação havia fechado um contrato com a Construtel, Comercial e Construtores Limitada, para a demolição da Igreja de São Gonçalo e edificação de um novo templo, posto que a igreja não pertencia mais ao patrimônio nacional e estava liberada de qualquer compromisso com o governo federal. Diante dessa situação, o padre Rebello solicitou que o órgão não efetuasse o tombamento, pois o fato traria prejuízos financeiros e religiosos para a igreja, que precisaria rescindir o contrato, além de deixar os fiéis abrigados em uma construção com pouca estrutura (CONDEPHAAT, 1971, f. 95-96)¹⁰¹.

Após o termino da instrução do processo de tombamento, em 04 de agosto de 1971, o relatório final foi apresentado ao Conselho Deliberativo do Condephaat. Tendo em vista o dever do órgão paulista de “adotar todas as medidas para a Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado”; a importância da igreja, vinculada à história da cidade de São Paulo “não como propriedade de uma congregação religiosa, mas sim como uma construção coletiva enraizada por muitas gerações que conservaram seus fundamentos no sistema cristão”; e as diversas manifestações de entidades credenciadas e populares em favor de sua proteção, o Conselho do Condephaat, em sessão ordinária, votou pelo tombamento da

¹⁰¹ Ao processo de tombamento seguem apensados o contrato de compra e venda, a certidão de destombamento expedida pelo Iphan-SP e uma planta do projeto construtivo (CONDEPHAAT, 1971, f. 111-127). No processo de tombamento não consta uma resposta do Condephaat à Companhia de Jesus.

Igreja de São Gonçalo (CONDEPHAAT, 1971, f. 129-136). A homologação do tombamento foi sancionada pelo secretário de Cultura, Esportes e Turismo, Pedro de Magalhães Padilha, em 20 de setembro de 1971:

O Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei n. 149, de 15 de agosto de 1969, resolve:

Artigo 1º – Fica tombado como monumento histórico-religioso do Estado de São Paulo, o imóvel denominado “Igreja de São Gonçalo”, situado à Praça João Mendes, nesta Capital.

Artigo 2º – Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo Competente, o referido imóvel, para os devidos e legais efeitos (CONDEPHAAT, 1971, f. 141)¹⁰².

Em âmbito municipal, a Igreja de São Gonçalo foi protegida pelo Conpresp por meio de tombamento *ex-officio*¹⁰³, em 10 de abril de 1991, conjuntamente a outros oitenta e oito bens. Recentemente, em reunião ordinária do dia 05 de março de 2018¹⁰⁴, o Conpresp aprovou o tombamento do conjunto de imóveis no entorno da Igreja de São Gonçalo e regulamentou sua área envoltória (CONPRES, 2018).



Figura 07a. Assis, Bruna. *Igreja de São Gonçalo*, detalhe do disco de granito com a inscrição “IHS”. 2016. Acervo pessoal.

¹⁰² CONDEPHAAT. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 25.428/1971.

¹⁰³ CONPRES. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8.

¹⁰⁴ CONPRES. *Ata da 665ª Reunião Ordinária do Conpresp, de 05 de março de 2018*. 2018. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ata665050318pdf_1521051379.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018. A Resolução de tombamento ainda não foi publicada.

Figura 07b. Assis, Bruna. *Nossa Senhora da Conceição*, pintura no teto da nave. 2016.
Acervo pessoal.

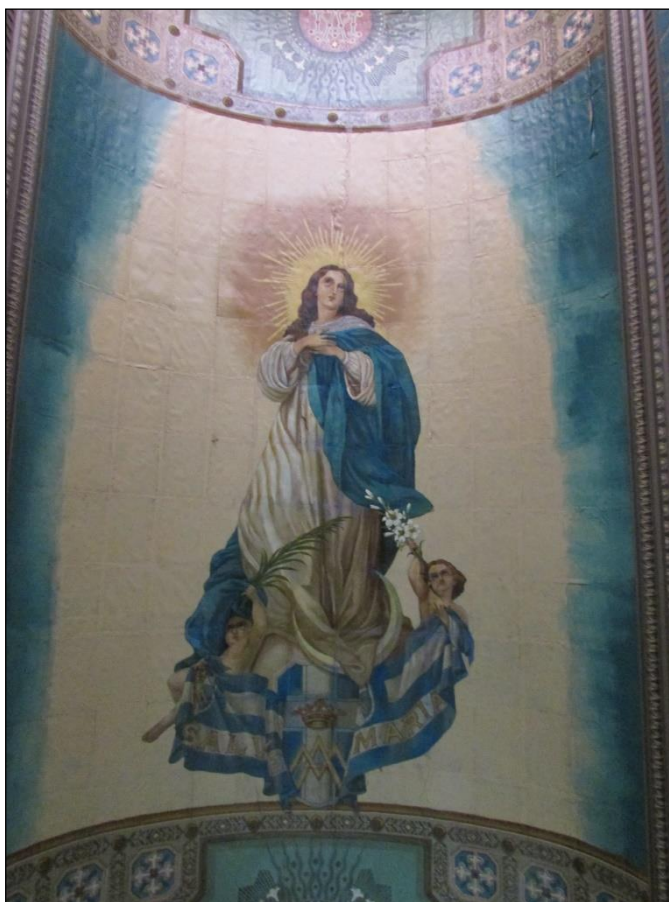




Figura 07c. Assis, Bruna. *Altar-mor*. 2016.
Acervo pessoal.

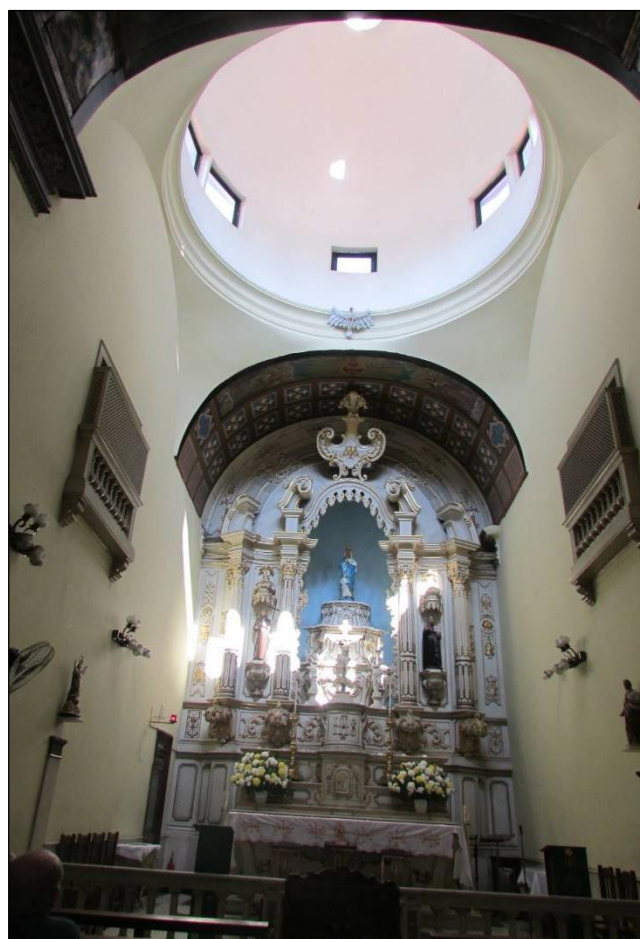


Figura 07d. Assis, Bruna. *Altar-mor e cúpula*.
2016. Acervo pessoal.



Figura 07e. Assis, Bruna. *Altar lateral direito.* 2016. Acervo pessoal.



Figura 07f. Assis, Bruna. *Altar lateral esquerdo.* 2016. Acervo pessoal.



Figura 07g. Assis, Bruna. *Vista da nave pelo pórtico de entrada.* 2016. Acervo pessoal.



Figura 07h. Assis, Bruna. *Vista da nave pelo altar central.* 2016. Acervo pessoal.

2.2 O CONDEPHAAT E O SÍTIO PIRAQUARA (SÃO PAULO/SP)

Segundo Danilo Morcelli (2013, p. 90-91), a Casa do Sítio Piraquara – Casa da Moenda ou Engenho, localizada na Avenida Assis Ribeiro, no bairro de Ermelino Matarazzo, município de São Paulo –, teria sido construída por índios, no antigo aldeamento de São Miguel, durante o século XVI. O sítio, erigido em taipa de pilão, compreendia uma construção principal com um cômodo destinado à moenda de cana-de-açúcar, depósitos e uma capela (MORCELLI, 2013, p. 92).

O processo de tombamento da Casa do Sítio Piraquara¹⁰⁵ teve início com o pedido do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em ofício enviado ao Condephaat no dia 23 de outubro de 1978, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) solicitou que fossem abertos os processos para estudo de tombamento da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (Ermelino Matarazzo), do Sítio Capão (Água Rasa) e da velha estação do Brás (Brás). O DPH justificou que essa ação pelo tombamento dos três imóveis visava a elaboração de um “Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos” (CONDEPHAAT, 1978, f. 02). Com relação ao Sítio Piraquara, o pedido cita que se trata de um engenho construído em taipa, relativamente bem conservado e que preserva o seu maquinário de fabricação de açúcar (CONDEPHAAT, 1978, f. 03). Seguindo os trâmites para a análise do pedido de abertura do processo de tombamento, o DPH anexou um levantamento histórico sobre a propriedade, no qual constam informações sobre os usos do edifício ao longo do tempo, sobre os moradores, a produção de agricultura de subsistência, a produção de aguardente, além de um conjunto de fotografias realizadas pelo Iphan-SP¹⁰⁶ e uma planta do terreno (CONDEPHAAT, 1978, f. 04-34). De posse dessa documentação, o conselheiro relator Antonio Luiz Dias de Andrade, em 15 de janeiro de 1979, votou pela abertura do processo de tombamento do Sítio Piraquara e seus pertences, que foi aprovada pelo Egrégio Conselho do Condephaat¹⁰⁷:

¹⁰⁵ CONDEPHAAT. Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 20.700/1978, v. I e II.

¹⁰⁶ Danilo Morcelli (2013, p. 91) aponta que, em 1945, durante a direção de Luís Saia, a regional do Sphan em São Paulo desenvolveu estudos para o tombamento da Casa do Sítio Piraquara, contudo, a proteção não se efetivou. Em consulta ao Iphan-SP não foi possível ter acesso a documentos que versassem sobre o tombamento do Sítio Piraquara, encontramos, apenas, o conjunto de fotografias realizadas durante a instrução do processo. Ver figuras 08a, 08b, 08c, 08d e 08e.

¹⁰⁷ Os proprietários e partes envolvidas foram comunicados da abertura do processo de tombamento em 20 de novembro de 1980: Jovino de Farias (delegado); Horácio de Almeida (administrador regional de S. Miguel Paulista-Ermelino Matarazzo); Mário Chamie (secretário municipal de Cultura); Francelino José Bueno

Trata-se de construção seiscentista, provavelmente destinada à fabricação de açúcar e aguardente, situada no antigo caminho de São Miguel. A ancianidade e a relevância histórica do imóvel, assim como suas características arquitetônicas, a nosso ver, são suficientes para justificar a abertura do processo de tombamento (CONDEPHAAT, 1978, f. 36).



Figura 08a. *Engenho Piraquara, São Miguel-SP.* 1945. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 08b. *Cômodo alpendrado.* 1945. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.

(proprietário); Honório Emiliano Bueno (proprietário); Murillo Marx (diretor do DPH); e Henrique Elias (supervisor de Serviços Públicos São Miguel-Ermelino Matarazzo) (CONDEPHAAT, 1978, f. 67-71).



Figura 08c. *Maquinário do Engenho Piraquara.* 1945. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 08d. *Entorno do engenho.* 1945. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.



Figura 08e. *Ruínas da casa.* 1945. Acervo Fotográfico do Iphan-SP.

A instrução do processo foi continuada com um novo levantamento histórico realizado pela equipe técnica do Condephaat, que considerou o período de ocupação da aldeia de São Miguel até a chegada das primeiras indústrias na zona leste da cidade de São Paulo (CONDEPHAAT, 1978, f. 39-49). Para a finalização da instrução do processo, o Condephaat solicitou ao DPH um estudo para a restauração da propriedade, adequação paisagística e destinação a ser dada ao imóvel (CONDEPHAAT, 1978, f. 54-61). Em 27 de janeiro de 1981, após dois anos da abertura do processo de tombamento, o DPH enviou ao Condephaat uma nova documentação, com um levantamento histórico, arquitetônico e fotográfico do Sítio Piraquara (Figuras 09a e 09b), um levantamento socioeconômico e uma listagem de todos os equipamentos instalados na região, como escolas, igrejas, associações culturais e hospitais (CONDEPHAAT, 1978, f. 81-93). Ao final dessa documentação, o diretor da Divisão de Preservação do DPH, Luiz Alberto do Prado Passaglia, informou ao Condephaat que o projeto de restauração não fora enviado à instituição porque estava em curso na Prefeitura Municipal de São Paulo uma proposta de desapropriação do Sítio Piraquara. O diretor apontou, também, que o sítio estava em péssimo estado de conservação, com uma parede de taipa em ruína, devido às fortes chuvas e ao completo abandono por parte dos proprietários, cabendo ao Condephaat notificar os donos para que os reparos fossem realizados para a conservação da residência (CONDEPHAAT, 1978, f. 94-95).



Figura 09a. *Casa do Sítio Piraquara.*
s.d. CONDEPHAAT, Processo de
Tombamento nº 20.700/1978, f. 92.



Figura 09b. *Moenda de ferro fundido.*
s.d. CONDEPHAAT, Processo de
Tombamento nº 20.700/1978, f. 93.

Em fevereiro de 1981, o DPH comunicou novamente ao Condephaat sobre o estado de conservação precário do Sítio Piraquara, solicitando que o órgão executasse as medidas cabíveis, como contatar os proprietários para alertá-los sobre a necessidade de reparos urgentes no imóvel, “último remanescente de instalação para o trabalho (engenho) ainda existente no município de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1978, f. 103-104)¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Os proprietários foram notificados em 25 de maio de 1981, por meio de ofício expedido pelo Condephaat para que reparassem a parede ruínosa. O ofício, contudo, não mencionou a possibilidade de alguma penalização aos proprietários caso os reparos não fossem efetuados, visto que o imóvel estava em estudo para posterior tombamento (CONDEPHAAT, 1978, f. 114-115).

Sem novas incorporações ao processo, em 28 de agosto de 1981, o conselheiro relator Eduardo Kneese de Mello deu parecer favorável para o tombamento da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (CONDEPHAAT, 1978, f. 121). Em 09 de dezembro de 1981, o Egrégio Colegiado aprovou o tombamento do sítio por unanimidade¹⁰⁹, contudo, a redação da minuta de tombamento a ser enviada para o secretário Estadual de Cultura ficou condicionada à desapropriação do antigo engenho pela Prefeitura de São Paulo (CONDEPHAAT, 1978, f. 125, 131)¹¹⁰. Dado o período sem que as negociações para a desapropriação avançassem e considerando o estado precário de conservação do Sítio Piraquara¹¹¹, em 21 de junho de 1983, após consulta ao processo de desapropriação do antigo engenho, em curso no Departamento de Desapropriações da Prefeitura Municipal de São Paulo (Desap), a arquiteta Marcia Tancler de Lemos emitiu parecer técnico sugerindo que o tombamento não ficasse condicionado à desapropriação do imóvel, pois o sítio estava em péssimo grau de conservação e, caso o imóvel fosse protegido definitivamente, isso até poderia facilitar as negociações pela desapropriação na Prefeitura de São Paulo (CONDEPHAAT, 1978, f. 143, 149-151). Tendo em conta o parecer de Marcia Tancler de Lemos, o conselheiro relator Murillo Marx, deu parecer favorável ao tombamento do Sítio Piraquara, que foi aprovado pelo Egrégio Colegiado do Condephaat em 11 de janeiro de 1984¹¹² (CONDEPHAAT, 1978, f. 153-154)¹¹³.

O tombamento foi homologado pelo secretário Estadual de Cultura, Jorge da Cunha Lima, em 01 de agosto de 1984:

Resolução nº 016 de 1º de Agosto de 1984

¹⁰⁹ CONDEPHAAT. *Ata da 494ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 09 de dezembro de 1981*. 1981. Centro de Documentação do Condephaat. No dia da sessão, estavam presentes: presidente do Conselho: Ruy Ohtake; membros: Edgar Carone, Eduardo Corona, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Lea Goldstein, Paulo José da Costa Júnior, Pe. Antonio de O. Godinho, José Leandro de Barros Pimentel e Eduardo Kneese de Mello.

¹¹⁰ O comunicado informando sobre o tombamento e sobre a legislação que protege o bem foi enviado para: Maria Virgília Salgado Loureiro (diretora do DPH); Jovino de Farias (delegado); Horácio de Almeida (administrador regional de S. Miguel Paulista-Ermelino Matarazzo); Francelino José Bueno (proprietário); Honório Emiliano Bueno (proprietário) (CONDEPHAAT, 1978, f. 126-130).

¹¹¹ Em 21 de maio de 1982, a Divisão de Preservação do DPH enviou novo comunicado ao Condephaat alertando sobre o crescente processo de degradação do imóvel e a ausência de medidas protetivas por parte dos proprietários (CONDEPHAAT, 1978, f. 133).

¹¹² CONDEPHAAT. *Ata da 587ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 11 de janeiro de 1984*. 1984. Centro de Documentação do Condephaat. No dia da sessão, estavam presentes: vice-presidente em exercício: Augusto Humberto Vairo Titarelli; membros: Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes; Antonio Luiz Dias de Andrade, Helena Saia, Dorath Pinto Uchôa, Mário Savelli, Pe. Antonio de O. Godinho, José Leandro de Barros Pimentel e Eunice Ribeiro Durham. Diretor do Serviço Técnico: Marcos José Carrilho, e assessora jurídica: Dra. Giselda Penteado Di Guglielmo.

¹¹³ Foram notificados novamente sobre o tombamento: Francelino José Bueno (proprietário); Honório Emiliano Bueno (proprietário); Paulino Ferrari (administrador regional de S. Miguel Paulista-Ermelino Matarazzo); José Pacheco (delegado); Regina Maria Prosperi Meyer (diretora do DPH) (CONDEPHAAT, 1978, f. 156-160).

Jorge da Cunha Lima, Secretário da Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, RESOLVE:

Artigo 1º – Fica tombado como monumento de interesse histórico-arquitetônico a CASA DO SÍTIO PIRAQUARA E SEUS PERTENCES, situada à Avenida Assis Ribeiro, em Ermelino Matarazzo, nesta Capital, (conforme documentação constante do processo nº 20.700/78) precioso exemplar remanescente da arquitetura rural paulista, provavelmente edificada para a produção de açúcar e álcool, e cuja ancianidade presume-se bem anterior ao século XIX, data a partir da qual o monumento é citado, por intermédio de documentação.

[...] (CONDEPHAAT, 1978, f. 169-170).

Em vistorias realizadas pelo Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR), nos dias 03 e 29 de setembro de 1984, constatou-se que o imóvel estava em estado avançado de degradação, com telhado descoberto e paredes de taipa desmoronando, por causa dos longos períodos de chuva (Figuras 10a, 10b e 10c). Em vista do estado de conservação do antigo sítio, os arquitetos do STCR propuseram obras para a consolidação das paredes remanescentes (CONDEPHAAT, 1978, f. 177-192, 199-201). A proposta de consolidação do imóvel foi aprovada pelo Egrégio Colegiado e, após contratação de empresa especializada, as obras de conservação foram realizadas em janeiro de 1985, com o escoramento das paredes, desmonte do telhado para evitar desabamentos, cobertura das ruínas com lona plástica e cercamento do terreno (Figuras 11a e 11b) (CONDEPHAAT, 1978, f. 209-215)¹¹⁴.

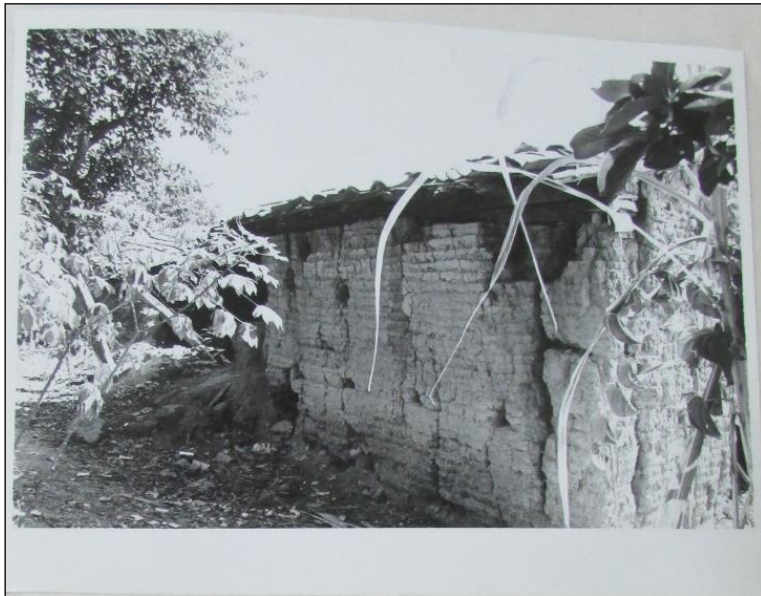


Figura 10a. Casa do Sítio Piraquara, vista externa da parede sul. 1984. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 184.

¹¹⁴ No processo de tombamento constam o relatório descritivo das obras de conservação e uma série de fotografias (CONDEPHAAT, 1978, f. 211-215).

Figura 10b. *Vista externa da parede leste.* 1984. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 185.



Figura 10c. *Moenda de ferro para cana-de-açúcar.* 1984. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 190.

Figura 11a. *Sítio Piraquara, obras de escoramento da face oeste.* 1985. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 213.





Figura 11b. *Vista da face leste.* 1985. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 214.

Entre os anos de 1985 e 1988, o processo ficou sem movimentação. A Divisão de Iconografia e Museus do Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo, em 19 de janeiro de 1988, solicitou ao Condephaat autorização para a retirada da moenda de ferro fundido do Sítio Piraquara. A Divisão estava organizando a exposição denominada “A Produção Açucareira: da Colônia ao Império”, no Museu Casa do Bandeirante¹¹⁵, e necessitava da anuência do órgão para realizar o transporte da moenda para a exposição, visto que era um bem tombado (CONDEPHAAT, 1978, f. 217-218)¹¹⁶. Posteriormente ao empréstimo da moenda, os técnicos da Divisão de Preservação do DPH, em vistoria ao antigo engenho, em outubro de 1988, constataram que os remanescentes construídos de taipa de pilão não existiam mais. Ao informar a situação ao Condephaat, o órgão municipal solicitou que a instituição adotasse as medidas cabíveis para punir os responsáveis pela destruição do Sítio Piraquara (CONDEPHAAT, 1978, f. 242). A solicitação foi encaminhada para o arquiteto da Seção de Projetos, Bernardo José Castello Branco, que, ao analisar toda a tramitação do processo de tombamento, concluiu que não concernia penalizar os proprietários. Em seu parecer, o arquiteto apontou que, desde a abertura do processo de tombamento, a edificação em questão já se encontrava degradada. Essa situação, somada à ação predatória de vizinhos, à carência de policiamento, às intempéries naturais e à ausência de recursos financeiros por parte dos proprietários para efetuar as obras de conservação e restauração, resultaram no desvanecimento

¹¹⁵ Atualmente denominada Casa do Bandeirante, integra a rede de Museus da Cidade de São Paulo.

¹¹⁶ O STCR autorizou o deslocamento da moenda de cana-de-açúcar (CONDEPHAAT, 1978, f. 219-220).

do bem (CONDEPHAAT, 1978, f. 244-246). O relatório do técnico da Seção de Projetos, expedido em 1988, foi avaliado, contudo, apenas em março de 1992 pelo conselheiro relator Murillo Marx. Seguindo a documentação processual, supomos que a demora nessa avaliação talvez esteja relacionada a outra questão que se impunha ao Condephaat naquele momento, envolvendo a devolução da citada moenda de cana-de-açúcar. Entre 1989 e 1991, a documentação do processo de tombamento refere-se à comunicação entre a Divisão de Iconografia e Museus do DPH e o Condephaat. Encerrada a exposição, o proprietário do Sítio Piraquara se recusou a receber a moenda de volta. Após negociações entre os órgãos municipal e estadual, foi acordado que o objeto ficaria aos cuidados do Museu Casa do Bandeirante (CONDEPHAAT, 1978, f. 247-263). Em 1993, contudo, o proprietário solicitou a devolução da moenda para outra localidade que não o Sítio Piraquara, uma vez que a edificação não existia mais. Um parecer técnico foi realizado propondo a devolução para esse novo endereço, desde que o proprietário conservasse a moenda no novo local (CONDEPHAAT, 1978, f. 269-278)¹¹⁷.

Com relação ao relatório técnico de Bernardo José Castello Branco, a avaliação do conselheiro relator Murillo Marx concluiu pela pertinência do destombamento do Sítio Piraquara, pois a “ação concorrente entre duas esferas do Poder Público fracassou” (CONDEPHAAT, 1978, f. 265-268). No entanto, o parecer do conselheiro relator que alvitrava pelo cancelamento de tombamento, ao ser lido em sessão ordinária, no dia 17 de janeiro de 1994, não foi aprovado pelo Egrégio Colegiado do Condephaat¹¹⁸. Antes de decidir sobre a questão, o conselheiro Francisco Capuano Scarlato, representante do Departamento de Geografia da USP, propôs que se realizasse uma vistoria no terreno do antigo sítio para averiguação do interesse arqueológico da área, sugestão aprovada pelos demais conselheiros (CONDEPHAAT, 1978, f. 280).

Em 8 de agosto de 1994, a geógrafa Andrea Scabello realizou vistoria no antigo Sítio Piraquara, constatando que o terreno, de posse de novo proprietário, estava sendo utilizado por uma empresa de terraplanagem que retirava a terra para comercialização (Figura 12). A partir desse cenário, a geógrafa emitiu parecer recomendando que o antigo e o atual proprietários fossem autuados pela destruição do bem tombado; e que fosse realizada a revisão do

¹¹⁷ Segundo a documentação do processo, esse parecer não foi avaliado pelo Egrégio Colegiado. Também não é possível afirmar se o proprietário recebeu de volta a moenda do Museu Casa do Bandeirante.

¹¹⁸ CONDEPHAAT. *Ata da 980ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 17 de janeiro de 1994*. 1994. Centro de Documentação do Condephaat. No dia da sessão, estavam presentes: presidente: José Carlos Ribeiro de Almeida; membros: Antonio Luiz Dias de Andrade, Antonio Roberto de Paula Leite, Carlos Augusto Mattei Faggini, Carlos Roberto de Oliveira, Daniel Joseph Hogan, Francisco Capuano Scarlato, Haiganuch Sarian, Jamil Habib, Leila Meizan Algranti, Maria Luiza Figueira de Mello, Marcelo Sousa Bertani, Palmira Petratti Teixeira, Roberto Moreira, Victor Hugo Mori e Zoraide Martins.

tombamento, uma vez que o imóvel protegido não existia mais (CONDEPHAAT, 1978, f. 286-288). O relatório técnico foi apreciado pelo Egrégio Colegiado que, em 19 de setembro de 1994¹¹⁹, após as manifestações da conselheira Dorath Pinto Uchôa, deliberou pelo cancelamento de tombamento do Sítio Piraquara (CONDEPHAAT, 1978, f. 292). Após decisão do Colegiado, o processo de tombamento foi encaminhado para a Consultoria Jurídica da Secretaria do Estado da Cultura, que indicou o cancelamento de tombamento da Casa do Sítio Piraquara, a desapropriação da moenda de cana-de-açúcar para resguardar a sua preservação e a abertura de sindicância para investigar e autuar os responsáveis pela destruição do antigo sítio (CONDEPHAAT, 1978, f. 295-298). Em nova reunião, realizada no dia 20 de novembro de 1995, o Egrégio Colegiado votou pela inclusão da moenda de cana-de-açúcar na resolução de cancelamento de tombamento do Sítio Piraquara e pela não autuação dos proprietários, visto que o imóvel foi alvo de intempéries (CONDEPHAAT, 1978, f. 300)¹²⁰. A síntese da decisão do Colegiado foi novamente enviada para a Consultoria Jurídica em 08 de janeiro de 1996, que emitiu parecer favorável ao destombamento, elucidando que, sendo o tombamento um ato administrativo, ele pode ser desfeito. No caso em tela, apontou a assessora Dulcinea Alves Macedo Duailibi, o tombamento pode ser revogado por ser inoportuno, uma vez que o objeto tutelado não existe mais:

Em relação ao cancelamento do tombamento, esclarecemos que, são dois os institutos para a retirada do ato administrativo do mundo jurídico. Como menciona José Cretella Jr.:

“Desfazer o ato administrativo é impedir que continue a atuar no mundo jurídico. Desfazimento é gênero do que a anulação e revogação são espécies. Desfaz-se o que entrou mal no mundo jurídico, contrariando o texto legal, ou por ser inoportuno, ou ainda, ao mesmo tempo inoportuno e inconveniente” (Do ato administrativo).

Sendo o tombamento um ato administrativo o mesmo poderá ser desfeito. No presente processo, o tombamento foi regular e legal, portanto não é o caso de anulação do tombamento e sim de revogação por ser inoportuno, uma vez que o bem histórico foi destruído (CONDEPHAAT, 1978, f. 324-325).

¹¹⁹ CONDEPHAAT. *Ata da 1008ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 19 de setembro de 1994*. 1994. Centro de Documentação do Condephaat. Na sessão, estavam presentes: presidente: José Carlos Ribeiro de Almeida; membros: Antonio Roberto de Paula Leite, Dorath Pinto Uchôa, Francisco Capuano Scarlato, José Roberto Teixeira Leite, Leila Meizan Algranti, Maria Luiza Figueira de Mello, Maria Luiza Marcílio, Nilson Ghirardello, Odeibler Santo Guidugli, Reginaldo Forti, Silvio Aquino Mussi Guimarães, Victor Hugo Mori e Zoraide Martins.

¹²⁰ CONDEPHAAT. *Ata da 1054ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 20 de novembro de 1995*. 1995. Centro de Documentação do Condephaat.

De acordo com a Ata nº 1054, após a leitura do parecer da Consultoria Jurídica, os Conselheiros votaram, por unanimidade, pela inclusão da moenda de ferro fundido no processo de destombamento.

No dia da sessão estavam presentes: presidente: José Carlos Ribeiro de Almeida; membros: Antonio Roberto de Paula Leite, Arlete Moyses Rodrigues, Carlos Augusto Mattei Faggin, Dorath Pinto Uchôa, Jamil Abib, João Marino, José Roberto Teixeira Leite, José Wagner Leite Ferreira, Maria Luiza Figueira de Mello, Reginaldo Forti e Teodorico Ferreira Cabral.



Figura 12. Scabello, Andrea. *Terreno do antigo Sítio Piraquara*. 1994. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 20.700/1978, f. 289.

Em 1997, o processo foi novamente apreciado pelo conselheiro relator Jamil Abib, a pedido da Diretoria Executiva do Condephaat, que encontrou inconsistências na decisão sobre a moenda de cana-de-açúcar e sobre a não aplicação de multas aos responsáveis pela deterioração da Casa do Sítio Piraquara. O conselheiro deu parecer favorável ao destombamento da Casa do Sítio Piraquara e da moenda – visto que foram protegidas sob o mesmo processo, “Casa do Sítio Piraquara e seus pertences”, devendo ser tratadas em conjunto –; e pela não aplicação de multas em virtude das intempéries que atingiram o imóvel (CONDEPHAAT, 1978, f. 339-346). O Egrégio Colegiado aprovou o parecer do conselheiro Jamil Abib, reformulando o texto da minuta de resolução de revogação de tombamento¹²¹. Seguindo a documentação do processo, a resolução de destombamento foi enviada ao secretário de Cultura apenas no ano 2000 (CONDEPHAAT, 1978, f. 349-351). Em 2004, a resolução de destombamento retornou ao Condephaat sem ter sido homologada e sem uma explicação para o acontecido. O órgão, então, enviou novamente a resolução para o gabinete da Secretaria de Cultura (CONDEPHAAT, 1978, f. 352).

O processo voltou a ser movimentado apenas no ano de 2009. Em abril de 2009, o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI), da

¹²¹ CONDEPHAAT. *Ata da 1103ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 06 de outubro de 1997*. 1997. Centro de Documentação do Condephaat.

Na sessão estavam presentes: presidente: Carlos Henrique Heck; membros: Augusto Humberto Vairo Titarelli, Carlos Alberto Dêgelo, Edgard de Assis Carvalho, Frederico Alexandre Moraes Hecker, Haroldo Gallo, Jamil Abib, José Salles dos Santos Cruz, Jurandyr Luciano Sanches, Laerte Vieira da Cunha, Luis Carlos Tabet Gomes, Manoel Lemes da Silva Neto, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Odeibler Santo Guidugli, Roberto Machado Carvalho, Sílvia Maranca e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses.

Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico do Condephaat (UPPH), localizou dois pedidos de revogação de tombamento, a saber: a Casa do Sítio Piraquara (São Paulo/SP) e a Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP), sendo ambos encaminhados para orientação da Consultoria Jurídica (CONDEPHAAT, 1978, f. 353)¹²². O processo do Sítio Piraquara foi enviado para a Consultoria Jurídica da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, que auxiliou a Consultoria Jurídica da Secretaria Estadual de Cultura durante um mês. Da análise do caso, a assessora jurídica Ana Maria Moliterno Pena, concluiu que, em face do desaparecimento do bem, não há como preservá-lo, devendo ser retirada a proteção:

De fato, uma vez que o tombamento decorre de ato discricionário, o mesmo se dá com o destombamento. E, considerando a destruição do bem, sustenta-se, por medida de conveniência e oportunidade, a retirada da proteção em exame, que deverá constar expressamente na motivação do ato (CONDEPHAAT, 1978, f. 371).

O parecer jurídico foi encaminhado para o conselheiro relator Jean Jacques Erenberg, que emitiu seu parecer em 11 de fevereiro de 2010. Considerando todo o processo de tombamento, as vistorias, os pareceres de técnicos e conselheiros, a contínua degradação do imóvel e a decisão pelo destombamento efetuada em 1994 e que se arrastou até 2010 sem nenhuma conclusão, o conselheiro votou pelo diferimento do destombamento (CONDEPHAAT, 1978, f. 385-399):

Diante dos argumentos desfiados, meu voto é pelo diferimento da decisão de ratificar ou não a revogação do tombamento por nova resolução do Sr. Secretário da Cultura, até que seja apurada e, se o caso, promovida, a responsabilidade pelo perecimento do conjunto tombado, adotando-se as providências [...].

Voto, ainda, pela elaboração de parecer técnico específico e individualizado para moenda de cana-de-açúcar remanescente do conjunto, a fim de, antes de deliberar pelo destombamento, verificar-se seu eventual valor histórico intrínseco, capaz de justificar a permanência do tombamento em relação a este bem, ou mesmo sua eventual desapropriação, como já se sugeriu nesses autos (CONDEPHAAT, 1978, f. 400).

O parecer do conselheiro Jean Jacques Erenberg foi aprovado em sessão do Egrégio Colegiado do Condephaat apenas em 15 de abril de 2013¹²³, ficando condicionada a resolução

¹²² Nesse documento, a técnica do GEI Elisabete Mitiko Watanabe, aponta que esses não são os primeiros casos na instituição. Outros dois bens já tiveram suas resoluções de tombamento revogadas porque deixaram de existir: Teatro Oberdan (São Paulo/SP) e Casa do Barão de Piratininga (São Roque/SP).

¹²³ CONDEPHAAT. *Ata da 1702ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 15 de abril de 2013*. 2013. Centro de Documentação do Condephaat. No dia da sessão, estavam presentes: presidente: Ana Lúcia Duarte Lanna; membros: Valéria Rossi Domingos, Ana Luiza Martins, Ana Paula Albuquerque Grillo, Beatriz Mugayar Kühl, Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Carlos Augusto Mattei Faggin, Daniel Smolentzov, João Cláudio Pereira de Alencastro Guimarães, José Pedro de Oliveira Costa, Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Matilde da Costa,

de destombamento à apuração da responsabilidade dos proprietários pelo arruinamento do imóvel e à localização e elaboração de estudo técnico sobre a moenda de cana-de-açúcar (CONDEPHAAT, 1978, f. 401).

A partir do processo de tombamento, o GEI buscou a moenda de cana-de-açúcar na Casa do Bandeirante, localizada no Butantã, imóvel pertencente ao Museu da Cidade de São Paulo. Em visita ao local, constatou-se que a moenda não se encontrava sob a guarda da instituição e que esta não tinha registros do empréstimo do objeto (CONDEPHAAT, 1978, f. 463-470). Em ofício posterior, a Diretoria do Museu da Cidade de São Paulo informou que, ao consultar um funcionário que trabalhou na instituição de 1999 a 2014, o mesmo relatou que, desde a sua entrada no museu, não havia na Casa do Bandeirante nenhuma moenda de ferro fundido. E, considerando a solicitação do proprietário em 1993, a moenda de cana-de-açúcar provavelmente lhe foi devolvida (CONDEPHAAT, 1978, f. 510-513). Para a apuração de responsabilidade e sanções aos proprietários, em 22 de janeiro de 2015 foi aberto o Processo nº 73.683, para elaboração do Auto de Constatação de Conduta Irregular (CONDEPHAAT, 1978, f. 508-509)¹²⁴. Instruído o processo quanto às solicitações do Egrégio Colegiado, a documentação foi encaminhada para a Consultoria Jurídica, que opinou pela conclusão definitiva do processo de destombamento (CONDEPHAAT, 1978, f. 521-522).

Finalmente, no dia 10 de setembro de 2016, foi homologada pelo secretário de Cultura a resolução de revogação do tombamento da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences:

Considerando os elementos constantes no processo CONDEPHAAT nº 20700/1978, os quais evidenciam o desaparecimento, por destruição, da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences, situada na Avenida Assis Ribeiro, no bairro Ermelino Matarazzo, nesta Capital, bem imóvel que foi tombado por meio da Resolução nº 016, de 1º de agosto de 1984 (DOE 02 de agosto de 1984, e inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o nº 229, fl. 63, em 20 de janeiro de 2017;

Considerando as razões expostas nos pareceres técnicos juntados nos autos do referido processo e as decisões do CONDEPHAAT tomadas nas Sessões Ordinárias de 19-09-1994 (Ata nº 1008) e de 20-11-1995 (Ata nº 1054), estas últimas deliberando pelo “cancelamento” do tombamento da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences, atualizadas pela deliberação na Sessão Ordinária de 06-10-1997 (Ata nº 1103);

Considerando, ainda, as razões jurídicas consignadas nos Pareceres CJ/SMA nº 937/2009 e CJ/SC nº 46/2016, ambos exarados no processo CONDEPHAAT nº 20700/1978;

Artigo 1º - Fica revogada a Resolução nº 016, de 01 de agosto de 1984, publicada no D.O.E. de 02 de agosto de 1984, que efetivou o tombamento como monumento Histórico-Arquitetônico da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences.

Paulo César Garcez Marins, Pedro Luís Puntoni, Regina de Andrade Tirello, Silvio Oksman, Sueli Angelo Furlan e Thais Cassoli Reato Cezar.

¹²⁴ Em janeiro de 2017, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Cultura informou ao Condephaat que havia abandonado e arquivado o processo de autuação aos proprietários, visto o “tempo decorrido e as diversas falhas ao longo da tramitação dos autos” (CONDEPHAAT, 1978, f. 525).

Artigo 2º – O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT – fará, no Livro do Tombo competente, a necessária averbação à margem da inscrição original (CONDEPHAAT, 1978, f. 523).

Em âmbito municipal, o Sítio Piraquara e seus pertences foi protegido pelo Conpresp no ano de 1991, por meio de tombamento *ex-officio*¹²⁵, em conjunto com outros oitenta e oito imóveis (CONPRESP, 1991, f. 01-07). Após revisar a Resolução nº 05/91 que homologou o tombamento dos bens, Walter Pires, chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento da Divisão de Preservação do DPH, sugeriu algumas alterações no texto e a retirada da Casa do Sítio Piraquara da lista de bens tombados:

Casa do Sítio Piraquara e seus pertences

A antiga sede desse sítio, que já estava em estado precário quando do tombamento pelo CONDEPHAAT, não mais existe. Em vistoria realizada no local constatou-se que foi totalmente demolida ou arruinada pela falta de proteção. Sugerimos que esse bem seja eliminado da lista e aguarde-se uma decisão em comum com o CONDEPHAAT sobre a solução desse tombamento (CONPRESP, 1991, p. 35-36)¹²⁶.

Em 03 de abril de 1992 foi sancionada a Resolução nº 01/CONPRESP/92, que reatificou o texto da Resolução nº 05/CONPRESP/91, excluindo a Casa do Sítio Piraquara da lista de bens tombados pelo poder municipal (CONPRESP, 1991, p. 37-38)¹²⁷.

No ano de 2014, durante a fase final de instrução do processo de destombamento junto ao Condephaat, os técnicos do GEI realizaram uma visita ao local do antigo Sítio Piraquara para avaliar a possibilidade de uma prospecção arqueológica. Durante a visita, os técnicos constataram que um conjunto de edifícios havia sido construído no terreno do antigo engenho (Figura 13) (CONDEPHAAT, 1978, f. 471-478).

¹²⁵ CONPRESP. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8. Resolução nº 05/CONPRESP/91; Resolução nº 01/CONPRESP/1992.

¹²⁶ No processo de tombamento não constam documentos relativos a essa vistoria.

¹²⁷ Cumpre ressaltar que, no processo de tombamento do Sítio Piraquara pertencente ao Condephaat, não há qualquer menção ou notícia do destombamento realizado pelo Conpresp em 1992.



Figura 13. *Edifícios no local do antigo Sítio Piraquara. 2018. Google Earth.*

2.3 O CONPRES P E A MANSÃO MATARAZZO

O processo de tombamento da Mansão Matarazzo, que se localizava na Avenida Paulista, nº 1.230, no bairro da Bela Vista, na cidade de São Paulo (Figura 14), foi aberto por iniciativa do próprio Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo (DPH)¹²⁸. Em 10 de abril de 1989, Déa Ribeiro Fenelon, diretora do DPH, encaminhou ao Colegiado do Conpresp um comunicado apresentando as justificativas que a levaram a solicitar a abertura do processo de estudo de tombamento da mansão. No documento, a diretora ressaltou o valor histórico e urbanístico do imóvel para a cidade de São Paulo e que, considerando as notícias sobre um processo de demolição em curso, intentava que o Conselho iniciasse os estudos para o tombamento (CONPRES P, 1989, f. 02). Apenso ao pedido da diretora do DPH foi apresentado um relatório da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, com justificativas preliminares para embasar o início do estudo. O relatório apontou a importância da Família Matarazzo para o desenvolvimento da sociedade paulista na primeira metade do século XX, ressaltando que a mansão deveria ser protegida pelo fato de ter pertencido a essa família e não devido às características de seu projeto arquitetônico (CONPRES P, 1989, f. 04-06). Junto ao documento, foram anexadas várias reportagens de jornais e revistas da época, que noticiavam a demolição em curso no imóvel¹²⁹. O Conpresp não era o único interessado na preservação da Mansão Matarazzo. Em 11 de abril de 1989, foi divulgada no Diário Oficial do Município uma declaração de utilidade pública da mansão, para fins de desapropriação. A Prefeitura de São Paulo, representada por Luiza Erundina, tinha interesse na desapropriação da

¹²⁸ CONPRES P. Mansão Matarazzo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1989-0.002.581-3 e Processo de Tombamento nº 2010-0.038.283-0.

¹²⁹ Além de noticiarem a demolição, as reportagens mencionavam as ações do Condephaat e do Conpresp para a proteção do imóvel: “Mansão: mais explosões” (OESP, 09.04.1989); “O marco balança: Matarazzo dinamita mansão em São Paulo para evitar tombamento no terreno mais caro do país” (Veja, 05.04.1989); “Casa Matarazzo não pode mais ser demolida” (Folha de São Paulo, 01.04.1989); “Condephaat suspende demolição da mansão Matarazzo na Paulista” (Folha de São Paulo, 01.04.1989); “Família Matarazzo vai processar Prefeitura por entrar em mansão” (Folha de São Paulo, 04.04.1989); “Nova explosão compromete estrutura da mansão Matarazzo” (Folha de São Paulo, 09.04.1989); “Nova explosão abala Mansão Matarazzo” (O Globo, 09.04.1989); “Eduardo A. Matarazzo ordenou a demolição” (Folha de São Paulo, 01.04.1989); “Matarazzo admite estudar a preservação da mansão” (Folha de São Paulo, 17.04.1989); “A casa dos Matarazzo” (Folha de São Paulo, 25.04.1989); “Ainda a propósito da casa dos Matarazzo” (Folha de São Paulo, 05.05.1989); “O Museu do Trabalhador” (Folha de São Paulo, 26.04.1989); e “O caso da casa” (Folha de São Paulo, 02.07.1989) (CONPRES P, 1989, f. 07-17, 66-73, 138-140).

Mansão Matarazzo para construir a “Casa da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho”¹³⁰ (CONPRESP, 1989, f. 23).

Após decisão favorável do Conselho do Conpresp, em 10 de abril de 1989 foi aberto o processo de tombamento (CONPRESP, 1989, f. 24). Os proprietários, Maria Pia Matarazzo e Espólio Francisco Matarazzo Júnior, foram notificados sobre a abertura do processo de tombamento do imóvel, que agora estava protegido pela Lei nº 10.032/1985, alterada pela Lei nº 10.236/1986, até a conclusão dos estudos e decisão do Conselho, sendo proibida qualquer reforma ou demolição (CONPRESP, 1989, f. 25-31).



Figura 14. Zarattini, Mônica. *Vista da Mansão Matarazzo*. 1993. Acervo Jornal O Estado de São Paulo.

O primeiro estudo para instruir o processo de tombamento foi realizado pela Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa do DPH. A pesquisa consistiu no levantamento de dados biográficos do Conde Francisco Matarazzo, do Conde Francisco Matarazzo Júnior e de Maria Pia Matarazzo, buscando tecer relações entre suas vidas e a vivência na Mansão Matarazzo (CONPRESP, 1989, f. 74-87). Em seguida a essa pesquisa, iniciaram-se os levantamentos sobre o histórico construtivo da residência. O estudo foi dividido em três partes: levantamento de plantas e projetos de reforma no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís; elaboração, com base nos projetos levantados no arquivo, de linha cronológica sobre o período de construção e posteriores reformas, com o intuito de compreender as transformações do espaço

¹³⁰ SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Decreto nº 27.727, de 11 de abril de 1989, declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado no 17º subdistrito – Bela Vista, necessário à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho. 1989.

até o ano de 1989; e levantamento do “valor ambiental”, que consistiu na observação da relação da casa com o entorno urbano da Avenida Paulista e listagem das espécies botânicas presentes no jardim da propriedade (Figuras 15a e 15b) (CONPRESP, 1989, f. 88-135). A Assessoria Técnica de Obras e Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo realizou uma vistoria na Mansão Matarazzo para avaliar a situação da edificação e possíveis riscos de desabamento, ocasionados pelas implosões. O relatório concluiu que, mesmo após duas implosões, realizadas nos dias 01 de abril de 1989 e 27 de abril de 1989, a residência estava com a estrutura sólida no primeiro e no segundo pisos, sendo possível uma recuperação estrutural que custaria em torno de dois a três milhões de dólares (CONPRESP, 1989, f. 132-135).



Figura 15a. *Mansão Matarazzo e jardim.* 1989. CONPRESP, Processo de Tombamento nº 1989-0.002.581-3, f. 122.



Figura 15b. *Vista da mansão a partir da Avenida Paulista.* 1989. CONPRESP, Processo de Tombamento nº 1989-0.002.581-3, f. 123.

De posse da documentação do processo de tombamento, o conselheiro relator René Antonio Nusdeu, arquiteto e representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Departamento do Uso do Solo (Sempla/Deuso), emitiu seu parecer em 05 de dezembro de 1989:

Examinado, há neste processo informações suficientes para concluir o tombamento, como meio de assegurar um testemunho significativo da cultura paulistana (expansão da cidade, imigração, industrialização e outros fatores concorrentes), edificado no início da ocupação da avenida, conservando, após sucessivas alterações, a mesma forma de cinquenta anos atrás.

[...]

A movimentação intensa da Avenida se beneficiará do intervalo, no paredão constituído pelos edifícios em altura e as características do imóvel (localização, acessos, dimensões, bosques, casa tombada) poderão ser exploradas na concepção do projeto. O que possibilitará forma de utilização não usual, que estabelecerá contraste com a implantação corrente, imposta pelas dimensões dos lotes.

VOTO pelo tombamento da casa principal, bosque e portaria (CONPRESP, 1989, f. 147-148).

Nesse sentido, a escolha favorável ao tombamento se deu considerando a residência como um remanescente histórico que sobreviveu às transformações urbanas ocorridas na região. O parecer foi aprovado pelo Conselho do Conpresp em 15 de março de 1990¹³¹, sendo baixada a Resolução nº 01/CONPRESP/90:

O CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032/85, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.236/86, resolve, por unanimidade dos votos

¹³¹ No dia da reunião estavam presentes: Presidente: Déa Ribeiro Fenelon; Membros: Edécio Mostaço, Yasuko Tominaga, René Antonio Nusdeu, Helena Saia e Edmundo Dantes Nascimento (CONPRESP, 1989, f. 162).

presentes tomar como bem de interesse cultural e ambiental, pelo valor que apresenta a nível simbólico e quanto à referência urbana, o imóvel localizado à Av. Paulista nº 1.230, dentro dos seguintes limites: a) casa principal; b) portaria; c) área verde com vegetação de porte arbórea. Fica também definido como espaço envoltório de proteção os atuais limites do lote (CONPRESP, 1989, p. 163).

A Resolução nº 01/90 foi homologada pela secretária municipal de Cultura, Marilena de Souza Chauí, em 22 de março de 1990, tornando o tombamento definitivo (CONPRESP, 1989, f. 166). Pouco tempo após o tombamento, em 06 de abril de 1990, Maria Pia Matarazzo, por meio de seu advogado, apresentou ao Conpresp um pedido de contestação de tombamento, assegurada pelo artigo 15 da Lei nº 10.032/1985, alterada pela Lei nº 10.236/1986 (CONPRESP, 1989, f. 168). Em sua contestação, o advogado apontou que a Mansão Matarazzo não possuía valor histórico-artístico, nem valor ambiental ou valor simbólico, e que isso já teria sido atestado pelo Egrégio Colegiado do Condephaat. Ele apresentou como argumento os pareceres dos conselheiros do órgão estadual que, em 1975 e em 1982¹³², após estudos para o tombamento, concluíram pela não proteção e pelo arquivamento dos processos (CONPRESP, 1989, f. 164-182). Seguindo os trâmites administrativos, a contestação do processo de tombamento foi encaminhada para a Assessoria Jurídica do DPH. Em 12 de abril de 1990, Marta Fino, assistente jurídica, apresentou ao Conselho do Conpresp um parecer da contestação. Em seu relatório, a assistente jurídica apontou que foram realizados estudos para o embasamento da votação e que, na política de preservação empreendida pelo Conpresp, o conceito de bem cultural e os valores possíveis a serem atribuídos são mais amplos, sendo válido o tombamento da Mansão Matarazzo (CONPRESP, 1989, f. 202-210). O Conselho do Conpresp, em reunião no dia 26 de abril de 1990, aprovou o parecer da área jurídica, mantendo a residência protegida pela Resolução nº 01/90 (CONPRESP, 1989, f. 211). Em 03 de setembro do mesmo ano, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, homologou a decisão do Conpresp pela manutenção do tombamento da Mansão Matarazzo nos termos da Resolução nº 01/90 (CONPRESP, 1989, f. 217).

Após a homologação do tombamento, de acordo com a documentação, o processo voltou a ser discutido no Conpresp somente no ano de 2005. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Sempla), enviou memorando ao órgão municipal de preservação em 24 de maio de 2005, solicitando que fosse revogada a resolução de tombamento do Edifício Teatral Guglielmo Oberdan e da Mansão Matarazzo, visto que as edificações não existiam mais (CONPRESP, 2010, f. 02-06):

¹³² CONDEPHAAT. Edifício sito à Avenida Paulista, nº 1.230 [Mansão Matarazzo] (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 00.608/1975 e Processo de Tombamento nº 22.118/1982 (os dois processos estão desaparecidos).

Em prosseguimento aos trabalhos relativos ao decreto regulamentador das ZEPECs, peço que seja encaminhada à Assessoria Jurídica desta Secretaria, solicitação de Ofício ao **Conpresp** de **revogação** de tombamento de dois bens tombados por este órgão, uma vez que eles não mais existem:

[...]

2 – **Casa Matarazzo** – tombada pelo Conpresp pela Res. 01/90, por ter sido demolida a edificação no imóvel, não existe justificativa para o tombamento (CONPRESP, 2010, f. 02).

Em 09 de setembro de 2005, após analisar o memorando enviado pela Sempla, a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Cultura informou ao Conpresp que o tombamento da Mansão Matarazzo havia sido anulado por um Mandado de Segurança, em março de 1994 (CONPRESP, 2010, f. 14-15). Os Mandados de Segurança foram impetrados por Maria Pia Matarazzo contra a Prefeitura de São Paulo (Mandado de Segurança nº 148.229.2/2) e contra a Secretaria Municipal de Cultura – Conpresp (Mandado de Segurança nº 169.174.2/4)¹³³. As ações julgadas declararam nulos o pedido de desapropriação por utilidade pública e o tombamento da residência, por ter havido “excesso de poder e desvio de finalidade do ato administrativo” (CONPRESP, 2010, f. 16). A análise do processo de tombamento permite afirmar que o Conpresp foi informado sobre o trânsito em julgado, mas não efetuou nenhuma alteração na resolução de tombamento (CONPRESP, 2010, f. 38-41). Depreende-se das notícias veiculadas nos jornais que, após a decisão judicial pela anulação do ato administrativo do tombamento, em 1996, os proprietários demoliram a mansão (Figuras 16a, 16b e 16c) (RODRIGUES, 2011, p. 19).



Figura 16a. Garcia, Eduardo. *Demolição da Mansão Matarazzo*. 1996. Acervo Jornal O Estado de São Paulo.

¹³³ No processo de tombamento há uma cópia do Mandado de Segurança nº 169.174.2/4, acionado pela proprietária contra o DPH-Conpresp (CONPRESP, 2010, f. 27-34).

Figura 16b. Garcia, Eduardo. *Escombros da mansão.* 1996. Acervo Jornal O Estado de São Paulo.



Figura 16c. Garcia, Eduardo. *Operário removendo o brasão da Família Matarazzo.* 1996. Acervo Jornal O Estado de São Paulo.

Após novo hiato no processo de tombamento, em 2010 o DPH realizou uma vistoria no terreno, que resultou em um levantamento circunstanciado dos remanescentes da Mansão Matarazzo, com plantas da área e fotografias da antiga residência (CONPRES, 2010, f. 57-63). De posse do levantamento, que atestou o desaparecimento da residência e a existência de um estacionamento de veículos no local (Figura 17), e, considerando a anulação judicial e o pedido de revogação de proteção realizado pela Sempla, em 03 de agosto de 2010, o Conpres

aprovou o cancelamento de tombamento da Mansão Matarazzo, sob a Resolução nº 06/CONPRESP/2010¹³⁴:

O CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, conforme decisão unânime dos Conselheiros presentes à 492ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de agosto de 2010, e

Considerando o desaparecimento do bem em decorrência de demolição total da edificação e a inexistência de material iconográfico que viabilize a recuperação dos elementos constitutivos do edifício;

Considerando que o imóvel foi tombado através da Resolução 01/CONPRESP/1990 e teve a anulação dos seus efeitos legais por decisão judicial que declarou nulo o tombamento do bem;

Considerando a necessidade de exclusão de tal ocorrência dos cadastros administrativos da Secretaria Municipal de Cultura;

Considerando o contido nos Processos Administrativos 1989-0.002.581-3 e 2010-0.038.283-0;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a exclusão de quaisquer registros que mantenham referências ao imóvel denominado Casa Matarazzo, situado na Avenida Paulista, 1230, no bairro da Bela Vista, Subprefeitura da Sé, Setor 009, Quadra 047, Lote 0001-1, do Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Finanças, como estando tombado (CONPRESP, 2010, f. 77).

A Resolução nº 06/CONPRESP/2010 foi homologada pelo secretário municipal de Cultura, Carlos Augusto Calil, em 28 de agosto de 2010 (CONPRESP, 2010, f. 80-82).



Figura 17. Saragiotto, Francis. *Estacionamento no antigo terreno da Mansão Matarazzo*. 2010. CONPRESP, Processo de Tombamento nº 2010-0.038.283-0, f. 61.

¹³⁴ Na reunião estavam presentes: vice-presidente: José Eduardo de Assis Lefèvre; membros: Walter Pires, Marcos Cartum, Carlos Eduardo Garcez Marins, Vasco de Mello, Marcelo Manhães de Almeida, Toninho Paiva, Dácio Araújo Benedicto Ottoni e Luiz Laurent Bloch (CONPRESP, 2010, f. 73).

No antigo terreno da Mansão Matarazzo atualmente encontra-se construído um *shopping center* (Figura 18).



Figura 18. Shopping center construído no terreno da antiga mansão. 2018. Google Earth.

2.4 UM PANORAMA SOBRE O DESTOMBAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em complementação aos três estudos de casos selecionados para essa pesquisa e analisados anteriormente, no que concerne aos trâmites processuais do tombamento e do destombamento, evidenciaremos, ainda que brevemente, outros casos similares identificados junto às instituições de tutela, com o intuito de contextualizar de maneira mais ampla as circunstâncias e as questões envolvidas nos destombamentos no estado de São Paulo. Nesse sentido, apresentamos aqui um panorama das generalidades e especificidades encontradas em cada caso de anulação, revogação ou cancelamento de tombamento ocorrido em território paulista, bem como alguns casos em que o destombamento não foi aprovado.

Como mencionado, o único caso de anulação de tombamento em nível federal no estado de São Paulo é a Igreja de São Gonçalo, protegida pelo Sphan em 1938 e destombada em 1953, com base na afirmação de perda do valor artístico e de “descaracterização” dos elementos construtivos.

Quanto aos bens tombados em nível estadual, além da Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP), estabelecido como objeto de estudo desta pesquisa, outros cinco bens foram destombados pelo Condephaat. Essa lista se inicia com o cancelamento de tombamento dos antigos sobrados da cidade de São Roque, ocorrido na década de 1970, conforme descrito por Carlos Lemos em tom de denúncia:

São Roque, localidade próxima a Sorocaba, no caminho para Cotia e a capital, até o início da década de setenta ainda possuía dois sobrados “sorocabanos” bem conservados e únicos, já que não mais existiam em nenhuma daquelas outras cidades citadas do caminho das tropas; íntegros exemplares representativos daquele tempo. Esses sobrados, que tanto dignificavam o velho ‘terreiro de São Roque’, como velhos documentos chamavam o adro da matriz, foram também demolidos depois de tombados pelo Condephaat. O poder do dinheiro, os conchavos políticos e o total desamor às coisas do passado condenaram os velhos documentos arquitetônicos a um criminoso destombamento, cuja documentação processual está desaparecida. O sobrado da esquina era sede da prefeitura, onde se permitiu maldosamente infiltração de águas pluviais na taipa de pilão até que, um dia, um segmento de parede encharcada ruíu sobre a calçada. O outro sobrado, mais antigo, residência do Barão de Piratininga, que também fora proprietário do sítio bandeirista de Santo Antônio, foi destombado sob a alegação de que estaria condenado (o telhado estava arruinado) e sem salvação devido à falta de verbas. É que um banco o havia comprado e necessitava de uma agência em ponto central. Tudo em prol da arquitetura moderna que infesta as nossas cidades (LEMOS, 2015, p.121-123).

Sobre o histórico do processo de tombamento e destombamento da Casa do Barão de Piratininga (São Roque/SP)¹³⁵ (Figuras 19a e 19b), essas foram as únicas informações encontradas, visto que a documentação processual não foi localizada no Centro de Documentação do Condephaat¹³⁶. Não obstante essa condição, em visita à instituição de preservação foi possível ter acesso a um conjunto de fotografias do período anterior ao destombamento, quando a edificação já se encontrava em processo de degradação (Figuras 20a, 20b, 20c, 20d e 20e).



Figura 19a. Praça da Matriz de São Roque, em destaque a Casa do Barão de Piratininga. s.d. Arquivo Histórico Digital de São Roque.

Figura 19b. Capy, Luiz. Comemoração do Dia da Independência do Brasil na Praça da Matriz, Casa do Barão de Piratininga à direita da imagem. s.d. Arquivo Histórico Digital de São Roque.



Dia da Pátria - Juramento à Bandeira

¹³⁵ CONDEPHAAT. Casa do Barão de Piratininga (São Roque/SP). Processo de Tombamento nº 16.268/1970.

¹³⁶ Além das informações disponibilizadas por Carlos Lemos, outros dados sobre o caso, como o número do processo de tombamento, foram encontrados em um parecer técnico do Condephaat no processo de tombamento da Casa Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP), onde listaram todos os casos de destombamento por desaparecimento do bem já homologados pela instituição (CONDEPHAAT, 1979, f. 121).



Figura 20a. Lemos, Carlos. *Solar do Barão de Piratininga*. c. 1971. Centro de Documentação do Condephaat.



Figura 20b. Lemos, Carlos. *Detalhe da fachada*. c. 1971. Centro de Documentação do Condephaat.



Figura 20c. Lemos, Carlos. *Interior do antigo solar.*
c. 1971. Centro de Documentação do Condephaat.



Figura 20d. Lemos, Carlos. *Telhado descoberto.*
c. 1971. Centro de Documentação do
Condephaat.



Figura 20e. Lemos, Carlos. *Vista do telhado*. c. 1971. Centro de Documentação do Condephaat.

O Edifício Teatral Guglielmo Oberdan¹³⁷ (Figuras 21a e 21b) – que se localizava na Rua Brigadeiro Machado, nº 71, no bairro do Brás, município de São Paulo –, foi tombado, com base em seu valor histórico-arquitetônico, pelo Egrégio Colegiado do Condephaat em 19 de fevereiro de 1981, com homologação do secretário de Cultura no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 19 de janeiro de 1987 (CONDEPHAAT, 1980, f. 105, 148-149). Durante o período de instrução do processo e após a decisão pelo tombamento exarada em reunião do Colegiado do Condephaat, o proprietário do antigo teatro, Mário Farina, apresentou contestações à ação do órgão estadual, alegando não possuir recursos financeiros para arcar com a restauração e a conservação e que, com a proteção conferida pelo Condephaat, ele ficaria impedido de usufruir de sua propriedade, posto que a edificação havia sido adaptada para se tornar uma pensão (CONDEPHAAT, 1980, f. 45-46, 111-113). Em resposta às contestações do proprietário, o Egrégio Colegiado do Condephaat respondeu que o dono de imóvel não fica impedido de desfrutar de seu bem da maneira que desejar, desde que preze pela sua conservação, e que, atestada a ausência de recursos, o Estado poderá realizar as obras de restauro (CONDEPHAAT, 1980, f. 117-118).

¹³⁷ CONDEPHAAT. Edifício Teatral Guglielmo Oberdan – Antiga Sociedade de Beneficência Guglielmo Oberdan (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 21.324/1980.



Figura 21a. Edifício-sede da Sociedade Paulista de Beneficência Guglielmo Oberdan. s.d. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 23.



Figura 21b. Fachada após reformas. 1980. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 23.

Antes da homologação do secretário de Cultura, que aconteceu somente em 1987, de acordo com o processo de tombamento, entre o final de 1984 e 1985, o imóvel sofreu dois

incêndios. O segundo, de maiores proporções, causou o desabamento do telhado, conforme relatório de vistoria de Maria Lucia Pinheiro Ramalho (CONDEPHAAT, 1980, f. 135-145). Com base nesse relatório, que concluía pela possibilidade de restauração da edificação, o Egrégio Colegiado do Condephaat votou pela manutenção da proteção, enviando novamente a minuta de resolução de tombamento para o secretário de Cultura, que até esse ano não havia homologado a minuta anterior, de 1981. Em 02 de abril de 1987, o Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) realizou nova visita técnica ao imóvel e constatou o andamento de uma demolição (Figuras 22a, 22b e 22c) (CONDEPHAAT, 1980, f. 159-161)¹³⁸. Baseado no relatório, o processo foi encaminhado para a Assessoria Jurídica autuar os responsáveis pela demolição (CONDEPHAAT, 1980, f. 171-180)¹³⁹.



Figura 22a. *Primeiro piso do antigo teatro em fase de demolição.* 1987. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 170.

¹³⁸ Consta no processo um levantamento fotográfico da situação do imóvel nessa visita técnica (CONDEPHAAT, 1980, f. 170-173).

¹³⁹ Não é possível atestar, pelo processo de tombamento, se o responsável foi autuado com multa ou outra sanção legal.

Figura 22b. *Vista para o palco.* 1987. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 173.



Figura 22c. *Fachada durante o período da demolição.* 1987. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 173.

Em agosto de 1994, após denúncia de demolição em curso, o arquiteto José Guilherme Savoy de Castro realizou vistoria no antigo Teatro Oberdan, constatando que a edificação estava totalmente destruída (Figuras 23a e 23b) (CONDEPHAAT, 1980, f. 199). O relatório da vistoria foi encaminhado para a Assessoria Jurídica e, em 23 de outubro de 1995, em reunião, o Colegiado do Condephaat aprovou o cancelamento de tombamento, tendo em vista o desaparecimento do imóvel:

Resolução SC nº 53 de 18 de dezembro de 1995

MARCOS RIBEIRO DE MENDONÇA, Secretário da Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149 de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 e 149

permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto nº 20.955 de 01 de junho de 1983,

Considerando que o Edifício Teatral sito à Rua Brigadeiro Machado nº 71, nesta Capital, onde esteve sediada a Sociedade Paulista de Beneficência Guglielmo Oberdan, tombado pela Resolução nº 02, de 19 de janeiro de 1987 e inscrito sob o nº 260, no Livro do Tombo Histórico, as fls. 68 deixou de existir, e, atendendo o proposto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, em sua Sessão Ordinária de 23.10.95, Ata nº 1051,

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica revogada a Resolução nº 02, de 19 de janeiro de 1987, publicada no DOE de 20.01.1987, que efetivou o tombamento como monumento histórico-arquitetônico-cultural, do Edifício Teatral que sediou a Sociedade Paulista de Beneficência Guglielmo Oberdan (CONDEPHAAT, 1980, f. 208-209).

Entre o envio do relatório de inspeção e a decisão do Colegiado pelo cancelamento de tombamento, não foi anexado ao processo nenhuma manifestação da Assessoria Jurídica ou algum parecer de conselheiro, que embasasse essa decisão. Apenas após a decisão do Egrégio Colegiado do Condephaat, a Assessoria Jurídica emitiu um parecer, informando que, de acordo com a Constituição Federal e o Código Penal brasileiros, os responsáveis pela destruição ao patrimônio cultural poderiam ser punidos conforme a lei, cabendo ao Condephaat abrir sindicância para apuração das responsabilidades administrativas e civis para com o bem tombado¹⁴⁰. Além disso, a procuradora do Estado, Dulcinea Duailibi, apontou que, de acordo com o Direito Administrativo, o tombamento poderia ser revogado “por ser inoportuno, uma vez que o bem histórico foi destruído” (CONDEPHAAT, 1980, f. 205-207).

O cancelamento de tombamento do antigo Teatro Oberdan foi averbado no Livro do Tombo Histórico no dia 13 de setembro de 2000, arquivando-se o processo (CONDEPHAAT, 1980, f. 216).

¹⁴⁰ No processo de tombamento não constam manifestações para averiguar as responsabilidades do proprietário pela degradação do bem.



Figura 23a. *Remanescente da fachada do antigo imóvel.* 1994. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 200.



Figura 23b. *Remanescente das paredes internas.* 1994. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 21.324/1980, f. 200.

Em âmbito municipal, o Edifício Teatral Guglielmo Oberdan foi protegido pelo Conpresp no ano de 1991, por meio de tombamento *ex-officio*¹⁴¹, em conjunto com outros oitenta e oito imóveis (CONPRES, 1991, f. 01-07). No ano de 1995, após a homologação de

¹⁴¹ CONPRES. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Edifício Teatral Guglielmo Oberdan – Antiga Sociedade de Beneficência Guglielmo Oberdan (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8 e Processo de Tombamento nº 1996-0.031.079-3. Resolução nº 05/CONPRES/91; Resolução nº 04/CONPRES/2010.

destombamento, o Condephaat encaminhou um ofício ao Conpresp informando sobre essa decisão, uma vez que a instituição municipal também tutelava o antigo teatro (CONPRESP, 1996, f. 02-03). O ofício do Condephaat foi encaminhado para a conselheira Maria Cristina Lopes Victorino que, em 12 de agosto de 1996, emitiu parecer defendendo a manutenção do tombamento municipal, que não deveria acompanhar o destombamento estadual:

Como é de conhecimento dos membros deste Conselho, nos casos de tombamento de ofício, não existem dados ou elementos relativos aos estudos preliminares do tombamento ou mesmo a descrição do bem e os elementos a serem preservados, disponíveis no órgão técnico ou na Secretaria Municipal de Cultura. Não obstante, a nosso ver, a deliberação do CONDEPHAAT não implica o cancelamento obrigatório da Resolução do CONPRESP. Isto porque, ainda que o tombamento tenha ocorrido por determinação legal e que o Conselho não disponha de dados ou informações sobre o bem, incide sobre ele proteção especial do Poder Público Municipal, a determinar que seu cancelamento seja procedido de vistoria e parecer técnico sobre a importância do bem e a manutenção ou não do tombamento (CONPRESP, 1996, f. 07-08).

Como encaminhamento ao assunto, a Divisão de Preservação do DPH realizou uma vistoria ao imóvel em janeiro de 1998, constatando-se que a edificação não existia mais, restando somente as paredes externas de sustentação. Em seu parecer, o arquiteto Marco Winther apontou que a reconstrução da edificação se tornara inviável monetariamente, mas, considerando a importância histórica do edifício, sua fachada poderia ser reconstituída (CONPRESP, 1996, f. 09). Após levantamento iconográfico, histórico e técnico, com o intuito de reunir informações suficientes para a reconstrução da fachada, os técnicos do DPH concluíram que não seria possível executar tal reconstituição, pois as informações inventariadas não eram suficientes para traçar um projeto que se aproximasse da edificação original. Diante dessa impossibilidade, os técnicos deram parecer favorável ao destombamento do antigo teatro pelo Conpresp (CONPRESP, 1996, f. 30-31). O parecer do DPH foi analisado pela conselheira Diana Teresa Di Giuseppe que, em agosto de 1999, votou pelo cancelamento do tombamento do imóvel (CONPRESP, 1996, f. 36)¹⁴².

De 1999 a 2005 o processo ficou sem movimentação. Em 24 de maio de 2005, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Sempla) enviou um memorando ao Conpresp solicitando que fosse revogada a resolução de tombamento do Edifício Teatral Guglielmo Oberdan e da Mansão Matarazzo, dado que as edificações não existiam mais (CONPRESP, 1996, f. 43):

¹⁴² De acordo com a documentação do processo, esse parecer não foi apresentado ao Conselho do Conpresp.

Em prosseguimento aos trabalhos relativos ao decreto regulamentador das ZEPECs, peço que seja encaminhada à Assessoria Jurídica desta Secretaria, solicitação de Ofício ao **Conpresp** de **revogação** de tombamento de dois bens tombados por este órgão, uma vez que eles não mais existem:

1- Teatro Oberdan - tombado pelo Conpresp através da Res ex-officio 05 de 05/04/1991. Este imóvel foi tombado pelo Condephaat pela Res. SC-02/97 e, por tendo sido destruído por incêndio, teve o tombamento revogado pela Res. SC-53/1995 (CONPRESP, 1996, f. 43).

De acordo com a documentação processual, após o ofício enviado pela Sempla, o processo de destombamento do antigo Teatro Oberdan voltou a ser movimentado apenas em 2010. Em seguida ao parecer favorável da Procuradoria do Município de São Paulo, no dia 26 de junho de 2010, o Colegiado do Conpresp aprovou o cancelamento de tombamento do Edifício Teatral Guglielmo Oberdan (CONPRESP, 1996, f. 63-66):

Resolução nº 04/CONPRESP/2010

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, conforme decisão unânime dos Conselheiros presentes à 490ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de junho de 2010, e

Considerando o desaparecimento quase total do bem em decorrência de incêndio e a inexistência de material iconográfico que viabilize a recuperação dos elementos constitutivos do edifício;

Considerando que o imóvel foi tombado ex-officio em função do tombamento estadual conforme estabelecido pelas leis acima citadas e o contido no PA nº 1991-0.005.014-8;

Considerando o cancelamento do tombamento do referido bem pelo Condephaat através da RES. 05/95, publicada no DOE de 19/12/1995;

Considerando a necessidade de reversão e regularização da situação uma vez que bens tombados fazem jus à obtenção de benefícios fiscais estabelecidos pelo Plano Diretor (entre eles, a venda do potencial construtivo e a isenção do IPTU) e em estágio de regulamentação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU/Deplano);

Considerando o contido no PA nº 1996-0.031.079-3;

RESOLVE:

Artigo 1º - CANCELAR o tombamento do bem denominado Edifício Teatral Guglielmo Oberdan, situado na Rua Brigadeiro Machado, nº 71, excluindo-o da relação constante da Resolução nº 05/CONPRESP/91, publicada em 10 de abril de 1991, listado em seu item nº 76, em decorrência de sua demolição após incêndio e a perda das referências iconográficas [...] (CONPRESP, 1996, f. 68-72).

Atualmente, o terreno do antigo teatro está ocupado por um estacionamento de veículos (Figura 24).



Figura 24. Estacionamento à Rua Brigadeiro Machado, nº 87, bairro do Brás (São Paulo). 2017. Google Earth.

Dentre os seis casos de destombamento inventariados no Condephaat, o processo da denominada Casa Assobradada¹⁴³ (Figura 25), imóvel localizado na Rua Dom Pedro II, nº 87, município de Marília (SP), evidencia uma situação singular de patrimonialização, despatrimonialização e posterior patrimonialização. A casa foi tombada pelo Egrégio Colegiado do Condephaat em 19 de janeiro de 1987, por seu valor histórico-arquitetônico, como exemplar significativo da urbanização da cidade de Marília no período cafeeiro (CONDEPHAAT, 1986, f. 117). Ao receber a notificação de tombamento, a proprietária do imóvel, Leonor Schelini, apresentou sua contestação ao Condephaat, solicitando o arquivamento do processo de tombamento. Em sua impugnação, o advogado da proprietária argumentou, com base em livros e reportagens de jornais, que a edificação não possuía valor histórico ou arquitetônico e que, na cidade de Marília, outros imóveis mereceriam ser preservados (CONDEPHAAT, 1986, f. 124-138). O pedido de impugnação foi encaminhado apenas em março de 1991 para a conselheira Maria Angela D’Incao. Em seu parecer, a conselheira votou pelo acolhimento da impugnação da proprietária, pois o bem em questão, considerando a instrução do processo de tombamento, não possuía real valor arquitetônico e histórico para o estado de São Paulo, apenas para a municipalidade (CONDEPHAAT, 1986, f. 151-156). Em reunião ordinária, contudo, os conselheiros do Condephaat não aprovaram o relatório da conselheira Maria Angela D’Incao, votando pela manutenção do tombamento da casa (CONDEPHAAT, 1986, f. 157).

¹⁴³ CONDEPHAAT. Casa Assobradada, Rua D. Pedro, nº 87 (Marília/SP). Processo de Tombamento nº 24.405/1986, v. I e II.



Figura 25. Casa assobrada à Rua Dom Pedro II, nº 87 – Marília (SP). s.d. Página eletrônica do Condephaat.

Em 14 de março de 1991, o secretário de Cultura, Fernando Gomes de Moraes, homologou o tombamento da Casa Assobradada, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1986, f. 160-162). Após a efetivação do tombamento, Leonor Schelini e os outros proprietários da casa impetraram um Mandado de Segurança contra a Secretaria Estadual de Cultura e o Condephaat. No processo judicial, os proprietários alegaram que o Condephaat comunicou o tombamento provisório a apenas um proprietário, cerceando o direito de contestação e defesa dos outros donos do imóvel (CONDEPHAAT, 1986, f. 183-184). O Mandado de Segurança foi analisado pela Consultoria Jurídica do Condephaat, que emitiu parecer favorável aos proprietários. A assessora Vitória Návea, ao consultar o processo de tombamento, verificou que apenas Leonor Schelini havia sido notificada sobre as ações do Condephaat. Nesse sentido, a consultoria jurídica sugestionou que, ao Condephaat, cabia anular a resolução de tombamento, pois o ato homologatório havia sido “ilegítimo”, por não ter sido comunicado a todos os envolvidos com o bem (CONDEPHAAT, 1986, f. 186). Em 24 de julho de 1991 foi publicada a Resolução SC nº 15, que tornou sem efeito somente a homologação de tombamento, pois a instrução do processo de tombamento e a decisão do Egrégio Colegiado pela proteção foram atos legais, que obedeceram aos ritos administrativos (CONDEPHAAT, 1986, f. 203-206):

Resolução SC nº 15, de 24 de julho de 1991
 Adilson Monteiro Alves, Secretário da Cultura, no uso de suas atribuições legais,
 – Considerando ter sido tombado o imóvel de que trata a Resolução SC nº 06, de 14 de março de 1991 sem que tivessem sido notificados todos os proprietários do prédio situado na Rua D. Pedro nº 87 em Marília;

- Considerando que a não formalização correta do processo pode acarretar prejuízos à Administração;
- Considerando a necessidade de se sanear o processo a fim de se efetivar aquele tombamento,

RESOLVE:

Artigo 1º – Tornar sem efeito a Resolução nº 06, de 14 de março de 1991, publicada no Diário Oficial do Estado de 15.03.91.

Artigo 2º – Determinar a notificação, pelo Condephaat, de todos os proprietários do imóvel situado na Rua D. Pedro nº 87, em Marília, da decisão do Egrégio Colegiado, em sua sessão do dia 19.01.1987 e constante da Ata nº 742, que aprovou por unanimidade o tombamento dessa casa assobradada (CONDEPHAAT, 1986, f. 187-189).

Logo após a promulgação da resolução que tornou sem efeito a homologação de tombamento, o Condephaat reenviou a notificação a todos os proprietários do imóvel à Rua Dom Pedro II, informando que, em reunião ordinária do dia 19 de janeiro de 1987, o Egrégio Colegiado do órgão aprovou o tombamento da referida edificação (CONDEPHAAT, 1986, f. 213-216). Sem a contestação por parte dos proprietários, uma nova resolução de tombamento foi expedida e encaminhada para o secretário de Cultura em agosto de 1992 (CONDEPHAAT, 1989, f. 269-271). Nos anos que se seguiram, a minuta de tombamento não foi ratificada pelo secretário de Cultura, Ruy Ohtake, em razão dos proprietários que, por meio de deputados, solicitaram algumas vezes o cancelamento do tombamento da casa diretamente no gabinete do secretário (CONDEPHAAT, 1986, f. 285, 303)¹⁴⁴. Transcorridos 16 anos, período em que o Condephaat autorizou a construção de um estacionamento no terreno do imóvel para geração de renda entre os proprietários, em 25 de agosto de 2008, o Egrégio Colegiado do Condephaat aprovou novamente a minuta de tombamento (CONDEPHAAT, 1986, f. 465), que foi homologada pelo secretário de Cultura em 23 de outubro de 2008:

Resolução SC-49, de 23-10-2008

O Secretário de Estado da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979 cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força do artigo nº 158 do Decreto nº 50.941 de 05 de julho de 2006 [...], e considerando que:

A casa da rua D. Pedro nº 87, no município de Marília figura como: remanescente das primeiras residências de alvenaria da frente pioneira da Alta Paulista; exemplar de estilo eclético tardio da região; marco simbólico da conurbação dos antigos patrimônios do Alto Cafezal e Marília, origem do atual Município de Marília; imóvel que ilustra valores estéticos de grupos médios urbanos, que se instalam na nova área; expressão da cultura material do avanço cafeeiro no Estado, resolve:

Artigo 1º Fica tombado como bem cultural de interesse histórico-arquitetônico a casa situada à Rua D. Pedro, nº 87, em Marília, construída entre 1927-1929 (CONDEPHAAT, 1986, f. 487).

¹⁴⁴ De acordo com o processo de tombamento, esses pedidos de anulação de tombamento não foram analisados pelo Colegiado do Condephaat, o secretário de Cultura apenas retardou a homologação.

Protegida em âmbito estadual, a casa assobradada permanece conservada, cercada pelo estacionamento (Figura 26).



Figura 26. Casa assobradada e estacionamento à Rua D. Pedro II, nº 87 – Marília (SP). 2017. Google Earth.

Os outros dois bens destombados em âmbito estadual pertencem ao mesmo proprietário, a Família Matarazzo, e possuem motivações similares para o cancelamento de tombamento. A sede das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo¹⁴⁵ (Figuras 27a, 27b e 27c), localizada à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.096, no bairro da Água Branca, município de São Paulo, foi salvaguardada pelo Colegiado do Condephaat em 07 de janeiro de 1986. Do amplo conjunto fabril ficaram protegidos pelo tombamento provisório:

- I – Os edifícios 49, 52 e 72 parte correspondente à edificação de 1903 e as três chaminés existentes junto ao edifício 49, elementos estes cuja preservação deverá ser integral;
- II – Os remanescentes do ramal ferroviário interno que interliga as unidades fabris, bem como as duas locomotivas “Davenport” ali existentes;
- III – As fachadas, coberturas e estruturas de suporte dos edifícios 68, 69, 87, 67, 64, 65, 66, 51, 83, 84, 54, 53, 47 e 72;
- IV – A estrutura de suporte do edifício 12.
- §1º – Ficam permitidas reciclagens para outros usos, ao contido nas alíneas I, II, III e IV do artigo 1 desde que aplicados métodos científicos na sua conservação e restauração;
- §2º – Fica estabelecido que o edifício 49 será destinado a abrigar o museu do parque industrial Matarazzo.

¹⁴⁵ CONDEPHAAT. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 24.263/1985, v. I e II.

V – Ficam declarados de interesse científico, histórico e cultural os edifícios 21, 13, 18, 19, 13A, 14, 16, 17, 23, 24, 8, 9, 10, 38 e 36 (CONDEPHAAT, 1985, f. 133-134).



Figura 27a. *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP), conjunto de galpões.* s.d. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 24.263/1985, f. 99.

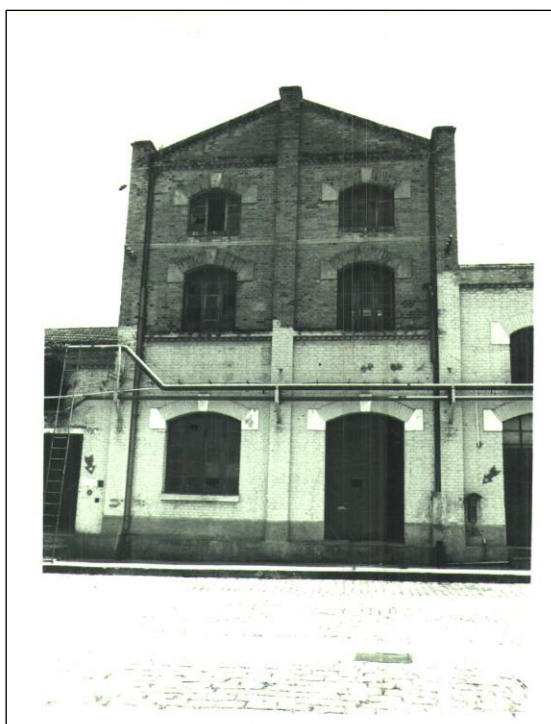
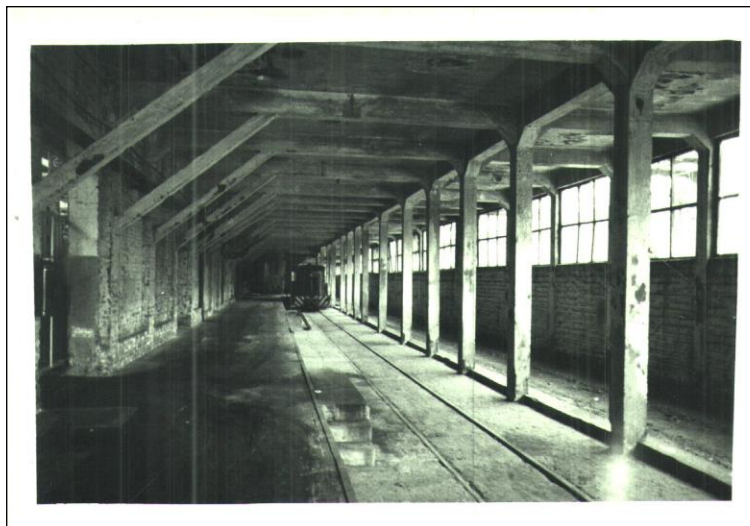


Figura 27b. *Depósito.* s.d. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 24.263/1985, f. 102.

Figura 27c. *Linha férrea privativa.* s.d.
CONDEPHAAT, Processo de
Tombamento nº 24.263/1985, f. 119.



Após o recebimento da notificação de tombamento, Maria Pia Matarazzo, proprietária do complexo industrial, como no caso da Mansão Matarazzo, apresentou ao Condephaat sua contestação, solicitando o arquivamento do processo de tombamento¹⁴⁶. Em resposta à impugnação da proprietária, que justificou seu pedido alegando que os bens elencados no tombamento não possuem valor histórico ou artístico e que a proteção provocaria o esvaziamento econômico da propriedade, os conselheiros do Condephaat¹⁴⁷ emitiram parecer favorável à manutenção da proteção, ponderando que o processo de tombamento havia sido devidamente instruído com documentos históricos e vistorias e que o proprietário não se encontrava impedido de usufruir de seu bem, desde que respeitasse a legislação de tombamento, quanto à venda e reconversão das edificações para usos novos (CONDEPHAAT, 1985, f. 139-142). O parecer dos três conselheiros foi aprovado em reunião ordinária do Condephaat no dia 19 de maio de 1986 e, em 05 de junho de 1986, o secretário Estadual de Cultura, Jorge da Cunha Lima, sancionou o tombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, porém, alterando a resolução proposta pelo órgão técnico da instituição estadual de preservação e aprovada em reunião pelo Egrégio Colegiado¹⁴⁸ (CONDEPHAAT, 1985, f. 146-147):

RESOLVE:

Artigo 1º – Ficam tombados no lote pertencente à S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, localizado à Avenida Francisco Matarazzo nº 1096, São Paulo, Capital, delimitado pelo Viaduto Antártica, pela Avenida Francisco Matarazzo, pelo Viaduto

¹⁴⁶ No processo de tombamento não consta o pedido de impugnação, apenas o parecer do Condephaat em resposta à solicitação da proprietária (CONDEPHAAT, 1985, f. 139).

¹⁴⁷ O parecer foi assinado por Modesto Souza Barros Carvalhosa (presidente), Augusto Humberto Vairo Titarelli (vice-presidente) e Antonio Luiz Dias de Andrade (conselheiro) (CONDEPHAAT, 1985, f. 142).

¹⁴⁸ Após a promulgação da resolução de tombamento, o IAB-SP encaminhou ao Condephaat uma manifestação, protestando contra a ação da Secretaria de Cultura e Governo Estadual, por terem alterado uma resolução de tombamento que havia sido aprovada conceitualmente e tecnicamente em reunião do Conselho do Condephaat (CONDEPHAAT, 1985, f. 166-167).

Pompéia e pela divisa da área da FEPASA (linha férrea), os seguintes elementos constantes da planta cadastral anexa, fornecidas pelas IRFM e cujo título é “Planta Geral da Água Branca”, desenho nº ... 002.000.C10.001:

I – Os edifícios 49, 52, 68, 69, 87 e as três chaminés existentes junto ao edifício 49, elementos estes cuja preservação deverá ser integral.

II – Os remanescentes do ramal ferroviário que se desenvolvem ao lado dos edifícios 68, 69 e 87, bem como as duas locomotivas “Davenport” ali existentes, elementos estes cuja preservação deverá ser integral.

§1º – Ficam permitidas reciclagens para outros usos, ao contido nas alíneas I e II do artigo 1º desde que aplicados métodos científicos na sua conservação e restauração.

§2º – Fica estabelecido que o edifício 49 será destinado a abrigar o museu do parque industrial Matarazzo.

Artigo 2º – Ficam declarados de interesse científico, histórico e cultural os edifícios 21, 13, 18, 19, 13A, 14, 16, 17, 23, 24, 8, 9, 10, 38, 36, 67, 64, 65, 66, 51, 83, 84, 54, 53 e 47.

Parágrafo Único – Na hipótese de uma eventual demolição destes edifícios, deverá ser realizado um levantamento documental procedido pelo empreendedor, sob orientação do CONDEPHAAT.

Artigo 3º – A análise e aprovação de quaisquer projetos para a área ficam subordinadas ao compromisso prévio do empreendedor de responsabilizar-se pela restauração dos elementos tombados.

Artigo 4º – Ficam isentos de aprovação pelo CONDEPHAAT os projetos situados na área envoltória dos bens tombados, excetuados os que estiverem no raio de 50m do eixo da chaminé situada dentro do edifício 49 (museu) referido no art. 1º, item I (CONDEPHAAT, 1985, f. 146-151).

Na resolução de tombamento alterada e homologada pela Secretaria Estadual de Cultura, um número maior de elementos fabris passou a ser declarado como de “interesse científico, histórico e cultural”, o que permite que esses bens sejam demolidos com a autorização do Condephaat.

Com o intuito de demolir os edifícios elencados no item II, artigo 2º da resolução de tombamento, os proprietários solicitaram orientações ao Condephaat para executar o levantamento documental do conjunto (CONDEPHAAT, 1985, f. 153)¹⁴⁹. O levantamento documental entregue ao Condephaat pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo não cumpriu todas as exigências do roteiro, principalmente ao que se referia a documentar fotograficamente as etapas das demolições. Nesse sentido, o STCR elaborou parecer mencionando que o registro histórico daquele conjunto fabril ficou comprometido, não sendo possível documentar a configuração original dos edifícios e a evolução e adaptações sofridas ao longo do tempo (CONDEPHAAT, 1985, f. 184-187). Após sugestão do conselheiro Murillo Marx, em 19 de abril de 1993, passados sete anos do tombamento, o Egrégio Colegiado do Condephaat aprovou a redefinição do conjunto protegido das Indústrias Reunidas Francisco

¹⁴⁹ O roteiro foi elaborado pelo Condephaat e entregue aos proprietários. Entre as orientações, o setor técnico do Condephaat solicitou que se realizasse um levantamento métrico-arquitetônico, um registro fotográfico interno e externo, incluindo detalhes das edificações, e que durante as demolições, que deveriam ser realizadas gradualmente, se registrasse imagneticamente as etapas do processo (CONDEPHAAT, 1985, f. 155-162). No processo de tombamento não seguem especificadas quais edificações foram demolidas.

Matarazzo, que consistiu na exclusão dos edifícios 68, 69 e 87, lindeiros à linha férrea, da resolução de tombamento e pela obrigatoriedade dos proprietários de restaurarem a Caldeiraria, transformando-a em um Centro de Memória (CONDEPHAAT, 1985, f. 195)¹⁵⁰. Em 10 de novembro de 1993, o secretário de Cultura, Ricardo Itsuo Ohtake, promulgou a Resolução SC nº 19, que destombou os edifícios 68, 69 e 87 (CONDEPHAAT, 1985, f. 208-209):

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterada a Resolução nº 14, de 05/06/1986 para:

- a) Serem excluídos da proteção legal do tombamento os galpões nº 68, 69 e 87 sitos no conjunto tombado, ora redefinido das antigas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM, no Bairro da Água Branca, nesta capital.
- b) empresa proprietária do conjunto deverá revitalizar a caldeiraria ali existente e recuperá-la como centro de memória.
- c) continuam em pleno vigor todos os dispositivos da referida Resolução nº 14, de 05/06/1986, que não conflitem com a presente alteração (CONDEPHAAT, 1985, f. 210).

Em 2001, durante análise da resolução de tombamento de 1986 e resolução de destombamento de 1993, a arquiteta do STCR, Lucilena Whitaker de Mello Bastos, apresentou ao Condephaat um parecer que concluía pela exclusão da linha férrea do tombamento. De acordo com a técnica, a proteção do ramal ferroviário fazia sentido apenas enquanto existiam os galpões 68, 69 e 87, que formavam um conjunto. Devido a um “lapso” no decorrer da decisão pelo destombamento dos três galpões, a linha férrea não havia sido incluída, cabendo ao Condephaat formalizar a situação (CONDEPHAAT, 1985, f. 219). Após aprovação do Colegiado do Condephaat, em 26 de setembro de 2002 foi ratificada a resolução de cancelamento de tombamento do ramal ferroviário pertencente às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, no bairro da Água Branca, município de São Paulo (CONDEPHAAT, 1986, f. 225). Preservadas a caldeiraria e chaminés, no terreno do antigo complexo fabril foram construídos vários empreendimentos, como um conjunto comercial e uma casa de eventos.

O outro bem de propriedade da Família Matarazzo, a filial das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Figuras 28a e 28b)¹⁵¹, localizada na Rua Castro Alves, nº 276 – Município de Marília (SP), foi protegida oficialmente, por meio da resolução de tombamento homologada pelo secretário de Cultura em 18 de dezembro de 1992 (CONDEPHAAT, 1988, f. 182-183). Durante a instrução do processo de tombamento, o proprietário da parte do complexo

¹⁵⁰ No processo de tombamento não constam os motivos para a exclusão dos edifícios da resolução de tombamento. Conforme aponta Ana Lessa (2017, p. 174), após vistoria do STCR, constatou-se que os referidos galpões não eram representativos para a composição do conjunto fabril. A pesquisadora Ana Lessa encontrou essas informações no Processo de Tombamento Condephaat nº 30.197/1992. Em consulta ao órgão de preservação estadual não tivemos acesso a esse processo.

¹⁵¹ Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP). Processo de Tombamento nº 26.030/1988, v. I e II.

industrial que estava situada à Rua Castro Alves, nº 276, então ocupada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), buscou entendimentos com o Condephaat para que não se protegesse em totalidade a parte do conjunto fabril que era de sua propriedade, pois o INPS pretendia construir uma unidade do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) (CONDEPHAAT, 1988, f. 103-106)¹⁵². Nesse sentido, decorrido alguns anos após a abertura do processo de tombamento, que ocorreu em 1988, o prefeito municipal de Marília, representando os interesses do IAPAS/INPS, em ofício enviado ao Condephaat, solicitou a vistoria do órgão a um imóvel do INPS, localizado na Avenida Castro Alves, que estava em precário estado de conservação (CONDEPHAAT, 1988, f. 115). Dando prosseguimento ao pedido, o então presidente do Condephaat, Edgar de Assis Carvalho, ao encaminhar a solicitação ao STCR, anotou à caneta: “Prezado Flávio: o assunto é de extrema gravidade e requer agilização mesmo nas condições atuais de nosso trabalho” (CONDEPHAAT, 1988, f. 116). Em resposta, Flávio de Moraes, diretor técnico do STCR, informou ao presidente que a viagem de técnicos aos municípios do interior estava impossibilitada por falta de recursos para o pagamento de diárias e, com isso, novo encaminhamento deveria ser dado à questão (CONDEPHAAT, 1988, f. 117)¹⁵³. Como solução ao impasse burocrático, no dia 10 de julho de 1990, foi realizada uma reunião, com a presença do presidente do Condephaat, diretoria do STCR e secretário do Planejamento da Prefeitura de Marília. A prefeitura, a princípio, queria que o Condephaat propusesse uma solução para um imóvel do complexo industrial que estava em péssimas condições de conservação. No entanto, o assunto da reunião foi distinto. No encontro ficou acertado que o secretário do Planejamento da Prefeitura de Marília entraria em contato com a Empresa Antártica – ela estava interessada em comprar parte do terreno sob propriedade do INPS –, para que essa formalizasse uma proposta de ocupação do terreno, com um projeto de arquitetura que contemplasse os edifícios remanescentes das Indústrias Matarazzo. O Condephaat seria informado sobre esse projeto pela Secretaria do Planejamento de Marília (CONDEPHAAT, 1988, f. 117).

¹⁵² O outro proprietário, Eduardo André Matarazzo (Miniterras Agropastoril LTDA.), era dono da parte do complexo industrial que estava situada à Rua Castro Alves, nº 447 – Marília (SP).

¹⁵³ Considerando o período em que o processo ficou sem encaminhamentos e as notas escritas à mão pelo presidente e diretor da STCR, podemos supor que o Condephaat tenha passado por um período de escassez de recursos e quantidade insuficiente de funcionários, que impossibilitava o pleno andamento dos trabalhos.



Figura 28a. Portal das antigas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. s.d. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 26.030/1988, f. 56.

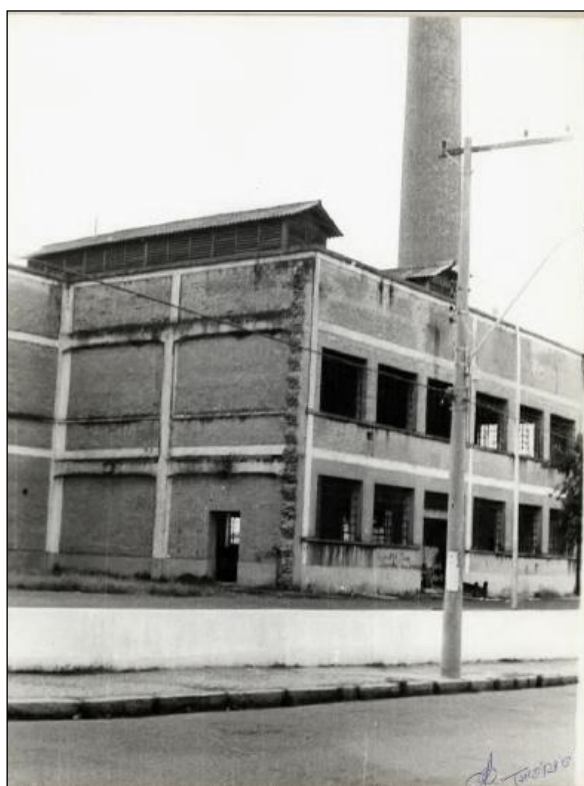


Figura 28b. Caldeiras e chaminé. s.d. CONDEPHAAT, Processo de Tombamento nº 26.030/1988, f. 57.

Com interesse em vender a área, em 22 de novembro de 1990, a Prefeitura de Marília enviou ao Condephaat uma proposta de ocupação do terreno, elaborada pela Secretaria de Planejamento Urbanístico de Marília. Nessa proposta, além de delimitar o tipo de uso do solo,

a Secretaria indicou alguns elementos arquitetônicos que poderiam ser tombados pelo Condephaat:

Considerando ofício GP nº 1144, de 25 de setembro de 1990, em anexo sob cópia xerográfica, no qual solicitamos a liberação da área das antigas Indústrias Matarazzo, com frente para a Av. Castro Alves, nesta cidade, vimos através do presente propor a Vossa Senhoria, a ocupação da mesma, conforme projeto fundamentado abaixo, elaborado pela Secretaria de Planejamento Urbanístico, onde será respeitado um plano de urbanização de real interesse da comunidade:

1. Para uso do solo serão permitidos as categorias:

- a) Industrial tipo I₁, I₂ e I₃, conforme classificação da Lei Estadual nº 5.597 de 06/02/1987;
- b) prestação de serviços;
- c) uso comercial;
- d) uso residencial.

2. A taxa de ocupação máxima para o uso residencial será de 50% e para os demais usos até 80%

OBS:- As áreas livres e de construção a serem preservadas, poderão ser computadas às áreas livres exigidas por lei;

3. Em atendimento ao CONDEPHAAT, que considera importante a preservação da memória da cidade, indicamos 5 (cinco) elementos arquitetônicos, para que 3 (três) deles sejam preservados. Essa proposta tem como objetivo dar maior maleabilidade ao projeto por parte do interessado;

4. A recuperação e manutenção dos elementos será de responsabilidade do proprietário;

5. O uso e ocupação dos elementos serão liberados para o proprietário;

6. Para qualquer tipo de uso da área, deverá ser respeitado a proposta paisagística, ocupação e recuos.

Na oportunidade, esclarecemos que toda proposta de ocupação da área, por parte dos interessados, deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbanístico desta Prefeitura e por esse Órgão, obrigatoriamente (CONDEPHAAT, 1988, f. 118-119, grifo nosso)¹⁵⁴.

Seguindo as orientações da arquiteta do Condephaat, Tânia Martinho da Cunha, que esteve em visita à cidade de Marília no dia 22 de novembro de 1990, a Prefeitura do Município encaminhou ao Condephaat: uma planta da situação atual do complexo industrial com indicação dos prédios demolidos e prédios parcialmente destruídos, uma planta com a demarcação dos cinco elementos arquitetônicos a serem protegidos, fotografias e um filme do local, a fim de documentar melhor o seu pedido de ocupação (CONDEPHAAT, 1988, f. 128-151). De posse dessa documentação, que foi anexada ao processo de tombamento, Tânia Martinho da Cunha, diretora técnica do STCR, elaborou um relatório para análise do Egrégio Colegiado do Condephaat, com vistas a dar parecer conclusivo sobre o estudo. O relatório, datado de 05 de fevereiro de 1991, foi apresentado em duas partes. Na primeira parte, a diretora apresentou um

¹⁵⁴ O mencionado ofício de 25 de setembro não consta na documentação do processo, apenas a cópia anexada pela Prefeitura de Marília. Nesse ofício, o gestor municipal pede que a área pertencente ao INPS seja liberada do tombamento, pois os prédios remanescentes estão em péssimo estado de conservação e sua recuperação e restauro são inviáveis devido aos altos custos, que nem o poder público ou empresas privadas poderiam arcar (CONDEPHAAT, 1988, f. 120-121).

histórico do complexo industrial, descreveu os principais pontos do andamento do processo e por fim relatou a vistoria realizada e a proposta de ocupação formulada pela Prefeitura de Marília. Na segunda parte do texto, a arquiteta expôs as considerações sobre o referido projeto e a proposta de modificações elaborada pelo STCR. No relatório, a arquiteta pontua que a proposta enviada pela Prefeitura se trata de uma solução negociada, não implicando nem na pura e simples destruição do conjunto, nem em irreparável prejuízo ao IAPAS/INPS. Contudo, para fins de preservação, algumas alterações seriam necessárias:

Considerando que é dever do CONDEPHAAT encaminhar soluções e procedimentos que viabilizem a preservação dos bens culturais, inclusive do ponto de vista econômico, reiteramos a proposta da Prefeitura Municipal de Marília, com proposta das seguintes modificações para análise do Egrégio Colegiado:

1. Deliberar pelo Tombamento dos elementos nº 01, 02, 03, 04, 05, e a chaminé existente junto ao edifício nº 05 [...]. A preservação desses edifícios será integral, ficando permitidas reciclagens para outros usos (observar item 3), desde que aplicados métodos científicos na sua conservação e restauração;
2. Fica o restante das edificações liberadas para demolição, que deverão ser realizadas mediante o levantamento documental procedido pelo empreendedor, antes e durante o seu transcurso, sob a orientação e acompanhamento do CONDEPHAAT.
3. Para uso do solo, será permitido as seguintes categorias:
 - 3.1. Industrial tipo I₁, I₂ e I₃, conforme classificação da Lei Estadual nº 5.597 de 06/02/1987;
 - 3.2. Prestação de serviços;
 - 3.3. Uso comercial;
 - 3.4. Uso residencial;
4. A taxa de ocupação máxima para o uso residencial será de 50% e para os demais usos até 80%.
5. Para qualquer tipo de uso da área, deverá ser respeitada a proposta paisagística, ocupação e recuos;
6. Ficam isentos de aprovação pelo CONDEPHAAT, os projetos situados na área envoltória dos bens tombados (CONDEPHAAT, 1988, f. 153-160).

O relatório de Tânia Martinho foi entregue ao conselheiro José Carlos Ribeiro de Almeida que, em 11 de março de 1991, emitiu o seu parecer. O conselheiro aponta que:

Na realidade, trata-se de uma grande ruína. [...] Muito mais que a memória de um momento de pujança no crescimento de Marília, nos recorda a decadência deprimente de uma família, que não teve a grandeza e capacidade de seu fundador, sequer para manter o que dele foi herdado. A Fábrica [...], hoje, não é certamente a imagem que uma cidade operosa quer legar para as gerações futuras. Sua saga está melhor guardada na memória dos arquivos que na decrepita realidade dos seus escombros. Como valor simbólico, no entanto, alguma coisa deve ser deixada para marcar o seu sítio (CONDEPHAAT, 1988, f. 161-162).

A partir do relatório de Martinho, o conselheiro relator Ribeiro de Almeida propôs o tombamento da chaminé e da sala de caldeiras e, do outro lado da Avenida Castro Alves, com o sentido de “valor simbólico”, propôs a proteção do portal da indústria, liberando o restante

do complexo para os usos que determinar a Prefeitura de Marília. No dia 18 de março de 1991, sob a Ata nº 904, o Egrégio Colegiado do Condephaat aprovou o parecer do conselheiro relator (CONDEPHAAT, 1988, f. 163). O pedido para a confecção da resolução de tombamento foi encaminhado pelo STCR ao gabinete do secretário de Cultura em 14 de maio de 1991, mas a minuta de Resolução SC nº 046 foi homologada apenas em 18 de dezembro de 1992:

Adilson Monteiro Alves, Secretário da Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 1º do Decreto Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 a 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto nº 20.955, de 01 de junho de 1983, RESOLVE

Artigo 1º – Ficam tombados como bens culturais de interesse histórico os edifícios remanescentes do conjunto das antigas instalações da Indústria Matarazzo, situados à Rua Castro Alves nº 276, em Marília, cuja descrição segue:

1. Chaminé e Sala de Caldeiras (elemento 4 e 5 da planta fornecida pela Prefeitura Local [...]).
2. “Portal” de Indústria (elemento 1 da mesma planta citada no item supra) (CONDEPHAAT, 1988, f. 182-183)¹⁵⁵.

Após quase dois anos da homologação da resolução de tombamento, em 22 de março de 1994, foi entregue no gabinete do presidente do Condephaat, José Carlos Ribeiro de Almeida, um ofício da Procuradoria Geral do Estado. No documento, o Procurador do Estado Chefe, Paulo Louzada, solicita que o Condephaat atenda à petição que foi acionada contra ele na 11ª Vara da Fazenda Pública (CONDEPHAAT, 1988, f. 197). A autora da ação, Miniterras Agropastoril LTDA., pede a anulação do tombamento ou a desapropriação indireta, em face da Resolução SC nº 46, de 18/12/92 (CONDEPHAAT, 1988, f. 198). Na ação, a Miniterras Agropastoril alega que o tombamento do imóvel de que trata a Resolução SC 46 – edifício sito à Avenida Castro Alves, nº 276 –, atingiu o imóvel de nº 379 e o seu imóvel de nº 447, na mesma avenida, com área de 12.142,90 m². Em sua petição, o advogado da Miniterras Agropastoril LTDA., Mucio Zauith, alega que a resolução e o processo de tombamento nº 26.030/1988 são nulos, posto que o Condephaat não respeitou os prazos legais de tramitação do processo e que, ao tombar a propriedade de seu cliente, o órgão estadual estava impedindo o proprietário de exercer seu “regular direito de propriedade”, dando ao imóvel a única destinação técnica e economicamente viável: a demolição dos remanescentes do complexo para construção de um novo edifício (CONDEPHAAT, 1988, f. 212). Para fundamentar sua proposição, o advogado cita que houve afronta aos artigos 524, 272 e 588 do Código Civil e ao

¹⁵⁵ Ao analisarmos a planta fornecida pela Prefeitura de Marília, que serviu de apoio para a proposta de tombamento efetuada pelo STCR, observamos que os elementos 4 e 5 estão situados na Avenida Castro Alves nº 447 (de propriedade de Eduardo Matarazzo), e o elemento 1 está situado à Avenida Castro Alves nº 278 (de propriedade do IAPAS/INPS).

artigo 182 da Constituição Federal, que protegem o direito de propriedade. Com isso, Zauith encerra a petição com dois pedidos: que seja declarado nulo o tombamento; que se proceda à desapropriação indenizatória, caso o tombamento não seja anulado (CONDEPHAAT, 1988, f. 216).

Em 28 de março de 1994, o Condephaat enviou ao Procurador do Estado Chefe, Paulo Louzada, uma cópia do processo de tombamento, para que a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo tivesse meios de arguir na petição acionada pela Miniteras Agropastoril LTDA. (CONDEPHAAT, 1988, f. 221). Após mais de um ano sem movimentação no processo de tombamento, em 29 de agosto de 1995, foi entregue novamente ao Condephaat um ofício da Procuradoria Geral do Estado, pedindo ao órgão que encaminhasse documentos para responder à ação impetrada pela Miniteras Agropastoril (CONDEPHAAT, 1988, f. 224)¹⁵⁶. O processo de tombamento sofreu outro hiato de movimentação, que dessa vez se estendeu de 1995 até o ano de 2003. Em ofício encaminhado ao gabinete do presidente do Condephaat, José Roberto Fanganiello Melhem, a advogada da Miniteras Agropastoril, Cleusa Gomes, informou ao órgão que foi declarado nulo o tombamento em 2ª instância pela 11ª Vara da Fazenda do Estado, ficando pendente apenas o recurso do pedido de indenização (CONDEPHAAT, 1988, f. 234). Em face desse ofício, em 01 de setembro de 2003, o presidente do Condephaat encaminhou aos conselheiros um comunicado, com suas considerações sobre o andamento desse processo:

[...]

A proprietária do imóvel, MINITERRAS AGROPASTORIL LTDA., inconformada com o tombamento, ingressou em Juízo com ação ordinária [...], postulando a declaração de nulidade do tombamento feito, por falta de fundamentação de mérito adequada. Houve defesa por parte da PGE, mas a decisão judicial, em todas as instâncias, foi no sentido de que os estudos que embasaram o tombamento diziam respeito a uma edificação fabril que já não existia, nada havendo nos autos do nosso processo administrativo que fundamentasse o tombamento apenas dos restos não demolidos da construção, além da opinião emitida de última hora por alguns Conselheiros na sessão deliberativa e, por conseqüência, o tombamento era nulo. Não é o momento de lamentar esta ocorrência, mas sim de reafirmar, como aqui exaustivamente vem sendo feito, pela nossa Assessoria Jurídica, pelo nosso Vice-Presidente, Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes e por esta Presidência, que o ato do tombamento, como ato jurídico que é e como ato que implica em uma limitação administrativa ao direito de propriedade sobre um bem, carece ser devida e inatacavelmente fundamentado, notadamente quanto ao mérito, sob a pena de sua nulidade. A única lamentação que nos cabe fazer, já em tom de absoluta contrariedade, é que a PGE jamais comunicou a este CONDEPHAAT o andamento dessa ação judicial, cujo desfecho está próximo e do qual tomamos conhecimento por missiva da proprietária do bem [...]. Diante dessa informação, em pesquisa que fizemos diretamente no Cartório Judiciário, pudemos obter cópia dos atos principais daquele feito, que ora anexamos ao nosso processo. E, naturalmente, [...] vindo a ocorrer de estarmos em face de uma decisão judicial transitada em julgado, na qual, pelo que

¹⁵⁶ O Condephaat encaminhou novamente para a PGE uma cópia do processo de tombamento, em 29 de agosto de 1995 (CONDEPHAAT, 1988, f. 228).

constatamos do exame do processo, não se acham sequer presentes quaisquer requisitos para uma eventual ação rescisória, não nos caberá senão cumpri-la, mediante proposta à Sr^a Secretária da Cultura, para que revogue, em cumprimento à mesma, a Resolução SC nº 46/92, arquivando-se, a seguir, este malsinado processo. Proponho, pois, aos Senhores Conselheiros, que este E. Conselho aprove uma moção de desagrado a ser comunicada à PGE quanto à condução das ações judiciais de interesse deste CONDEPHAAT, não só pela ausência reiterada de informações a respeito de seu andamento, como até porque raras são as situações em que aquela Procuradoria recorre aos subsídios deste órgão, que seriam de valor quiçá decisivo, para a adequada defesa dos interesses fazendários nesses feitos (CONDEPHAAT, 1988, f. 311-312)¹⁵⁷.

As cópias dos principais documentos da ação judicial, obtidas pelo Condephaat, foram anexadas ao processo de tombamento antes do comunicado do Presidente José R. F. Melhem, dando a entender que o Condephaat tinha ciência da ação judicial que tramitava na 11^a Vara da Fazenda Pública. Nesse sentido, a documentação descrita a seguir se refere à ação judicial que tramitou entre 1994 e 2001, anexada ao processo de tombamento apenas em 2003.

Em resposta à Petição da proprietária Miniterras Agropastoril, em 10 de maio de 1994, a Procuradora Geral do Estado, Fátima Catellani, representando a Fazenda do Estado de São Paulo/Condephaat, apresentou Contestação à 11^a Vara da Fazenda Pública. Em sua contestação, a procuradora inicia apontando que a Autora é parte ilegítima para propor a petição, pois não há identidade entre a propriedade tombada na Avenida Castro Alves nº 276, e sua propriedade na Avenida Castro Alves nº 447 (CONDEPHAAT, 1988, f. 256-257). Com relação à segunda alegação da proprietária, que diz respeito ao direito de propriedade e indenização, a Procuradora do Estado responde que tanto na Constituição Federal de 1988, como na Carta Magna anterior, de 1969, a *função social* da propriedade já existia. E que, com o ato administrativo do tombamento, o direito de usar e dispor da propriedade permanecem mantidos, passando a incidir sob o imóvel apenas algumas formas de “disciplinação”, que se adaptam “às necessidades da coletividade” (CONDEPHAAT, 1988, f. 259-260). Mesmo afirmando, no início do seu parecer, que a petição da Miniterras Agropastoril LTDA. é ilegítima, pois os bens tombados não se localizam na área de sua propriedade, Catellani conclui que a Autora continua a usar de sua propriedade, sendo indevido o pedido de indenização por expropriação (CONDEPHAAT, 1988, f. 261-262).

Apresentada a Petição, pela Miniterras Agropastoril, e a Contestação, pela Procuradoria Geral do Estado, a ação foi encaminhada para julgamento. O Juiz de Direito da 11^a Vara da Fazenda Pública, Fernão Borba Franco, em 26 de junho de 1997, julgou procedente

¹⁵⁷ Cumpre lembrar que, em 1994 e 1995, a Procuradoria Geral do Estado entrou em contato com a presidência do Condephaat, solicitando cópias do processo de tombamento, para responder à petição da Miniterras Agropastoril LTDA.

em parte a petição da Miniterras. Com relação ao pedido de anulação do tombamento, o juiz deu parecer favorável, declarando que houve “desvio de finalidade”, pois o Condephaat, na abertura do processo de tombamento, tinha como objetivo proteger o imóvel à Avenida Castro Alves nº 276, de propriedade do IAPAS, e tombou o imóvel da Avenida Castro Alves nº 447, de propriedade da Autora (CONDEPHAAT, 1988, f. 270-271). Além do “desvio de finalidade”, o juiz aponta que contribui para a nulidade do processo de tombamento a “ausência de motivo”, caracterizada pela ausência de valor nos imóveis tombados:

O ato é viciado por ausência de motivo. Não há que se falar em tombamento quando o imóvel não possua “valor histórico ou artístico”. E os fundamentos utilizados no parecer acatado pelo CONDEPHAAT são suficientes para demonstrar que inexistesse esse valor, ao menos no conjunto de chaminé e casa de caldeiras (o portal é outra coisa; sua preservação tem interesse histórico, como ressaltado no parecer, embora mais relevantes fossem as construções demolidas).

A menção, já referida acima, ao mero *valor simbólico* significa que o conjunto, tomado singularmente, nada representa. Tem algum valor para lembrar que houve, naquela região, uma fábrica pertencente a um industrial de grande relevo. Recorda, ainda, que essa fábrica encerrou suas atividades, foi abandonada e ruuiu. Em si mesma, no entanto, não possui valor histórico ou artístico (CONDEPHAAT, 1988, f. 274-275)¹⁵⁸.

Por fim, o pedido de indenização, julgado independentemente da decisão pela nulidade do tombamento, foi rejeitado pelo juiz, pois a Autora não apresentou provas de que esteve impossibilitada de usar e dispor de sua propriedade (CONDEPHAAT, 1988, f. 278). Entre 1997 e 2001, a proprietária Miniterras Agropastoril LTDA. e a Procuradoria Geral do Estado – representando o Condephaat –, apresentaram recursos e embargos à essa decisão judicial, de um lado, para validar o pedido de indenização, e de outro lado, para manter a validade do tombamento. Todos os recursos foram negados, mantendo-se o parecer do juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública, Fernão Borba Franco (CONDEPHAAT, 1988, f. 279-310).

Retomando o curso normal do processo de tombamento, após o comunicado enviado pelo presidente do Condephaat, José R. F. Melhem, ao Egrégio Colegiado em 2003, o processo voltou a ser movimentado em 2008. O Egrégio Colegiado, em reunião ordinária no dia 09 de junho de 2008, solicitou que o processo de tombamento fosse encaminhado para a Consultoria Jurídica da Secretaria Estadual de Cultura, a fim de dar orientação sobre os encaminhamentos a serem tomados, em face da decisão judicial pelo cancelamento de tombamento das Indústrias

¹⁵⁸ Nesse parecer, o juiz aponta que sua decisão está de acordo com as conclusões dos arquitetos nomeados como peritos: Perito Oficial da 11ª Vara da Fazenda Pública; Assistente Técnico da Autora (Miniterras Agropastoril); Perito da Ré (Fazenda do Estado de São Paulo) (CONDEPHAAT, 1988, p. 275). O Condephaat recolheu apenas parte da documentação jurídica no Cartório Judiciário, como aponta o presidente, José R. F. Melhem, com isso, o relatório dos peritos não foi anexado ao processo de tombamento.

Reunidas Francisco Matarazzo (CONDEPHAAT, 1988, f. 323). Baseando-se em lições do jurista Hely Lopes Meirelles, a Procuradora do Estado, Regina Mailart, declarou que, após decisão do Judiciário pela nulidade da resolução, não há necessidade de que o Condephaat revogue o tombamento – através de homologação do secretário da Cultura –, pois a decisão judicial pela anulação é ato fim (CONDEPHAAT, 1988, f. 329-330). Nesse sentido, a procuradora orienta que o Condephaat apenas aguarde a decisão final do recurso apresentado no Supremo Tribunal Federal (CONDEPHAAT, 1988, f. 331). Ao final do processo de tombamento, segue anexada, sem nenhuma contextualização, uma cópia da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, de 23 de novembro de 2009, negando seguimento aos recursos impetrados pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1988, f. 343-345).

Sobre o tombamento e posterior destombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, sediada em Marília (SP), Rodrigo Modesto Nascimento (2015, p. 65) aponta que, em 2011, as informações referentes ao tombamento dos remanescentes da indústria foram retiradas da listagem oficial de bens tombados pelo Condephaat, em sua página eletrônica oficial. Contudo, essas informações foram inseridas novamente em 2013. Ao consultarmos a “Base de Dados Condephaat”¹⁵⁹, onde estão listados os bens protegidos pela instituição, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP) aparecem como um bem tutelado pelo órgão estadual. Com base no processo de tombamento e em busca realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, não há informações que esclareçam se o Condephaat acatou a decisão judicial ou se, após recursos, o tombamento foi declarado válido. Assim, apontamos esse como um caso de destombamento pois a documentação processual existente na instituição permite observar essa condição. Em todo caso, os três remanescentes protegidos pelo Condephaat, chaminé, sala de caldeiras e portal da indústria permanecem na paisagem do município de Marília (Figuras 29a e 29b).

¹⁵⁹ CONDEPHAAT. *Base de Dados Condephaat, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP)*. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/industrias-reunidas-francisco-matarazzo-2/>> Acesso em: 25 mar. 2018.

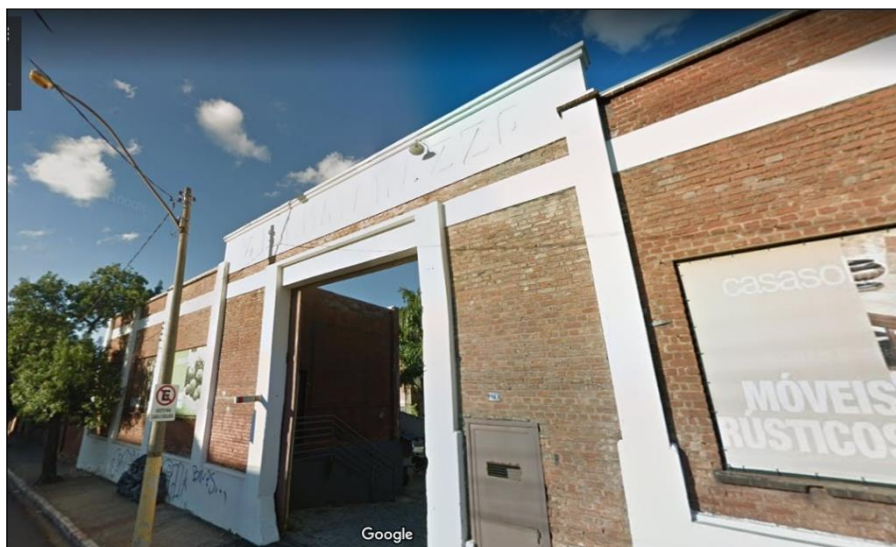


Figura 29a. Antigo portal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Marília (SP). 2017. Google Earth.

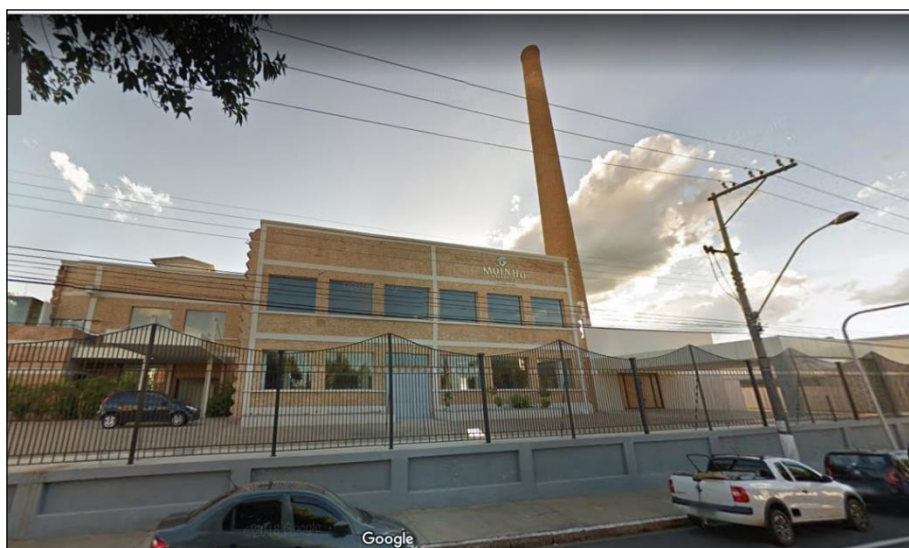


Figura 29b. Antiga sala de caldeiras e chaminé das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Marília (SP). 2017. Google Earth.

Dentre as três esferas de proteção que selecionamos para essa pesquisa, Iphan, Condephaat e Conpresp, como é possível observar na Tabela 01– Levantamento dos processos de destombamento: casos identificados, o Condephaat é o órgão em que a discussão sobre o cancelamento de tombamento esteve mais presente, englobando bens da capital e de outros municípios. Se nos pautamos, nesse trabalho, pelas motivações e enlaces jurídicos que permearam os destombamentos oficializados, também devemos, por outro lado, investigar as alegações que mantiveram o tombamento de alguns bens, diante dos pedidos de cancelamento.

O Solar do Barão de Jundiaí ou Casa do Barão de Jundiaí (Figura 30)¹⁶⁰, localizado na Praça da Matriz, no município de Jundiaí (SP), foi protegido oficialmente pelo Condephaat como “monumento histórico do estado de São Paulo”, em 13 de março de 1970, por meio da resolução de tombamento homologada pelo secretário de Cultura (CONDEPHAAT, 1969, f. 35-36). Em 1971, a Câmara Municipal de Jundiaí solicitou ao Condephaat que fosse efetuado o destombamento do antigo solar, pois o imóvel não possuía valor e impedia a execução de obras da prefeitura. O Egrégio Colegiado do Condephaat, no dia 02 de fevereiro de 1972, em consonância ao parecer do secretário executivo, Ruy de Azevedo Marques, não aprovou o pedido de destombamento, pois, como mencionou o secretário, o solar, construído em taipa de pilão, serviu de Palácio Imperial para D. Pedro II durante uma viagem, e a prefeitura, obedecendo a legislação de tombamento vigente, poderia efetuar as obras de que precisasse a municipalidade (CONDEPHAAT, 1969, f. 50-55). Após quatro anos do primeiro pedido de cancelamento de tombamento, em 05 de maio de 1975, a Prefeitura de Marília apresentou ao governador do Estado um novo pedido para o cancelamento de tombamento do antigo solar. No pedido, o prefeito aponta que o tombamento impediu o crescimento da cidade e que era necessário executar obras de restauro, já que a edificação, abandonada e sem conservação, estava degradando a paisagem (CONDEPHAAT, 1969, f. 105-106). Novamente, salientando que o imóvel possuía valor, por ser um exemplar na região do ciclo econômico-social do café, e que o Condephaat havia apresentado um plano alternativo para a urbanização do entorno do solar, os conselheiros do Condephaat negaram o pedido de destombamento, decisão que foi ratificada pelo governador do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1969, f. 122-126). Atualmente a edificação abriga o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí.

¹⁶⁰ CONDEPHAAT. Sola do Barão de Jundiaí (Jundiaí/SP). Processo de Tombamento nº 07.857/1969.



Figura 30. *Solar do Barão de Jundiá (Jundiá/SP)*. s.d. Página eletrônica do Condephaat.

A Sede da Fazenda Tenente Carrito (Figura 31)¹⁶¹, propriedade do Governo do Estado de São Paulo e situada no Recinto Acácio M. Terra, município de Itapetininga (SP), foi tombada pelo Condephaat em 10 de maio de 1982, por seu valor histórico, arquitetônico e ambiental (CONDEPHAAT, 1979, f. 74-75). Em 10 de outubro de 2001, durante vistoria técnica, a arquiteta do STCR, Tereza Eptácio, constatou que a antiga casa da fazenda não existia mais. Ao buscar esclarecimentos no local, a arquiteta foi informada que a edificação caíra em ruína durante os anos 1990, visto que as paredes de taipa há muito tempo estavam danificadas (CONDEPHAAT, 1979, f. 99)¹⁶². No ano de 2002, o Egrégio Colegiado aprovou que se investigasse e autuassem os responsáveis pelo desmoronamento da casa, no entanto, pela documentação processual, depreende-se que a investigação não foi adiante (CONDEPHAAT, 1979, f. 115). O processo de tombamento da Fazenda Tenente Carrito voltou a ser movimentado apenas em 2009. Tendo em vista a inexistência do imóvel tombado, em abril de 2009, o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI) da UPPH, encaminhou à Consultoria Jurídica do Estado os processos da Casa do Sítio Piraquara e da Sede da Fazenda Tenente Carrito, para instrução quanto ao procedimento adequado a se realizar, visto que os dois bens não existiam mais (CONDEPHAAT, 1979, f. 124). Em parecer, a Consultoria Jurídica apontou que, no estado de São Paulo, não há uma normativa para os casos em que não convenha mais a proteção a um bem, devendo, nesse sentido, aplicarem-se os

¹⁶¹ CONDEPHAAT. Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP). Processo de Tombamento nº 21.115/1979 e Processo nº 23.393/1985.

¹⁶² Em 1985, o Condephaat abriu o Processo nº 23.393/1985, intitulado “Restauração da casa do Tenente Carrito, Itapetininga”, contudo, não há encaminhamentos para restauros ou reformas, o processo possui apenas 15 páginas.

preceitos do direito administrativo (CONDEPHAAT, 1979, f. 135). Assim, o procurador Marcelo Gomes Sodré concluiu que, inexistindo o bem, não cabia manter sua proteção, e que o tombamento deveria ser cancelado (CONDEPHAAT, 1979, f. 131-139). O parecer da Consultoria Jurídica foi encaminhado para o conselheiro relator Jean Jacques Erenberg que, em seu relatório, votou pelo destombamento da Fazenda Tenente Carrito (CONDEPHAAT, 1979, f. 148-155). Em reunião do dia 15 de abril de 2013, o Egrégio Colegiado, por 14 votos, não aprovou o parecer do conselheiro relator, mantendo a proteção da antiga fazenda, mesmo com o desaparecimento de sua cota positiva (CONDEPHAAT, 1979, f. 158). Segundo Ana Lúcia Duarte Lanna, então presidente do Condephaat, a solução para manter o tombamento foi a seguinte:

Foi apresentada solução técnica que viabilizou a manutenção da proteção sobre a área, por considerar que esforços foram envidados em estudos e levantamentos, registros foram feitos em livros publicados pelo Condephaat, de modo que a memória deste bem, não deveria ser simplesmente apagada da historicidade dos tombamentos realizados pelo órgão, inclusive por se tratar de um sítio bandeirista, cuja proteção remete ao período heroico de atuação do Iphan em São Paulo. Neste sentido, propôs-se a manutenção do tombamento, que passou a incidir sobre a área onde existia o bem tombado, com indicação de instalação de placa explicativa no local, exposição em outros prédios existentes na mesma área, mantendo-se a obrigatoriedade de que as intervenções na área sejam previamente analisadas pelo Condephaat, considerando a possibilidade de realização de pesquisa arqueológica no local (LANNA, 2016).



Figura 31. *Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP).* s.d. Página eletrônica do Condephaat.

O conjunto denominado Hospital Humberto I ou Hospital Matarazzo (Figura 32)¹⁶³, localizado na Alameda Rio Claro, nº 190, no bairro da Bela Vista, município de São Paulo, foi salvaguardado pelo Condephaat em 30 de julho de 1986, como bem de interesse histórico-arquitetônico para o território paulista (CONDEPHAAT, 1985, f. 36-38). Passados oito anos do tombamento, em 1994, a Fundação Hospital Ítalo-Brasileiro Umberto I, considerando a crise econômica por que passava e desejando dispor livremente do terreno para a obtenção de renda, solicitou ao Condephaat a revogação do tombamento do conjunto hospitalar (CONDEPHAAT, 1994, f. 02-03). O pedido foi encaminhado para o arquiteto do STCR, Paulo Sgarbi, que emitiu parecer favorável à manutenção do tombamento. Em seu relatório, o arquiteto apontou que o hospital possuía valor histórico-arquitetônico por ter sido um local que exerceu assistência a trabalhadores e por constituir-se como um conjunto arquitetônico harmonioso, que resistiu à verticalização da região. O arquiteto ressaltou, também, que a motivação do proprietário para o destombamento visava apenas solucionar a crise financeira da instituição e para isso eles poderiam recorrer ao Estado ou a entidades privadas. Ao analisar a resolução de tombamento e considerando o pedido de destombamento do proprietário, o arquiteto do STCR, ao final de seu relatório, sugestionou apenas que se revisassem as restrições para intervenção nos edifícios tombados do hospital (CONDEPHAAT, 1994, f. 06-08). O parecer de Paulo Sgarbi foi aprovado pelo Colegiado do Condephaat, que manteve o Hospital Humberto I sob a tutela estadual (CONDEPHAAT, 1994, f. 09). Atualmente o antigo conjunto hospitalar está sendo adaptado para receber um complexo cultural.



Figura 32. *Edificação do Hospital Humberto I (São Paulo/SP).* s.d. Página eletrônica do Condephaat.

¹⁶³ CONDEPHAAT. Hospital Humberto I (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 23.374/1985 (v. I e II), Processo de Tombamento nº 32.249/1994 e Processo de Tombamento nº 68.714/2013.

O último bem inventariado na tabela supracitada, entre os bens analisados pelo Condephaat, não se configura nessa pesquisa como um caso de destombamento “oficial”, mas sim como um caso de destombamento “metafórico”, uma vez que houve a intenção de preservar, o bem foi selecionado dentre tantos outros, lhe foram atribuídos valores e, posteriormente, por outra decisão, o processo foi arquivado, sem a oficialização do tombamento.

A antiga Fábrica Olivetti (Figura 33)¹⁶⁴, situada no município de Guarulhos (SP), foi protegida pelo Egrégio Colegiado do Condephaat em 27 de abril de 1998. O órgão tombou os elementos estruturais e as coberturas em casca de concreto, liberando o restante da edificação para as obras de reconversão do edifício em um *shopping center* (CONDEPHAAT, 1997, f. 233). A elaboração da minuta de tombamento ficou condicionada a um novo levantamento fotográfico das estruturas e coberturas de concreto, no entanto, de acordo com a documentação do processo de tombamento, esse levantamento não foi elaborado e a resolução de tombamento não foi encaminhada ao secretário de Cultura. Em 2008, após constatar-se a situação do processo – tombamento aprovado, mas não homologado –, outra vistoria técnica foi realizada no imóvel (CONDEPHAAT, 1997, f. 269). O relatório técnico da vistoria apontou que as estruturas selecionadas para proteção estavam conservadas, sugerindo a manutenção do tombamento e a inserção do Casarão Saraceni – imóvel pertencente ao complexo da antiga Fábrica Olivetti –, na resolução de tombamento a ser homologada pelo Secretário de Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1997, f. 276-296). O relatório técnico foi encaminhado para o conselheiro relator Carlos Augusto Mattei Faggin, que emitiu parecer favorável ao arquivamento do processo e ao cancelamento da decisão anterior pelo tombamento dos elementos estruturais, visto que o Condephaat não conseguiu proteger o imóvel em sua totalidade e que este havia sido descaracterizado com a construção do empreendimento comercial (CONDEPHAAT, 1997, f. 333). O parecer do conselheiro foi aprovado pelo Egrégio Colegiado em 14 de dezembro de 2009 e o processo de estudo de tombamento da antiga Fábrica Olivetti foi arquivado (CONDEPHAAT, 1997, f. 334).

¹⁶⁴ CONDEPHAAT. Fábrica Olivetti (Guarulhos/SP). Processo de Tombamento nº 36.035/1997.



Figura 33. *Fábrica Olivetti (Guarulhos/SP).* s.d. Revista Acrópole, ano 23, n. 265, nov. 1960, p. 05.

No que concerne aos outros municípios do estado de São Paulo, durante a pesquisa bibliográfica foram localizados quatro casos de destombamento de bens edificados. Antes de apresentarmos esses casos, cumpre ressaltar que, no âmbito do Direito Administrativo, as leis e decretos municipais que atribuem valor e que intentam colocar determinado bem sob a proteção do poder local, somente são considerados válidos, do ponto de vista legal, se respeitarem o ato administrativo do tombamento, conforme menciona o jurista Hely Lopes Meirelles:

O tombamento realiza-se através de um procedimento administrativo vinculado, que conduz ao ato final de inscrição do bem num dos Livros do Tombo. Nesse procedimento deve ser notificado o proprietário do bem a ser tombado, dando-se-lhe oportunidade de defesa, na forma da lei. Nulo será o tombamento efetivado sem atendimento das imposições legais e regulamentares, pois que, acarretando restrições ao exercício do direito de propriedade, há que observar o *devido processo legal para sua formalização*, e essa nulidade pode ser pronunciada pelo Judiciário, na ação cabível, em que serão apreciados tanto a legalidade dos motivos quanto a regularidade do procedimento administrativo em exame (MEIRELLES, 2013, p. 648-649, destaque do autor).

Ou seja, é necessário que a seleção do bem se revista de uma rotina processual, com a abertura do processo de tombamento, a instrução do processo através de estudos e levantamentos que fundamentem a proteção e a notificação ao proprietário, para que ele tenha o direito de defesa, de anuir ou de contestar o tombamento.

Os quatro casos de destombamento elencados abaixo, pertencentes a municípios distintos – excetuando os casos identificados na cidade de São Paulo, já comentados

anteriormente –, evidenciam que a proteção do patrimônio cultural nessas localidades é um assunto frágil. Em muitas cidades, os órgãos de preservação possuem pouca força política ou sequer existem, relegando as ações de tutela à Câmara Municipal ou ao Condephaat, porém, neste caso, apenas quando os bens são de interesse para todo o estado de São Paulo.

No município de Presidente Prudente – cujo órgão de preservação local, o Condephaat¹⁶⁵, está atualmente desativado –, o prefeito municipal Virgílio Tiezzi Júnior tombou a Catedral de São Sebastião, em abril de 1985, por meio do Decreto nº 5.512/1985. Por sua vez, em 18 de outubro de 1993, por meio da Lei nº 3.778/1993, o prefeito, Agripino Filho, destombou a referida igreja por solicitação do pároco que desejava realizar reformas, sem a anuência do Condephaat, que à época já estava desativado (HIRAO; FLOETER, 2012, p. 55-56; SILVA, 2009, p. 221).

Na cidade de Ribeirão Preto, a Companhia Nacional de Estamparia – Ciane, antigas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo –, foi tombada em 1994 pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (Conppac), por meio da Lei nº 6.826/1994¹⁶⁶. A normativa que tombou o edifício, no entanto, foi revogada pela Câmara Municipal por meio da Lei nº 9.567¹⁶⁷ de 2002, seguindo a orientação de um vereador.

No município de Bauru, o destombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo seguiu caminho semelhante. O edifício foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (Codepac) em 24 de janeiro de 1996 (SOUSA, 2014, p. 125). Pouco tempo depois, contudo, o conselho municipal teve suas atividades suspensas e assim permaneceu até meados de 1999 (SOUSA, 2014, p. 125). Neste intervalo, o proprietário solicitou à prefeitura o cancelamento do tombamento alegando problemas estruturais no edifício e falta de recursos para iniciar uma restauração. O pedido foi acatado pelo prefeito em 1998, sem qualquer anuência do Codepac. Em 2004, o edifício já havia sido demolido (SOUSA, 2014, p. 125-130).

Por fim, na cidade de Guarulhos, o Casarão Saraceni, construído em 1910, foi tombado no ano 2000 pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de

¹⁶⁵ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico de Presidente Prudente (Condephaat). A Secretaria Municipal de Cultura de Presidente Prudente pretende alterar a nomenclatura do órgão para Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico (Mudephaat), com o intuito de evitar confusão com a designação do órgão estadual. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=10516>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁶⁶ RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 6.826, de 09 de junho de 1994, considera de valor histórico e cultural o imóvel em que é sede a Cia. Nacional de Estamparia (CIANE), antiga Indústria Matarazzo. 1994.

¹⁶⁷ RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 9.567, de 23 de maio de 2002, revoga em todos os seus termos a Lei nº 6.826/94 (considera de valor histórico o imóvel da Cia. Nacional de Estamparia – CIANE). 2002.

Guarulhos (CPHAACG), por meio do Decreto Municipal nº 21.143/2000¹⁶⁸. Com a construção do *shopping center* no final da década de 1990, o imóvel acabou envolvido pelo empreendimento, mantendo-se isolado no interior de seu estacionamento. Em 2010, o casarão foi destombado por ato da Câmara Municipal, por meio do Decreto nº 28.212/2010¹⁶⁹, com a anuência do CPHAACG, que aprovou o parecer do arquiteto Carlos Augusto Mattei Faggin¹⁷⁰, à época conselheiro do Condephaat. Como justificativa, alegou-se que o casarão não possuía valores históricos e artísticos excepcionais.

Tombamento e destombamento; proteção, tutela, salvaguarda e patrimonialização; revogação, anulação, cancelamento e despatrimonialização; proprietário, propriedade e valor; bem cultural, interesse histórico-artístico e sociedade... Até aqui, essas palavras foram repetidas inúmeras vezes, descrevendo como o tombamento é efetuado no estado de São Paulo e como o destombamento surge em contraponto a essa ação. Ao fim desse percurso – que se iniciou com a retomada da gênese do patrimônio no Brasil, passou pelo estudo das legislações de preservação em âmbito federal, estadual e municipal, com foco na cidade de São Paulo, e chegou ao levantamento e análise dos casos de destombamento no território paulista –; resta-nos, agora, dispor, organizar e analisar todas essas informações com o intuito de evidenciar e problematizar quais são as principais circunstâncias, agentes e motivações, assim como os enlaces jurídicos, administrativos e conceituais, que permeiam a anulação de tutela de um bem cultural.

¹⁶⁸ GUARULHOS. Decreto nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000, dispõe sobre “tombamento do Patrimônio Cultural”. 2000.

¹⁶⁹ GUARULHOS. Decreto Municipal nº 28.212, de 04 de novembro de 2010, dispõe sobre a revogação do inciso XI, do artigo 1º do Decreto Municipal nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000. 2010.

¹⁷⁰ O documento “*Casarão Guarulhos – Parecer Técnico, Arquitetônico e Urbanístico*”, pode ser consultado no Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos.

2.5 ESTUDO DAS PRINCIPAIS QUESTÕES SUSCITADAS NAS ANÁLISES DOS CASOS SELECIONADOS

A preservação do patrimônio cultural no Brasil, especificamente, do patrimônio edificado, pode ser caracterizada como um campo de disputas: disputas simbólicas e materiais (ARANTES, 1984, p. 09). Desde o seu surgimento, o tombamento – ferramenta de tutela que, ao reconhecer o valor cultural de um bem, atribui-lhe uma função social –, esteve envolto por diversos conflitos que se exacerbam e se tornam ainda mais evidentes quando se intenta destombar um bem. Ao se comparar o vultoso número de bens tombados no estado de São Paulo com os dez casos de destombamento inventariados nesta pesquisa, somos levados a afirmar que a normativa de tombamento está cumprindo o papel que lhe foi designado e que a proteção do patrimônio está sendo bem administrada pelos poderes públicos, no estado de São Paulo. Contudo, acreditamos que esses casos de destombamento evidenciam que a preservação do patrimônio edificado, por meio da normativa de tombamento, das políticas de preservação e da relação com a sociedade, é constantemente permeada por fragilidades e incertezas.

No domínio das disputas simbólicas, podemos situar o ato de eleição, de escolha do que será preservado ou não como um patrimônio para a sociedade. Entre os processos de destombamento estudados nesta pesquisa, em dois casos os órgãos de tutela apresentaram como argumentos para o destombamento de seus bens, a perda ou a ausência de valores históricos e artísticos. O primeiro caso, pertencente ao Sphan, se refere à Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP) e o segundo caso, sob a tutela do Condephaat, se refere às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP). O processo de despatrimonialização da Igreja de São Gonçalo, um dos objetos de estudo deste trabalho, pode ser considerado como uma ação de “manutenção”, de reafirmação da política preservacionista da instituição, pois as justificativas de “descaracterização” e de “ausência de valor”, utilizadas pela Dphan para o cancelamento de tombamento, demonstram que, já na década de 1950, os critérios utilizados pelo órgão para a atribuição de valores estavam consolidados e sem possibilidade de mudanças. Tombada em 1938, a partir do recenseamento realizado por Mário de Andrade durante os primeiros trabalhos de seleção e de construção do que deveria compor o denominado patrimônio histórico e artístico nacional; em 1953, concluiu-se que a Igreja de São Gonçalo não possuía os aspectos formais e estilísticos necessários para integrar o patrimônio brasileiro. Esse patrimônio, conforme apontam vários autores, pode ser exemplificado pelas construções barrocas e rococós das

idades coloniais mineiras que, para os intelectuais envolvidos com o Sphan, caracterizavam a nacionalidade e o que deveria perdurar na memória brasileira¹⁷¹ (MARINS, 2008, p. 137-138; CHUVA, 2017, p. 210-220; PUPPI, 1998, p. 24; RODRIGUES, 2000, p. 25). Mário de Andrade, um dos intelectuais que contribuiu para a constituição do ideário de patrimônio nacional, ao dirigir-se à Rodrigo M. F. de Andrade sobre os levantamentos para a proteção do patrimônio paulista, mencionou o seguinte:

E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais (ANDRADE, 1981, p. 69)¹⁷².

Se, como vimos, a igreja fora protegida em 1938 devido ao seu valor histórico, por preservar seu “aspecto primitivo” diante de tantas reformas (ANDRADE, 1981, p. 81-82); anos depois, em 1953, a referida igreja teve seu tombamento cancelado por não apresentar uma forma plástica definida, mas, ao contrário, por ser um exemplar dos acréscimos do tempo, resultado de várias obras e de transformações que ocorreram em épocas distintas. As diferentes referências arquitetônicas que convivem na Igreja de São Gonçalo, acumuladas durante vários anos, evidenciam as necessidades do templo, as camadas de vivência da edificação e as diversas soluções formais que, em tempos distintos, foram consideradas válidas para ornamentar o templo. Interessa-nos destacar nesse caso que a motivação para o destombamento partiu da sede da Dphan, na capital federal, Rio de Janeiro, e que a vistoria para averiguar o estado de conservação da Igreja de São Gonçalo foi efetuada por um conselheiro, sem a participação da regional da Dphan em São Paulo. Segundo a documentação do processo de tombamento, em um ato centralizador, o destino da Igreja de São Gonçalo foi decidido na central da Dphan, no Rio de Janeiro, sem a participação da regional a que pertencia o bem. O diretor da Dphan-SP, Luís Saia, apenas foi comunicado sobre a decisão dos conselheiros pelo destombamento, não houve trocas, nem uma consulta aos técnicos do patrimônio em São Paulo. Além disso, para formalizar o destombamento a Dphan utilizou o Decreto-lei nº 3.866/1941 – que versa sobre o

¹⁷¹ Lembremos que a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional em 1933, três anos antes da organização do Sphan.

¹⁷² Lembremos que, dos três bens tombados em conjunto, apenas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Embu das Artes/SP) e a Capela de São Miguel Arcanjo (São Paulo/SP) aproximavam-se da materialidade construída que interessava ao Sphan salvaguardar como patrimônio nacional.

cancelamento de tombamento para fins de utilidade pública –, em um contexto não previsto por este mesmo decreto, uma vez que “ausência de valor” não equivale a motivação por “interesse público”. Logo, a recorrência ao destombamento no interior do próprio órgão federal, naquele momento, leva-nos a questionar quais são os limites e a abrangência dessa normativa e como ela foi sendo utilizada pela instituição nacional, já que o argumento de “perda dos valores excepcionais” permitiu a exclusão de um bem da lista do patrimônio da União. A conclusão pelo destombamento abre a possibilidade para outras revisões de tombamento considerando os valores? O destombamento é a melhor ferramenta para a problematização dos valores atribuídos anteriormente e dos possíveis valores a serem atribuídos hoje aos bens culturais? Numa arquitetura, o quê, exatamente, se preserva no ato do tombamento? Apenas sua materialidade?

Destombada pela Dphan, por não possuir valor histórico ou artístico, a Igreja de São Gonçalo foi protegida pelo Condephaat em 1971. Seguindo o caminho inverso da instituição federal, que protegeu e desprotegeu a igreja sem a participação da sociedade, o tombamento do templo em âmbito estadual foi efetuado após numerosas manifestações sociais pela preservação da edificação. O estigma deixado pelo destombamento da Dphan, visto que “desvalorizou” a igreja, retirou sua “aura de patrimônio”, conforme aponta Telles, Costa e Sales (2014, p. 09-10), foi utilizado pelos agentes interessados na demolição do templo para questionar a validade do tombamento estadual. Se não possui valor para a nação, existe valor para o estado? A esses questionamentos, o Condephaat respondeu tombando a igreja por seu valor histórico e não artístico, como uma referência edificada na paisagem. Essa valoração, por sua vez, foi referendada recentemente pelo órgão municipal, o Conpresp, que tombou o entorno da Igreja de São Gonçalo e regularizou sua área envoltória.

A Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP), estudo de caso desta pesquisa em âmbito estadual, teve seu tombamento cancelado pelo Condephaat em 2016, após doze anos de discussões, sob a justificativa de desaparecimento da cota positiva do bem. As questões envoltas nesse caso de destombamento exemplificam a polêmica acerca da responsabilidade pela conservação material do bem, evidenciando os limites e reais alcances da legislação de preservação. Durante o processo de tombamento e após a homologação pelo Secretário Estadual de Cultura, a casa do Sítio Piraquara, exemplar construído em taipa de pilão que remetia às primeiras ocupações da zona leste da cidade de São Paulo, vinha passando por acelerada degradação. Apesar das notificações enviadas aos proprietários, de uma obra de consolidação realizada pelo Condephaat e da proposta de desapropriação pela Prefeitura Municipal de São Paulo, o bem foi destruído. A partir da constatação da inexistência do bem, depreende-se, num primeiro momento do processo de tombamento, que o Condephaat não se

responsabilizou pela degradação do bem, nem atribuiu essa responsabilidade ao proprietário, uma vez que ninguém foi autuado sobre a ruína do antigo sítio. Diante da situação, o órgão também não se questionou sobre a efetividade da normativa de tombamento e de suas ações de tutela que, além do tombamento, compreendem, entre outras atividades, vistorias, orientação aos proprietários e difusão do patrimônio estadual para a sociedade. Devemos ponderar, certamente, que o órgão possui uma demanda de trabalho incompatível com o reduzido número de técnicos e funcionários, resultado da falta de investimentos públicos no setor da cultura. Contudo, nesse caso em que o bem deixou de existir – assim como ocorreu com outros edifícios inventariados nesta pesquisa, como o Teatro Oberdan (São Paulo/SP) e a Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga) –, a ruína foi resultado da negligência dos proprietários e da ausência de vigilância por parte do Condephaat. Como citado no Capítulo 1, o tombamento tornou possível uma ação de tutela do Estado sob a propriedade privada ao delegar ao proprietário a responsabilidade pela conservação do bem, que não poderá ser destruído, mutilado ou reformado sem a autorização da instituição de salvaguarda. Ao descumprimento dessas obrigações, estão vinculadas sanções legais. No entanto, nos casos de destombamento estudados em que a ruína foi intencional ou causada por omissão na conservação, não foram aplicadas sanções a nenhum proprietário. Diante desses exemplos, nos quais o descumprimento da legislação e o apagamento da memória não incorreram em sanções, nem em uma reflexão sobre as dificuldades envolvidas na conservação ou sobre as limitações impostas ao bem protegido pelo tombamento, como tornar possível a preservação de um patrimônio?

Se, num primeiro momento, o Egrégio Colegiado do Condephaat votou pela não autuação dos proprietários, após anos de tramitação do processo de destombamento na instituição, um novo grupo de conselheiros, ao analisar a documentação do Sítio Piraquara, votou pela penalização dos responsáveis e pelo diferimento do destombamento do antigo sítio, até que um levantamento sobre a moenda de ferro fundido fosse realizado. Instruído o processo com relação às solicitações dos conselheiros e, após a orientação da Consultoria Jurídica, o Sítio Piraquara e seus pertences foi efetivamente destombado. E o processo que havia sido aberto para autuar os proprietários, sem êxito no que pretendia, foi arquivado pelo setor jurídico do Condephaat. A atuação dos conselheiros é outro ponto que podemos destacar na análise do processo de destombamento do Sítio Piraquara. Notamos, a partir das tramitações do processo, que não existe no órgão uma linha de atuação, uma política uniforme, ou seja, alguns critérios que todos os conselheiros, em gestões distintas, possam seguir. E isso fica evidente quando comparamos as decisões exaradas nos diversos casos de destombamento. O caso do Sítio Piraquara foi votado na mesma época que o caso da Sede da Fazenda Tenente Carrito

(Itapetininga/SP), contudo, as soluções assumidas pelos conselheiros foram distintas, considerando que os dois bens não existiam mais. Enquanto, de um lado, votou-se pelo destombamento do Sítio Piraquara, de outro, os conselheiros optaram pela manutenção do tombamento da Fazenda Tenente Carrito, mesmo sem a existência física do bem. Como se viu, na análise desse caso, o Egrégio Colegiado tinha como objetivo manter preservada a historicidade do processo, mesmo sem a materialidade da fazenda, pressuposto maior do tombamento, visto que recai sobre coisas materiais. Por que, então, essa opção não poderia ser estendida a todos os casos de bens tombados que deixaram de existir?

No campo normativo, o cancelamento de tombamento do Sítio Piraquara – assim como de todos os outros bens sob a incumbência do Condephaat –, foi realizado sem a existência de uma legislação específica. Para recordar, o Condephaat previa o destombamento, em seu Decreto nº 13.426/1979, apenas no contexto em que o proprietário solicitasse assistência conservativa e o órgão não realizasse as obras que passariam a ser de sua responsabilidade. Com isso, no âmbito estadual, o cancelamento de tombamento é realizado conforme preceitua o direito administrativo. Nesses casos, durante o cancelamento de tombamento é considerada apenas a materialidade do bem, posto que o tombamento recai sobre bens materiais (móveis ou imóveis). Nessa perspectiva, se o bem deixou de existir materialmente, o tombamento poderá ser desfeito. A inexistência de uma legislação específica, um “instituto de destombamento”, que além de considerar a ausência do bem, delegue ao cancelamento de tombamento um processo administrativo que investigue as causas que levaram ao desaparecimento do bem e as repercussões desse ato na sociedade (TELLES et al., 2014, p. 10-11), para que, em casos intencionais, o tombamento não seja desfeito, deixa o patrimônio em âmbito estadual em um campo de insegurança jurídica, pois, se for considerada apenas a ausência da matéria, sem se apurar as motivações que estão por trás de sua destruição, outros casos podem ocorrer e a sociedade perderá parte do que lhe é de direito.

Outra questão a se evidenciar sobre o processo de despatrimonialização da casa do Sítio Piraquara e seus pertences, diz respeito à comunicação e ao trabalho conjunto das instituições de salvaguarda estadual e municipal, ou seja, o Condephaat e o Conpresp. Como observado durante a descrição dos processos de destombamento, em 1992, após tornar *ex-officio*, o Conpresp cancelou o tombamento municipal do Sítio Piraquara, muito antes da decisão definitiva em âmbito estadual. Dessa ação, não consta nenhuma informação no processo de tombamento pertencente ao Condephaat. E a premissa de proteger o que já havia sido selecionado em um nível superior foi questionada pelo Conpresp que, atestando as ruínas do antigo engenho, durante uma revisão da resolução de tombamento, revogou sua proteção. Além

do questionamento da precedência, do ponto de vista normativo, o Conpresp poderia destombar algo que ainda estava protegido em nível estadual? Cabe indagar também, nesse cenário, qual é a responsabilidade de um órgão que protege alguma edificação através de ofício. Em vez de buscar entendimentos com o Condephaat para uma solução conjunta, o Conpresp, sem o uso de uma legislação específica e sem avaliar as causas e motivações que levaram o bem à ruína, excluiu a casa do Sítio Piraquara e seus pertences da lista de bens municipais. Em outro caso em que o Conpresp protegeu por meio de ofício um bem que já pertencia ao patrimônio estadual, o Teatro Oberdan (São Paulo/SP), ao contrário da situação anterior, o órgão municipal, após receber a notificação do destombamento estadual, durante reunião do Conselho resolveu por manter o bem tombado. Reconhecendo que o destombamento deveria ser precedido de estudos e vistorias que comprovassem a importância da manutenção do tombamento ou não, em um primeiro momento, os conselheiros do Conpresp votaram pela continuidade do tombamento, não acompanhando o destombamento estadual. Averiguada a impossibilidade de restaurar a fachada do teatro, em reunião posterior, os conselheiros votaram pelo cancelamento de tombamento do Teatro Oberdan, que se efetivou em 2010, por meio, também, de uma legislação inespecífica. Assim, além da insegurança jurídica dos dois órgãos, que não possuem uma normativa para avaliar criticamente o que está envolvido com a ruína e os pedidos de cancelamento de tombamento, as duas instituições, que tem o mesmo objetivo, trabalham desvinculadas.

Ainda sobre a atuação do Condephaat para a preservação do patrimônio paulista, é necessário evidenciar, e isso não se restringe ao Sítio Piraquara, que, após a homologação do destombamento e a averbação no livro do tombo, os dados dos bens que foram desprotegidos são retirados das listagens e do banco de dados *online*, fontes de acesso público. Em seguida à efetivação do destombamento, perde-se, também, a historicidade do processo de tombamento, há um apagamento da memória desse bem na instituição. A sociedade não tem acesso ao histórico desse processo, desse bem, que um dia pertenceu à lista do patrimônio estadual e depois teve sua proteção retirada. O nosso acesso aos casos de destombamento efetuados pelo Condephaat ocorreu por meio de pesquisas no Diário Oficial do Estado e nas pautas de reuniões do Colegiado do Condephaat. Contudo, para aqueles que procurarem conhecer o patrimônio paulista através do mapa interativo ou do banco de dados *online* do Condephaat, os bens que foram desprotegidos não serão encontrados. Dos três órgãos de preservação selecionados para esta pesquisa, apenas o Condephaat retira dos locais de acesso público os dados dos bens anteriormente protegidos. Talvez essa iniciativa configure uma ação de defesa do órgão, em vista dos questionamentos e de novos pedidos de cancelamento de tombamento que poderiam

surgir, uma vez que, das três instituições, a partir dos processos que tivemos acesso, o Condephaat recebeu a maior demanda de pedidos para o destombamento. No entanto, é necessário que a sociedade tenha acesso a essas informações, que participe das tomadas de decisões sobre o tombamento e o destombamento, ações que, do ponto de vista cultural, social e até econômico, afetam a todos.

Por fim, sobre a política de patrimonialização e despatrimonialização exercida pelo Condephaat, cumpre destacar as diferentes opções assumidas pelo órgão, diante dos pedidos de cancelamento de tombamento. Dos nove processos inventariados em que houve uma discussão para o destombamento, seis bens foram desprotegidos por ação do órgão e decisão judicial, e em outros três casos, o Egrégio Colegiado votou pela manutenção do tombamento diante dos pedidos e justificativas dos agentes solicitantes. Esses casos são: Solar do Barão de Jundiaí (Jundiaí/SP), Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP), que comentamos anteriormente, e Hospital Humberto I (São Paulo/SP). Nesses três casos, nos quais foram apresentadas como justificativas para o destombamento a ausência de valor, a necessidade de ceder espaço para obras públicas, o desaparecimento do bem e a obtenção de renda por meio da propriedade, o Condephaat respondeu reafirmando a valoração atribuída aos imóveis e a importância de se manter esses bens como patrimônio estadual.

Se, em âmbito estadual, as disputas materiais em torno do patrimônio e do tombamento estavam implícitas, dado que, com a ruína da edificação, o proprietário do Sítio Piraquara fez uso econômico de seu terreno; no estudo de caso selecionado em nível municipal, os conflitos materiais e políticos estão evidentes. O caso da Mansão Matarazzo (São Paulo/SP) – protegida pelo Conpresp em 1990, após denúncia de que os proprietários pretendiam demolir a edificação, e destombada em 1994, por meio de uma decisão judicial –, evidencia um dos embates mais acirrados entre os órgãos de preservação e os proprietários de bens salvaguardados: as limitações ao direito de propriedade. Como descrito anteriormente, as práticas de preservação do patrimônio edificado e a viabilização do tombamento puderam ocorrer, em território brasileiro, somente após a redefinição do direito de propriedade que, a partir da Constituição Federal de 1934, passaria a ter limites e não poderia ser usado contra o interesse social e coletivo. O tema, contudo, permanece como uma das grandes polêmicas no campo das práticas de preservação do patrimônio edificado.

Ao tombamento do Conpresp, que intentava proteger o bem da destruição, somou-se a iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo que promulgou um decreto declarando a Mansão Matarazzo como imóvel de interesse público para a desapropriação, com o objetivo de sediar no local a “Casa da Cultura do Trabalhador” e o “Museu do Trabalho”. Após o

tombamento, os proprietários solicitaram ao Conpresp o cancelamento do tombamento da antiga mansão, alegando a inexistência de valor histórico-artístico, valor ambiental e valor simbólico, qualidades atribuídas pelo Conpresp no momento da proteção. Para justificar sua contestação, os proprietários apontaram que a ausência de interesse cultural do imóvel já havia sido comprovada em nível estadual pelo Condephaat que, após estudar o tombamento da Mansão Matarazzo em dois momentos distintos, nas duas vezes arquivou os processos, pautado pela recusa de uma arquitetura “estrangeira”, dita eclética (LEMOS, 2013, p. 173-177). Nesse caso, de modo similar ao que aconteceu durante o tombamento estadual da Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP), os proprietários se valeram da precedência para questionar a atribuição de valores. Se não possui valor para o estado, o município poderia eleger a edificação como patrimônio cultural? A solicitação dos proprietários não foi atendida, visto que o Conpresp tinha autonomia para valorar os bens de seu interesse, e a Mansão Matarazzo continuou salvaguardada. Diante da proteção, não cabendo mais recursos ao Conpresp ou à Prefeitura de São Paulo, conforme preceituava a legislação de tombamento municipal, os proprietários recorreram ao Poder Judiciário para cancelar o tombamento de sua propriedade.

Conforme aponta Rodrigo M. F. de Andrade ([1952] 2012, p. 123-124), com relação ao tombamento o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que, ao judiciário, compete avaliar o processo administrativo do tombamento, se foram respeitadas as etapas legais, como também avaliar se o objeto possui valor ou não, não limitando essa aferição aos órgãos especializados de preservação. No caso da Mansão Matarazzo, o judiciário ateve-se apenas ao processo administrativo do tombamento, sentenciando que houve excesso de poder por parte dos órgãos públicos, Conpresp e Prefeitura Municipal de São Paulo, anulando a resolução de tombamento e o decreto desapropriatório. Em outro caso inventariado para esta pesquisa, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP), sob a tutela do Condephaat, o proprietário acionou a justiça contra o órgão estadual, alegando que o tombamento havia cerceado seu direito de dispor financeiramente de sua propriedade. Nesse caso, o judiciário avaliou o processo administrativo, sentenciando que houve desvio de finalidade, porque intentava proteger um imóvel, mas tombou outro, e analisou também os critérios utilizados pelo Condephaat para atribuir valor, declarando que o conjunto industrial não possuía valor histórico ou artístico para o estado de São Paulo. A ingerência do Poder Judiciário em questões de cunho técnico acerca da importância histórica ou artística e dos valores atribuídos aos bens pode ser caracterizada como mais uma das fragilidades do ato de tombamento, pois o judiciário não está envolvido com as políticas de preservação que cada órgão exerce, em sua esfera, para poder julgar a valoração atribuída por uma instituição ou sociedade. Com a decisão judicial pelo

destombamento, o Conpresp não realizou nenhuma alteração na resolução de tombamento, que estava anulada. Apenas em 2010, após o pedido da Sempla para que se regularizasse o cadastro de alguns imóveis na região central de São Paulo, e atestada a inexistência do imóvel, que foi demolido em 1996, o Conpresp retirou a Mansão Matarazzo da lista de bens tombados pelo município, por meio de legislação inespecífica.

Dos três processos de patrimonialização e despatrimonialização, selecionados como objetos de estudo para esta pesquisa, apenas o caso da Mansão Matarazzo foi discutido em sociedade. Tratava-se da propriedade de um grupo ilustre, reconhecido como uma das famílias que teria alavancado o desenvolvimento da cidade de São Paulo no período da industrialização e sua propriedade estava em um local privilegiado, de grande interesse de incorporadoras. As reportagens de jornais, em sua maioria, conforme se observa no processo de tombamento, tratavam da tentativa de demolição do imóvel, das ações protetivas impetradas pelo Conpresp e pela Prefeitura de São Paulo, e do caráter histórico-arquitetônico da mansão, que teria sido projetada por um dos arquitetos preferidos de Benito Mussolini, Marcello Piacentini (CONPRESP, 1989, f. 07-17, 66-73, 138-140). Quanto ao período de demolição da mansão, uma das reportagens encontradas menciona a condição do Conpresp que, com poucos funcionários, estaria designado a proteger um patrimônio com mais de 800 bens, não conseguindo evitar a destruição da Mansão Matarazzo¹⁷³.

Por fim, em complementação à problematização que foi efetuada sobre os três casos de destombamento selecionados para esta pesquisa, pertencentes às três esferas de salvaguarda que atuam no estado de São Paulo, Sphan/Iphan, Condephaat e Conpresp, ao analisarmos generalizadamente a Tabela 01, é possível tecer algumas considerações sobre o destombamento em território paulista. O primeiro ponto a se destacar, já mencionado anteriormente, diz respeito à quantidade de processos pertencentes à cada instituição. Dos sete órgãos dispostos na tabela, o Condephaat agrega o maior número de processos em que houve a discussão para o destombamento. O fato talvez esteja relacionado à extensão territorial destinada à ação de proteção do órgão. Com relação aos agentes que solicitaram o destombamento, podemos dividi-los em dois grupos, agentes públicos e agentes privados. Entre os agentes públicos estão os próprios órgãos de preservação que solicitam o destombamento de um bem, instituições vinculadas à administração pública, como, por exemplo, a Sempla, e o poder executivo, caracterizado pelos prefeitos e vereadores. Os agentes privados, por conseguinte, são os

¹⁷³ O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). *Equipe insuficiente favorece deterioração*. 14 jan. 1996. Caderno C3. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960114-37342-nac-0032-cid-c3-not>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

proprietários das edificações protegidas. Existe, entre os casos de destombamento inventariados, uma predominância de pedidos realizados pelos agentes públicos, contudo, devemos considerar que, em muitos casos, principalmente no que concerne aos pedidos realizados pelos vereadores nas instâncias municipais, as ações pelo destombamento têm como intuito o benefício de interesses particulares. Quanto aos casos em que as próprias instituições de tutela solicitaram o destombamento, é possível supor, em sua maioria, que as solicitações tenham tido o intuito de “retificar” suas próprias políticas de preservação.

Os motivos alegados, apresentados para solicitar e para justificar o cancelamento de tombamento, estão diretamente associados às características das normativas de tombamento, entendido como um instrumento que seleciona, que impõe limites à propriedade e que atribui valores aos bens materiais que serão legados para a memória das gerações atuais e futuras. Assim, as justificativas expostas são: arruinamento, ausência de valor, desaparecimento do bem, descaracterização, ilegalidade do ato administrativo de tombamento, necessidade de ceder espaço ao crescimento urbano, obtenção de renda com a propriedade, realização de reformas e utilidade pública. Com relação ao período temporal, os destombamentos passaram a ser requisitados com maior frequência a partir dos anos 1990. Supomos que o fato não seja uma coincidência, mas um reflexo das disputas crescentes em torno da propriedade e da identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos que o tombamento é o instrumento mais utilizado, no Brasil, para a preservação de bens culturais materiais, a investigação sobre o contexto em que se insere a sua figura antagônica, o destombamento, nos ajuda a lançar luzes sobre as práticas preservacionistas e os seus reais alcances. O destombamento no estado de São Paulo – a partir do que analisamos nesta pesquisa, com foco em três estudos de caso –, evidencia, portanto, a vulnerabilidade existente em torno da preservação do patrimônio edificado.

Se, do ângulo normativo, as três instituições selecionadas para esta pesquisa se assemelham, pois possuem legislações de tombamento similares; no que se refere ao destombamento, o Iphan, o Condephaat e o Conpresp também são análogos, pois o cancelamento da tutela tem sido observado nas três instituições, permeado por justificativas semelhantes, ou seja, trata-se de uma questão que nos diz muito sobre como se preserva, sobre como se trata, na prática, o patrimônio no estado de São Paulo. A partir do estudo das legislações de tombamento e de como acontecem os atos de destombamento, ficou evidente que a preservação no estado de São Paulo se encontra em um panorama jurídico ambíguo e impreciso, visto que o tombamento pode ser desfeito sem a necessidade de uma legislação específica, sem um instrumento que avalie as motivações e as repercussões desse ato, que retira o valor atribuído anteriormente a um bem. Os destombamentos também evidenciam episódios de ineficácia do Estado na preservação dos bens culturais. Os investimentos públicos são escassos e os órgãos de tutela funcionam com poucos funcionários, diante de uma grande demanda de solicitações. Então, podemos considerar que, em alguns casos, a responsabilidade pelo destombamento é do próprio poder público, que não dá suporte para as ações das instituições de salvaguarda. Em outros casos, o que se tem são interesses particulares, principalmente econômicos, que se sobressaem ao que deveria ser de interesse público.

Nesta pesquisa, foram inventariados dez casos de destombamento, contudo, percebemos que esse tema não é discutido criticamente dentro das instituições de tutela no estado de São Paulo. Analisar o destombamento significa questionar os limites e a abrangência do tombamento enquanto prática preservacionista. Por fim, durante a pesquisa, notamos que as discussões sobre o tombamento e as ações de salvaguarda estão, ainda, muito restritas aos órgãos de preservação, ou seja, a sociedade pouco participa do processo de seleção e de

valoração de bens culturais, apesar dos avanços nessa direção, nas últimas décadas. Essa situação se estende ao destombamento: a sociedade não é consultada, nem informada sobre esse procedimento, que retira da memória, da paisagem e do imaginário social, um bem anteriormente valorado. Os casos de destombamento evidenciam que uma legislação, sozinha, não consegue proteger os bens da destruição, dos interesses econômicos e das valorações que não consideram as memórias e os valores atribuídos pela sociedade. A esse instrumento de salvaguarda, portanto, devemos somar a participação da sociedade, para quem, de fato, esses bens são protegidos.

REFERÊNCIAS

LIVROS

- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/SPHAN/FNPM, 1981. (Publicações da SPHAN, 33)
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Fac-símile de 1952. Organização: Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 6)
- _____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/FNPM, 1987. (Publicações da SPHAN, 38).
- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense : CONDEPHAAT, 1984.
- ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Tradução: Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. (Artes & Ofícios, 3)
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. (Artes & Ofícios, 5)
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS. 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade : UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- DVOŘÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. Tradução: Valéria Alves Esteves Lima. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. (Artes & Ofícios, 8)
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- GIOVANNONI, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. Organização: Beatriz Mugayar Kühl; Tradução: Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. 1. reimpr. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. (Artes & Ofícios, 9)

- GONÇALVES, Cristiane. *Restauração Arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo (1937-1975)*. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2007.
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *A Preservação do Patrimônio Cultural no Contexto Pan-americano*. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Fac-símile de 1952. Organização: Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 13-47.
- _____. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000.
- IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- _____. *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 3).
- KAMIDE, Edna Hiroe Miguita; PEREIRA, Tereza Cristina Rodrigues Epitácio (Coord.). *Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1988*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira; LEFÈVRE, Renée. *São Paulo: sua arquitetura, colônia e império*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café*. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2015.
- _____. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR IPHAN, 2008.
- _____. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Da taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p.137-167.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- PEDRA, Instituto. *A Construção do Patrimônio*. Textos: Ana Beatriz Galvão e Luiz Fernando de Almeida. São Paulo: 2017.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes: Associação dos Amigos da História da Arte: CPHA: IFCH: Unicamp, 1998). (Pandora)

- QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine. *Cartas a Miranda: sobre o prejuízo que o deslocamento dos monumentos da arte da Itália ocasionaria às artes e à ciência.* Tradução: Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. (Artes & Ofícios, 10)
- RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RAFAEL. *Cartas sobre arquitetura: Rafael e Baldassar Castiglione: arquitetura, ideologia e poder na Roma de Leão X.* Organização: Luciano Migliaccio; Tradução: Luciano Migliaccio, Letícia Martins de Andrade e Maria Luiza Zanatta. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unifesp, 2010.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de direito do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987.* São Paulo: Editora da Unesp: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: Fapesp, 2000.
- _____. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania.* Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, n. 24, 1996.
- RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen.* Tradução: Ana Pérez López. 3. ed. Madrid: La balsa de la Medusa, 2008.
- _____. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.* Tradução: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Elos, 64)
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais.* São Paulo: Fap-Unifesp : Edusp, 2013.
- RUSKIN, John. *A lâmpada da memória.* Tradução: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. (Artes & Ofícios, 7)
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.* Salvador: Oiti Editora, 2015.
- SÃO PAULO (ESTADO). *Bens culturais arquitetônicos no município e na Região Metropolitana de São Paulo.* São Paulo: Secretaria dos Negócios Metropolitanos/Emplasa/Sempla, 1984.
- SPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura/SPHAN/FNPM, 1980. (Publicações da Sphan, 31)
- TELLES, Francisco Teixeira da Silva. Trajetória dos aspectos jurídicos da preservação. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos.* Fac-símile de 1952. Organização: Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 345-360.
- VIOLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração.* Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. 4. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. (Artes & Ofícios, 1)

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- BAFFI, Mirthes Ivany Soares. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal - 30 anos de DPH (1975-2005)*, São Paulo, v. 204, p. 169-191, 2006.
- BAUGARTEN, Jens; PEREIRA, André Luiz Tavares. O Barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas. *Perspective*, 2 | 2013, p. 02-18, 2014.
- DUARTE, Paulo. Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade. *Revista do Arquivo Municipal – Mário de Andrade*, São Paulo, v. 206, p. 83-99, 2015.
- FAVRETO, Cristiane Bade. O cancelamento de bens tombados: um estudo sobre as Corredeiras do Bem-Querer. In: *XVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: ANPUH, p. 01-09, 2015.
- HIRAO, Helio; FLOETER, Roberto A. O patrimônio arquitetônico e urbanístico de Presidente Prudente: o possível preservado. *Revista Tópos*, v. 6, n. 2, p. 53-68, 2012.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Patrimônio cultural: política e práticas. Relatório da gestão 2013/2015 da presidente do Condephaat. *Arquitextos Vitruvius*, n.189.00, ano 16, fev. 2016.
- LEITE, Letícia Rosa de Almeida. Patrimônio Histórico no México (1914-1939): como surgem as leis e se seleciona memórias. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: ANPUH, p. 01-15, 2015.
- MATEUS, Eliane Elias. A proteção do patrimônio cultural e o tombamento. In: *Leopoldianum: revista de estudos e comunicações da Universidade Católica de Santos*. Santos, n. 93-93, p. 117-134, jan-ago. 2008.
- MATEUS, João Mascarenhas. A Vila Matarazzo na Avenida Paulista e Tomaso Buzzi: projeto e obras (1938-1940). *Pós*, v. 20, n. 34, p. 218-239, dez. 2013.
- MELO, Leda Agnes Simões. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. In: *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio – Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: ANPUH, p. 01-10, 2010.
- NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. O patrimônio arquitetônico em Marília: entre o público e o privado. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 111.05, Vitruvius, ago. 2009.
- _____. A Comissão dos Registros Históricos e os bens tombados em Marília - SP (1993 - 2006). In: *Anais do VII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp*. Campinas, p. 01-09, 2012.
- _____. Destombamento do patrimônio: reflexões sobre um tema polêmico. *Cultura Histórica & Patrimônio*, v.3, n.1, p.52-66, 2015.
- _____. Patrimônio industrial na cidade de Marília – SP: preservação e descaso. *Museologia e Patrimônio*, v.3, n.1, p.41-48, 2010.

- _____. O destombamento do patrimônio: um debate necessário. In: *IV Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 01-08, 2013.
- OLIVEIRA, Francini Venâncio de. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. *Plural (São Paulo. Online)*, São Paulo, v. 12, p. 11-20, dez. 2005.
- RADUN, Denis Fernando; COELHO, Ilanil. Políticas e gestão do patrimônio: uma análise do instituto do destombamento e seus novos atores. In: *II Congresso Internacional de História - Produção e circulação do conhecimento histórico no século XXI*. Paraná: UEPG-Unicentro, p. 01-13, 2015.
- RODRIGUES, Jaime. Do Museu Inexistente. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH 50 anos*. São Paulo: ANPUH, p. 01-21, jul. 2011.
- SANT’ANNA, Márcia. Tombamento: eleição de uma história (entrevista com Lúcio Costa). In: *Revista de Urbanismo e Arquitetura – RUA*, vol. 5, n. 1. Salvador: UFBA/PPGAU, 1999.
- SILVA, Robson Ricardo Moreira da. Tombamento e Destombamento da Catedral Matriz - São Sebastião - Presidente Prudente. *Revista Saber Acadêmico*, n. 07, p. 221-224, jun. 2009.
- SIQUEIRA, Lucília Santos. Tombados que abrigam museus: o Solar do Barão de Jundiaí (Jundiaí/SP) e a Casa de Prudente de Moraes (Piracicaba/SP). *Estudos Históricos*, v. 29, n. 57, p. 169-194, jan./abr. 2016.
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; COSTA, Rodrigo Vieira; SALES, Jéssica Fontenele. O revés da proteção: apontamentos sobre o instituto do cancelamento de tombamento e suas implicações nas políticas de preservação do patrimônio cultural. In: *V Seminário Internacional – Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 01-14, 2014.
- TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. O patrimônio ambiental urbano e sua relação com os instrumentos urbanísticos de preservação na cidade de São Paulo. *Revista CPC*, n. 23, p. 12-39, jan./jul. 2017.
- TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. *Revista CPC*, n. 22, p. 70-91, jul./dez. 2016.
- ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. *Revista Estudos Avançados*, 25 (71), p. 189-204, 2011.

DISSERTAÇÕES E TESES

- ABDANUR, Elizabeth França. *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

- ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a Geografia e o patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. Dissertação de Mestrado – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014.
- FERREIRA, Luís Gustavo Pereira. “*Emoldurando o cartão postal através do qual se conhece São Paulo*”: poder, hegemonia e conflito no tombamento do Vale do Anhangabaú (1990-2000). Dissertação de Mestrado – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2015.
- KÖHLER, André Fontan. *Antes que caia! Patrimônio histórico e turístico em Igarassú (PE)*. Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2005.
- LESSA, Ana Lara Barbosa. *Patrimônio como campo de conflitos: o processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2010.
- MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação de Mestrado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.
- MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- MORCELLI, Danilo da Costa. *Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do Rio Tietê*. Dissertação de Mestrado – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. *Do Tombamento às Reabilitações Urbanas: um estudo sobre a preservação o Centro Histórico de São Paulo (1970-2007)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- PRATA, Juliana Mendes. *Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo*. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- RADUN, Denis Fernando. *O (des)tombamento em questão: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo órgão federal de preservação no Brasil (1937-2015)*. Dissertação de Mestrado – Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2016.

- RODRIGUES, Angela Rosch. *Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- ROSADA, Mateus. *Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: arquitetura e ornamentação*. Tese de Doutorado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- RUBINO, Silvana. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SOUZA, Jaderson da Silva. *Cidade tombada: a queda de braço em torno da preservação do patrimônio histórico em Bauru*. Monografia de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2014.
- SOUZA, Lara Melo. *Chaminés e arranha-céus: uma abordagem sobre processos e prática da preservação na metrópole paulista*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CONSTITUIÇÕES, LEIS E DECRETOS

- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. Decreto nº 24.337, de 05 de junho de 1934, subordina o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ao gabinete do Ministro da Agricultura. 1934a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24337-5-junho-1934-503537-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- _____. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. 1934b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

- _____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. 1934c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- _____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. 1937b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- _____. Decreto-lei nº 2.809, de 23 de novembro de 1940, dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2809-23-novembro-1940-412720-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- _____. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. 1941a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1941b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- _____. Decreto-lei nº 8.534, de 02 de janeiro de 1946, passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- _____. Decreto nº 26.670, de 12 de maio de 1949, cancela, parcialmente, a inscrição do Aqueduto da Carioca nos Livros do Tombo. 1949. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=449335&id=14277401&idBinario=15655574&mime=application/rtf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- _____. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

- _____. Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14845.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 21 set. 2016.
- _____. Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- _____. Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6292.htm>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- _____. Decreto-lei nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- _____. Decreto nº 99.492, de 03 de setembro de 1990, constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), Biblioteca Nacional (BN), e a Autarquia Federal Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99492.htm>. Acesso: 17 ago. 2016.
- _____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, sanciona o Código de Processo Civil. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm#art1072>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- GUARULHOS. Decreto nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000, dispõe sobre “tombamento do Patrimônio Cultural”. 2000. Disponível em: <http://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_download/21143decr.pdf>. Acesso em: 03 ma. 2017.
- _____. Decreto Municipal nº 28.212, de 04 de novembro de 2010, dispõe sobre a revogação do inciso XI, do artigo 1º do Decreto Municipal nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000. 2010. Disponível em: <http://leis.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_2010/28212decr.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2017.

RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 6.826, de 09 de junho de 1994, considera de valor histórico e cultural o imóvel em que é sede a Cia. Nacional de Estamparia (CIANE), antiga Indústria Matarazzo. 1994. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/687930/lei-6826-94>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. Lei nº 9.567, de 23 de maio de 2002, revoga em todos os seus termos a Lei nº 6.826/94 (considera de valor histórico o imóvel da Cia. Nacional de Estamparia – CIANE). 2002. Disponível em: <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/684656/lei-9567-02?ref=topic_feed>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 1.048, de 05 de julho de 1951, autoriza o Poder Executivo a realizar acordo com o Governo Federal visando a preservação dos monumentos e lugares históricos de São Paulo e dá outras providências. 1951. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1951/lei-1048-05.06.1951.html>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. Constituição Estadual de 1967, de 13 de maio de 1967. 1967a. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1967/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Decreto nº 48.206, de 07 de julho de 1967, cria o Grupo Executivo da Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48206-07.07.1967.html>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967, dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. 1967c. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49165-29.12.1967.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências. 1968. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10247-22.10.1968.html>>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. Decreto-lei nº 149, de 15 de agosto de 1969, dispõe sobre o tombamento de bens, para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual. 1969a. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/223653/decreto-lei-149-69>>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. Emenda nº 2 à Constituição Estadual de 1967, de 30 de outubro de 1969. 1969b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/emenda-2/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

- _____. Decreto 0-I, de 19 de dezembro de 1969, dispõe sobre a regulamentação da Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968 e do Decreto-Lei n. 149, de 15 de agosto de 1969. 1969c. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-0I-19.12.1969.html>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- _____. Decreto-lei Complementar nº 02, de 15 de agosto de 1969, estabelece normas para a proteção das belezas naturais de interesse turístico. 1969d. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-2-15.08.1969.html>>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- _____. Decreto-lei Complementar nº 09, de 31 de dezembro de 1969, dispõe sobre a organização dos Municípios. 1969e. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-9-31.12.1969.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 52.620, de 21 de janeiro de 1971, cria a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, dispõe sobre normas complementares de seu funcionamento e dá outras providências. 1971. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1971/decreto-52620-21.01.1971.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- _____. Decreto nº 5.929, de 15 de março de 1975, altera a estrutura e a denominação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo e dá providências correlatas. 1975. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto-5929-15.03.1975.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- _____. Decreto nº 7.516, de 03 de fevereiro de 1976, altera a composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. 1976a. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/149789>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- _____. Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976, reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia. 1976b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1976/decreto-7730-23.03.1976.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- _____. Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas. 1979. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1979/decreto-13426-16.03.1979.html>>. Acesso em: 21 set. 2016.

- _____. Decreto nº 20.955, de 01 de julho de 1983, reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura. 1983. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-20955-01.06.1983.html>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- _____. Decreto nº 22.986, de 30 de novembro de 1984, altera dispositivos do Decreto nº 20.955, de 1.º de junho de 1983, que reorganiza a Secretaria da Cultura. 1984. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22986-30.11.1984.html>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- _____. Decreto nº 48.137, de 07 de outubro de 2003, altera a redação do artigo 137 do Decreto nº 13.426, de 16 de março de 1979, no que se refere à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo CONDEPHAAT. 2003. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48137-07.10.2003.html>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- _____. Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006, reorganiza a Secretaria da Cultura. 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50941-05.07.2006.html>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- _____. Decreto nº 53.571, de 17 de outubro de 2008, altera dispositivos que especifica do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas. 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53571-17.10.2008.html>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971, cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. 1971a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1971/941/9414/decreto-n-9414-1971-cria-o-conselho-de-defesa-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 9.453/1971, de 06 de maio de 1971, dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971. 1971b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1971/946/9453/decreto-n-9453-1971-da-nova-redacao-ao-artigo-3-do-decreto-n-9414-de-15-de-marco-de-1971>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 9.583/1971, de 30 de julho de 1971, dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971. 1971c. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1971/959/9583/decreto-n-9583-1971-da-nova-redacao-ao-artigo-1-do-decreto-n-9414-de-15-de-marco-de-1971>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- _____. Lei nº 7.688, de 30 de dezembro de 1971, dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDI-SP, e dá outras providências.

1971d. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1971/768/7688/lei-ordinaria-n-7688-1971-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-do-municipio-de-sao-paulo-pddi-sp-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Lei nº 7.694, de 07 de janeiro de 1972, dispõe sobre a criação da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, e dá outras providências. 1972a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/770/7694/lei-ordinaria-n-7694-1972-dispoe-sobre-criacao-da-coordenadoria-geral-de-planejamento-cogep-e-da-outras-providencias-1972-01-07-versao-original>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Decreto nº 10.281, de 22 de dezembro de 1972, dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971. 1972b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1972/1029/10281/decreto-n-10281-1972-da-nova-redacao-ao-artigo-1-do-decreto-n-9414-de-15-de-marco-de-1971>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Decreto nº 10.369, de 16 de fevereiro de 1973, dispõe sobre nova redação do artigo 3º do Decreto nº 9.414, de 15 de março de 1971. 1973. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1973/1037/10369/decreto-n-10369-1973-dispoe-sobre-nova-redacao-do-artigo-3-do-decreto-n-9414-de-15-de-marco-de-1971>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975, dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências. 1975a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/820/8204/lei-ordinaria-n-8204-1975-dispoe-sobre-a-criacao-da-secretaria-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. Lei nº 8.252, de 20 de maio de 1975, dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artística, e dá outras providências. 1975b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/825/8252/lei-ordinaria-n-8252-1975-dispoe-sobre-a-criacao-do-departamento-de-informacao-e-documentado-artisticas-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. Lei nº 8.328, de 02 de dezembro de 1975, dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências. 1975c. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/832/8328/lei-ordinaria-n-8328-1975-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-nas-zonas-de-usos-especiais-z8-cria-novas-zonas-de-uso-amplia-zonas-existentis-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

- _____. Lei nº 8.848, de 20 de dezembro de 1978, dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na Zona Metrô-Leste – ZML, e dá outras providências. 1978. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1978/884/8848/lei-ordinaria-n-8848-1978-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-na-zona-metro-leste-zml-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- _____. Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. 1985. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1985/1003/10032/lei-ordinaria-n-10032-1985-dispoe-sobre-a-criacao-de-um-conselho-municipal-de-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-da-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- _____. Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986, altera dispositivos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES. 1986. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1986/1023/10236/lei-ordinaria-n-10236-1986-altera-dispositivos-da-lei-n-10032-de-27-de-dezembro-de-1985-que-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-da-cidade-de-sao-paulo-conpresp>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 27.727, de 11 de abril de 1989, declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado no 17º subdistrito – Bela Vista, necessário à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho. 1989. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D27727.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- _____. Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, Plano Diretor Estratégico, revoga a Lei nº 10.676/88 e dispositivos das Leis nº 13.260/01, 8.881/79, 9.049/80, 9.411/81. 2002. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2002/1343/13430/lei-ordinaria-n-13430-2002-plano-diretor-estrategico-revoga-a-lei-n-10676-88-e-dispositivos-das-leis-n-s-13-260-01-8-881-79-9-049-80-9-411-81>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- _____. Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação do solo no município de São Paulo. 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2004/1388/13885/lei-ordinaria-n-13885-2004-estabelece-normas-complementares-ao-plano-diretor-estrategico-institui-os-planos-regionais-estrategicos-das-subprefeituras-dispoe-sobre-o-parcelamento-disciplina-e-ordena-o-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-sao-paulo>>. Acesso em: 10 out. 2018.

- _____. Lei nº 14.516, de 11 de outubro de 2007, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2007/1452/14516/lei-ordinaria-n-14516-2007-altera-e-acrescenta-dispositivos-a-lei-n-10032-de-27-de-dezembro-de-1985-alterada-pela-lei-n-10236-de-16-de-dezembro-de-1986-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 50.989, de 13 de novembro de 2009, consolida a composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, instituído pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações posteriores. 2009. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2009/5099/50989/decreto-n-50989-2009-consolida-a-composicao-do-conselho-municipal-de-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-da-cidade-de-sao-paulo-conpresp-instituido-pela-lei-n-10032-de-27-de-dezembro-de-1985-com-as-alteracoes-posteriores>>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, dispõe sobre a reorganização do Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, da Secretaria Municipal de Cultura, cria, em caráter experimental, o Centro de Memória do Circo, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica e introduz alterações nos Decretos nº 41.853, de 1º de abril de 2002, e nº 48.166, de 02 de março de 2007. 2010. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2010/5147/51478/decreto-n-51478-2010-dispoe-sobre-a-reorganizacao-do-departamento-do-patrimonio-historico-dph-da-secretaria-municipal-de-cultura-cria-em-carater-experimental-o-centro-de-memoria-do-circo-altera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que-especifica-e-introduz-alteracoes-nos-decretos-n-41853-de-1-de-abril-de-2002-e-n-48-166-de-2-de-marco-de-2007>>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- _____. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2014/1605/16050/lei-ordinaria-n-16050-2014-aprova-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-e-o-plano-diretor-estrategico-do-municipio-de-sao-paulo-e-revoga-a-lei-n-13430-2002>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- _____. Decreto nº 56.725, de 16 de dezembro de 2015, regulamenta disposições da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural – Área de Proteção Cultural – Zepec/APC. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5672/56725/decreto-n-56725-2015-regulamenta-disposicoes-da-lei-n-16050-de-31-de-julho-de-2014-plano-diretor>>.

estrategico-relativas-as-zonas-especiais-de-preservacao-cultural-area-de-protecao-cultural-zepec-apc>. Acesso em: 10 out. 2018.

ARTIGOS EM JORNAIS

AU (ARQUITETURA E URBANISMO). *IAB lança manifesto pela preservação do Teatro Oficina e seu entorno*. 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://au.pini.com.br/2017/11/iab-lanca-manifesto-pela-preservacao-do-teatro-oficina-e-seu-entorno/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). *Condephaat volta atrás e permite construção no entorno do Teatro Oficina*. 23 out. 2017. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/arcenico/silvio-santos-versus-oficina/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. *Equipe insuficiente favorece deterioração*. 14 jan. 1996. Caderno C3. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960114-37342-nac-0032-cid-c3-not>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PROCESSOS DE TOMBAMENTO

Esfera Federal

IPHAN. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP); Igreja de São Miguel Paulista (São Paulo/SP); Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa (Embu das Artes/SP). Processo de Tombamento nº 0180-T-1938, v. I. (volumes II e III estão desaparecidos)

_____. *Lista dos Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (1938-2018)*. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Esfera Estadual

CONDEPHAAT. Sola do Barão de Jundiá (Jundiá/SP). Processo de Tombamento nº 07.857/1969.

_____. Casa do Barão de Piratininga (São Roque/SP). Processo de Tombamento nº 16.268/1970. (processo está desaparecido)

_____. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 25.428/1971.

_____. Edifício sito à Avenida Paulista, nº 1.230 [Mansão Matarazzo] (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 00.608/1975 e Processo de Tombamento nº 22.118/1982. (os dois processos estão desaparecidos)

- _____. Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 20.700/1978, v. I e II.
- _____. Sede da Fazenda Tenente Carrito (Itapetininga/SP). Processo de Tombamento nº 21.115/1979 e Processo nº 23.393/1985.
- _____. Edifício Teatral Guglielmo Oberdan – Antiga Sociedade de Beneficência Guglielmo Oberdan (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 21.324/1980.
- _____. Fazenda Rialto (Bananal/SP). Processo de Tombamento nº 23.225/1985 e Processo de Tombamento nº 33.474/1995.
- _____. Hospital Humberto I (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 23.374/1985 (v. I e II), Processo de Tombamento nº 32.249/1994 e Processo de Tombamento nº 68.714/2013.
- _____. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 24.263/1985, v. I e II.
- _____. Casa Assobradada, Rua D. Pedro, nº 87 (Marília/SP). Processo de Tombamento nº 24.405/1986, v. I e II.
- _____. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Marília/SP). Processo de Tombamento nº 26.030/1988, v. I e II.
- _____. Fábrica Olivetti (Guarulhos/SP). Processo de Tombamento nº 36.035/1997.
- _____. *Ata da 494ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 09 de dezembro de 1981*. 1981. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 587ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 11 de janeiro de 1984*. 1984. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 980ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 17 de janeiro de 1994*. 1994. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 1008ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 19 de setembro de 1994*. 1994. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 1054ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 20 de novembro de 1995*. 1995. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 1103ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 06 de outubro de 1997*. 1997. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Ata da 1702ª Sessão Ordinária do Condephaat, de 15 de abril de 2013*. 2013. Centro de Documentação do Condephaat.
- _____. *Lista de Bens Tombados (em ordem cronológica dos tombamentos)*, atualizado até dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/at%C3%A9%20dez.14_CRONOL%C3%93GICA.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017. A página oficial do Condephaat foi atualizada, essa lista não se encontra mais disponível.

Esfera Municipal

CONPRESP. Mansão Matarazzo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1989-0.002.581-3 e Processo de Tombamento nº 2010-0.038.283-0. Resolução nº 01/CONPRESP/90; Resolução nº 06/CONPRESP/2010.

_____. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Casa do Sítio Piraquara e seus pertences (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8. Resolução nº 05/CONPRESP/91; Resolução nº 01/CONPRESP/1992.

_____. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Edifício Teatral Guglielmo Oberdan – Antiga Sociedade de Beneficência Guglielmo Oberdan (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8 e Processo de Tombamento nº 1996-0.031.079-3. Resolução nº 05/CONPRESP/91; Resolução nº 04/CONPRESP/2010.

_____. Tombamento “*Ex-Officio*” de vários imóveis. Igreja de São Gonçalo (São Paulo/SP). Processo de Tombamento nº 1991-0.005.014-8.

_____. *Ata de Instalação do Conpresp, de 20 de outubro de 1988*. 1988. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/historico/index.php?p=1132>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. *Ata da 665ª Reunião Ordinária do Conpresp, de 05 de março de 2018*. 2018. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ata665050318pdf_1521051379.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. *Resoluções CONPRESP*. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CPHAACG. Casa da Família Saraceni (Guarulhos/SP). Decreto Municipal nº 21.143/2000 e Decreto Municipal nº 28.212/2010.

PÁGINAS OFICIAIS DE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Acervo Digital da Unesp

<https://acervodigital.unesp.br/> (acesso em: 17 jul. 2016)

Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirAcervo.aspx?cdAcervo=10> (acesso em: 02 jul. 2017)

Arquidiocese de São Paulo

<http://arquisp.org.br/home> (acesso em: 20 jul. 2016)

Arquivo Histórico Digital de São Roque

<http://www.arquivosaoroque.com.br/acervo/> (acesso em: 12 mai. 2017)

Base de Dados Arquicultura

<http://www.arquicultura.fau.usp.br/> (acesso em: 12 mai. 2017) O Arquicultura foi encerrado em dezembro de 2017.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/> (acesso em: 14 abr. 2016)

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/> (acesso em: 14 abr. 2016)

Grupo de Pesquisa CAPP – Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica

<http://capph.sites.unifesp.br/#> (acesso em 12 mar. 2017)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<http://www.iphan.gov.br/> (acesso em: 14 abr. 2016)

BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos

Biblioteca da EFLCH-UNIFESP

Biblioteca da FAU-USP

Biblioteca do CCSP

Biblioteca do Ministério Público do Estado de São Paulo

Biblioteca Luís Saia – Superintendência do IPHAN-SP

Biblioteca Mário de Andrade

Centro de Documentação - CONDEPHAAT

CONPRESP

Superintendência do IPHAN-SP (Arquivo e Setor Fotográfico)